AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ON.2 -"O NOVO NORTE"

Anexos

Agosto 2011

CEDRU

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013

CCDRn
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ON.2 – "O NOVO NORTE"

ANEXOS

ÍNDICE GERAL

I. FOLLOW UP DA AVALIAÇÃO *EX-ANTE* 6

1.1 6
1.2 6

II. EXECUÇÃO *VERSUS* PROGRAMAÇÃO 12

2.1 12
2.2 12
2.3 12
2.4 12

III. EXECUÇÃO *VERSUS* REALIZAÇÃO E RESULTADOS 21

3.1 21

IV: PARCERIAS (NA GESTÃO) 43

4.1 43
4.2 43
4.3 43

V. CUSTOS DE TRANSACÇÃO 50

5.1 50
5.2 50
5.3 50
5.4 50

VI. PLANO DE COMUNICAÇÃO 62

6.1 62
6.2 62
6.3 62

VII. INQUÉRITO AOS BENEFICIÁRIOS DO ON.2 66

VIII. INQUÉRITO - ESTUDO DE CASO GAEPC/01/2008 - GESTÃO ACTIVA DE ESPAÇOS PROTEGIDOS 72

IX. INQUÉRITO ESTUDO DE CASO MAR/TC/PCT/1/2009 - ACÇÃO ESPECÍFICA DE VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA DO MAR 76

X. INQUÉRITO ESTUDO DE CASO PRU/2/2008 - POLÍTICA DE CIDADES - PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA 80

XI. INQUÉRITO - ESTUDO DE CASO - AVISO SAIECT IETIEFE/1/2009 84

ÍNDICE DE QUADROS

I. FOLLOW UP DA AVALIAÇÃO EX-ANTE
Quadro 1. Matriz de Coerência dos Regulamentos Específicos Relativamente aos Pontos Fracos da Região Norte..... 8
Quadro 2. Matriz de Coerência dos Regulamentos Específicos Relativamente aos Objectivos Específicos do ON.2..... 9
Quadro 3. Matriz de Coerência dos Regulamentos Específicos relativamente à supressão dos Pontos Fracos da Região Norte de Densificação Institucional e Reforço do Modelo Regional de Governação. 11

II. EXECUÇÃO VERSUS PROGRAMAÇÃO
Quadro 1. Concursos lançados e concursos decididos por Eixo Prioritário e tipologia de operação 14
Quadro 2. Tempos médios associados ao ciclo de vida dos concursos com período limitado para apresentação de candidaturas (número de dias) 16
Quadro 3 - Ponto de situação relativamente ao cumprimento das metas *earmarking*..... 17

III. EXECUÇÃO VERSUS REALIZAÇÃO E RESULTADOS
Quadro 1: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico – CIM/AMP..... 23
Quadro 2: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE EDSC - Tipologias de Projectos 24
Quadro 3: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Energia 26
Quadro 4: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 no Âmbito das EEC PROVERE 28
Quadro 5: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Optimização e Gestão dos Resíduos, RE Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas e RE Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais 30
Quadro 6: Realização Física - Resumo..... 34
Quadro 7: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário I 38
Quadro 8: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário II..... 39
Quadro 9: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário III..... 40
Quadro 10: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário IV..... 41
Quadro 11: Cobertura dos indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário V 42

IV: PARCERIAS (NA GESTÃO)
Quadro 1: Contributo dos Programas de Acção PROVERE aprovados para os Indicadores estabelecidos pelo ON.2, a 31 de Dezembro de 2009 43
Quadro 2: Contributo dos Programas Territoriais de Desenvolvimento aprovados no âmbito da Contratualização com as CIM/AMP, para os Indicadores estabelecidos pelo ON.2, a 31 de Dezembro de 2009..... 46
Quadro 3: Ponto de Situação em matéria de Indicadores Físicos, no âmbito da Contratualização com as CIM/AMP, a 31 de Dezembro de 2009 48

VI. PLANO DE COMUNICAÇÃO
Quadro 12. Dificuldade em Cumprir os Itens Exigidos para a Instrução da Candidatura 60

ÍNDICE DE FIGURAS

I. FOLLOW UP DA AVALIAÇÃO EX-ANTE
Figura 1. Modelo de Articulação Entre os Órgãos no ON.2..... 6
Figura 2. Fluxograma do Processo de Análise, Avaliação e Admissão das Candidaturas, no ON.2 (2007-2013) 7

II. EXECUÇÃO VERSUS PROGRAMAÇÃO
Figura 1. Peso da fonte de financiamento no investimento total 13
Figura 2. Número de concursos, dotação a concurso e montante aprovado por nível de PEL 15

III. EXECUÇÃO VERSUS REALIZAÇÃO E RESULTADOS

Figura 1: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico – CIM/AMP 22
Figura 2: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Gestão Activa de Espaços Classificados 31

V. CUSTOS DE TRANSACÇÃO

Figura 1. Avaliação da Clareza do Aviso de Concurso 51
Figura 2. Avaliação da Qualidade das Respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico, em Fase de Lançamento 51
Figura 3. Avaliação da Adequabilidade, em Fase Instrutória 52
Figura 4. Ganhos Substanciais na Qualidade da Candidatura, se os Prazos Fossem Dilatados 52
Figura 5. Tipologia de Ganhos num Cenário de Dilatação de Prazos 52
Figura 6. Avaliação da Capacidade de Resposta às Questões Colocadas, em Fase Instrutória 52
Figura 7. Aprovação do(s) Projecto(s) Apresentados e Adequação do Prazo Concedido, em Fase Instrutória 53
Figura 8. Avaliação da Clareza do Aviso de Concurso 55
Figura 9. Avaliação da Qualidade das Respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico, em Fase de Lançamento 56
Figura 10. Avaliação da Adequabilidade dos Prazos e da Documentação Exigida, Fase Instrutória 56
Figura 11. Satisfação Atempada das Imposições que Integravam o Aviso de Concurso 56
Figura 12. Avaliação da Capacidade de Resposta às Questões Colocadas, em Fase Instrutória 56
Figura 13. Avaliação da Clareza do Aviso de Concurso 59
Figura 14. Avaliação da Qualidade das Respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico, em Fase de Lançamento 59
Figura 15. Avaliação da Adequabilidade dos Prazos e da Documentação Exigida, em Fase Instrutória 59
Figura 16. Ganhos Substanciais na Qualidade da Candidatura, Caso os Prazos Fossem Dilatados 60
Figura 17. Tipologia de Ganhos num Cenário de Dilatação de Prazos 60
Figura 18. Satisfação atempada das imposições que integravam o Aviso de Concurso 60
Figura 19. Avaliação da Capacidade de Resposta às Questões Colocadas, em Fase Instrutória 60
Figura 20. Adequação do Prazo Concedido, em Fase Instrutória 61
Figura 21. Implicações no Projecto, Associadas aos Prazos que Mediaram entre a Apresentação e a Assinatura do Contrato 61

VI. PLANO DE COMUNICAÇÃO

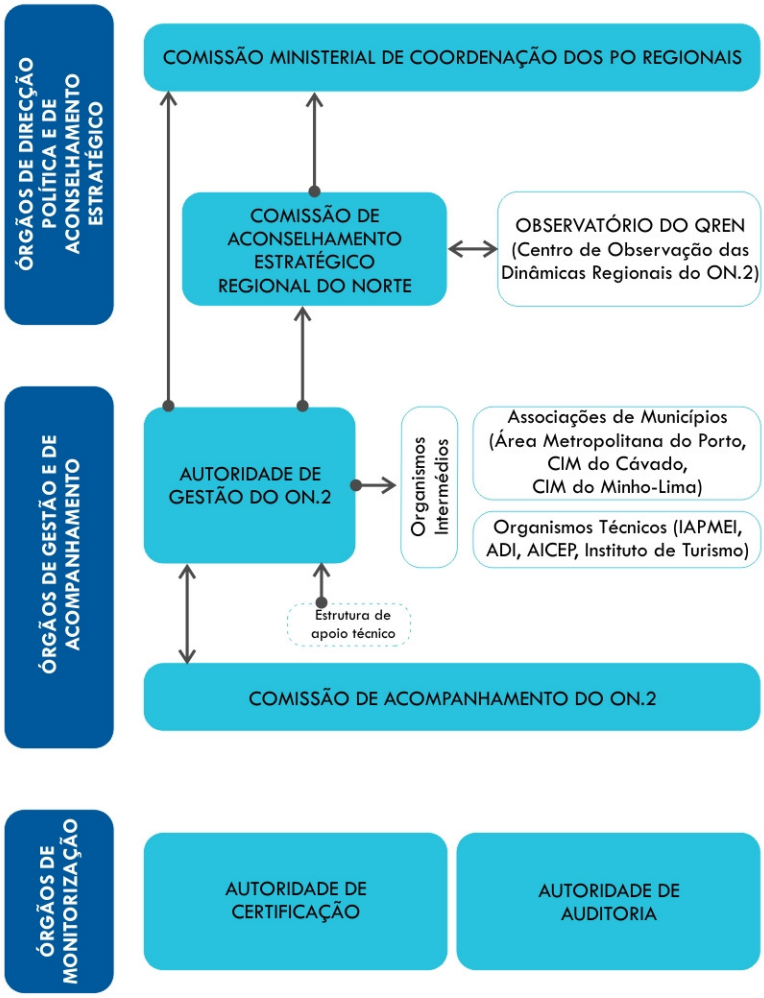
Figura 1. Objectivos estratégicos do Plano de Comunicação do ON.2 62
Figura 2. Avaliação da Promoção do ON.2 na Imprensa 63
Figura 3. Canais de Conhecimento do ON.2 63
Figura 4. Frequência de Consulta do Site do ON.2 64
Figura 5. Recebe a "*newsletter*" electrónica do ON.2? 64
Figura 6. Gostaria de passar a receber? 64
Figura 7. Evolução do Número de Participantes nos Eventos 64
Figura 8. Adequação dos Níveis e Meios de Divulgação do Programa 65
Figura 9. Conhece os Dispositivos de Informação e Esclarecimento do ON.2 65
Figura 10. Recorreu à Comunicação de *Helpdesk*? 65
Figura 11. Adequação dos Dispositivos de Informação e Esclarecimento do ON.2. 65
Figura 12. Avaliação da Comunicação Helpdesk 65

I. FOLLOW UP DA AVALIAÇÃO *EX-ANTE*

1.1. Será que o modelo "uniforme e impositivo" de governação dos PO Regionais "poderá comprometer a densificação institucional e o reforço do modelo regional de governação, que permitam colmatar pontos fracos da Região Norte repetidamente identificados em anteriores programas operacionais em sede das respectivas avaliações"?

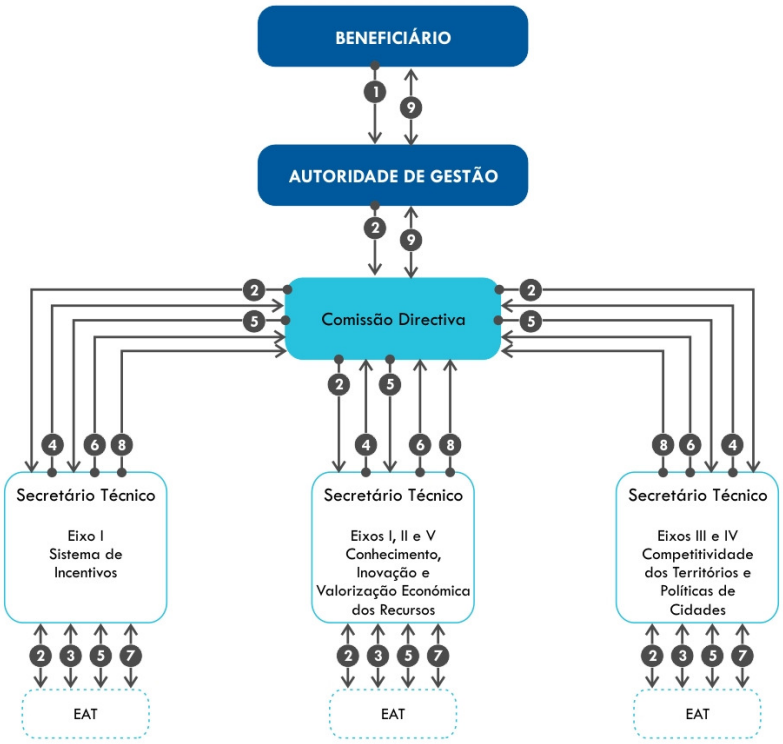
1.2. Que papel poderão ter desempenhado a Comissão de Acompanhamento, a Comissão de Aconselhamento Estratégico, o Pacto para a Competitividade da Região do Norte (e respectivas Agendas), as parcerias constituídas em sede das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) ou, mesmo, o processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais para a eliminação desses pontos fracos?

Figura 1. Modelo de Articulação Entre os Órgãos no ON.2



Fonte: Manual de Procedimentos do ON.2, elaboração Equipa de Avaliação.

Figura 2. Fluxograma do Processo de Análise, Avaliação e Admissão das Candidaturas, no ON.2 (2007-2013)



1. O Beneficiário prepara e submete as candidaturas que são posteriormente recepcionadas no Sistema de Informação da Autoridade de Gestão
2. O Secretariado Técnico/EAT responsável avalia as condições gerais e específicas de admissão e aceitação do Beneficiário e da operação
3. Caso a candidatura cumpra os requesitos, o Secretariado Técnico/EAT elabora um parecer técnico com proposta de decisão de admissão da candidatura
4. O parecer vai para deliberação da Comissão Directiva/Conselho Executivo. As candidaturas admitidas passam para a fase seguinte de análise e selecção da candidatura que consiste na avaliação de mérito da operação, análise da elegibilidade da despesa e análise dos contributos da operação para os resultados do ON.2
5. O Secretariado Técnico/EAT procede à avaliação de mérito da candidatura e respectiva hierarquização
6. A Comissão Directiva emite proposta de decisão sobre o resultado da análise de mérito e hierarquização das candidaturas e procede à audiência prévia dos interessados
7. O Secretariado Técnico elabora um parecer com proposta de decisão de financiamento favorável
8. Parecer emitido à Comissão Directiva para deliberação
9. Celebração do contrato com o Beneficiário no prazo estabelecido após comunicação da decisão. Operação contratada

Quadro 1. Matriz de Coerência dos Regulamentos Específicos Relativamente aos Pontos Fracos da Região Norte

Regulamentos Específicos do PO Regional do Norte - ON.2 - O Novo Norte		Pontos Fracos da Região Norte – Matriz SWOT Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) 2007-2013												
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas													
	Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação													
	Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação de PME													
	Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento													
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística													
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica													
	Regulamento Específico Energia													
	Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento													
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-Estruturas Científicas e Tecnológicas													
	Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas													
	Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional													
Eixo II - Valorização Económica de Recursos Específicos	Regulamento Específico Valorização Económica de Recursos Específicos													
Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral													
	Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental													
	Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados													
	Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos													
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais													
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais													
	Regulamento Específico Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas													
	Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar													
	Regulamento Específico Saúde													
	Regulamento Específico Património Cultural													
	Regulamento Específico Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"													
	Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local													
	Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais													
Eixo IV - Qualificação do Sistema Urbano	Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana													
	Regulamento Específico Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação													
	Regulamento Específico Mobilidade Territorial													
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística													
Eixo V - Governação e Capacitação Institucional	Regulamento de Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa													
	Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional													
Eixo VI – Assistência Técnica	Regulamento Específico Assistência Técnica													

Legenda:

- **A** Ritmo de crescimento económico da Região inferior à média europeia e mesmo em divergência negativa no contexto das regiões portuguesas
- **B** Níveis baixos de qualificação dos recursos humanos e elevadas taxas de abandono escolar face às médias nacionais e europeias
- **C** Défice de articulação entre as empresas e as instituições do Ensino Superior e falta de uma dinâmica significativa de investimento empresarial na concepção e desenvolvimento de novos produtos e sistemas de promoção e comercialização
- **D** Agravamento dos fenómenos de desordenamento do território em especial na faixa litoral
- **E** Pouca "espessura institucional" e persistência de debilidades de financiamento que enfraquecem a promoção da internacionalização da região
- **F** Perda de dinamismo dos espaços regionais economicamente mais avançados designadamente a Área Metropolitana do Porto
- **G** Deficiente estrutura do sistema logístico
- **H** Sectores tradicionais de especialização na região com dificuldades em matéria de competitividade, resultantes de um modelo de negócio que se encontra esgotado
- **I** Fragilidades em áreas de concentração derivadas da mono especialização sectorial, particularmente ao nível da vulnerabilidade do emprego e do equilíbrio social
- **J** Organização centralizada do sistema educativo, tendo como consequências o desajustamento dos currículos e dos programas de formação relativamente aos públicos que os frequentam e às necessidades do sector produtivo da Região
- **K** Insuficiente valorização do património cultural traduzida na ainda precária preservação, conservação e divulgação do património
- **L** Níveis de atendimento público por serviços de saneamento básico ainda profundamente deficitários, em especial na coroa territorial envolvente do Grande Porto
- **M** Modelo de mobilidade urbana e regional assente de forma crescente no transporte automóvel individual, colocando em risco a sobrevivência dos sistemas de transporte colectivo e com implicações negativas ao nível do ambiente urbano

Coerência Forte
Coerência Média
Coerência Fraca

Quadro 2. Matriz de Coerência dos Regulamentos Específicos Relativamente aos Objectivos Específicos do ON.2

		Objectivos Específicos Por Eixo Prioritário Do ON.2 2007-2013																				
		Eixo I Competitividade, Inovação e Conhecimento							Eixo II Valorização Económica de Recursos Específicos					Eixo III Valorização e Qualificação Ambiental			Eixo IV Qualificação do Sistema Urbano				Eixo V Capacitação institucional Regional		Eixo VI Assistência Técnica
Regulamentos Específicos do PO Regional do Norte - ON.2 - O Novo Norte		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
Eixo I	Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas																						
	Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação																						
	Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação de PME																						
	Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento																						
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística																						
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica																						
	Regulamento Específico Energia																						
	Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento																						
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-Estruturas Científicas e Tecnológicas																						
	Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas																						
	Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional																						
Eixo II	Regulamento Específico Valorização Económica de Recursos Específicos																						
Eixo III	Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral																						
	Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental																						
	Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados																						
	Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos																						
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais																						
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais																						
	Regulamento Específico Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas																						
	Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar																						
	Regulamento Específico Saúde																						
	Regulamento Específico Património Cultural																						

		Objectivos Específicos Por Eixo Prioritário Do ON.2 2007-2013																				
		Eixo I Competitividade, Inovação e Conhecimento							Eixo II Valorização Económica de Recursos Específicos					Eixo III Valorização e Qualificação Ambiental			Eixo IV Qualificação do Sistema Urbano				Eixo V Capacitação institucional Regional		Eixo VI Assistência Técnica
Regulamentos Específicos do PO Regional do Norte - ON.2 - O Novo Norte		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
	Regulamento Específico Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"																						
	Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local																						
	Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais																						
Eixo IV	Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana																						
	Regulamento Específico Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação																						
	Regulamento Específico Mobilidade Territorial																						
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística																						
Eixo V	Regulamento de Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa																						
	Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional																						
Eixo VI	Regulamento Específico Assistência Técnica																						

Legenda:

- **A** Consolidação dos Serviços Colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação
- **B** Apoio à criação e consolidação de clusters emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam interface com as competências e capacidades regionais em C&T
- **C** Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial
- **D** Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização
- **E** Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial
- **F** Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento
- **G** Promoção de acções da eficiência energética
- **H** Valorização da Excelência Turística regional (Programa de Promoção da Marca Porto Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento Turística do Vale do Douro)
- **I** Promoção Económica de Novos Usos do Mar
- **J** Valorização da Cultura e da Criatividade
- **K** Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas
- **L** Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais
- **M** Valorização e qualificação ambiental (Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, optimização da recolha selectiva e da triagem, gestão da orla costeira e dos recursos marinhos e prevenção de riscos naturais tecnológicos e sanitários)
- **N** Gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade
- **O** Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade
- **P** Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação
- **Q** Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana
- **R** Promoção da mobilidade urbana
- **S** Promoção da conectividade do sistema urbano regional
- **T** Modernização do Governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local
- **U** Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local
- **V** Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências

Coerência Forte
Coerência Média
Coerência Fraca

Quadro 3. Matriz de Coerência dos Regulamentos Específicos relativamente à supressão dos Pontos Fracos da Região Norte de Densificação Institucional e Reforço do Modelo Regional de Governação.

Regulamentos Específicos do PO Regional do Norte – ON.2 – O Novo Norte		Densificação Institucional e Reforço do Modelo Regional de Governação
Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas	
	Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação	
	Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação de PME	
	Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	
	Regulamento Específico Energia	
	Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-Estruturas Científicas e Tecnológicas	
	Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas	
	Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional	
Eixo II - Valorização Económica de Recursos Específicos	Regulamento Específico Valorização Económica de Recursos Específicos	
Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral	
	Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	
	Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	
	Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos	
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	
	Regulamento Específico Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	
	Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	
	Regulamento Específico Saúde	
	Regulamento Específico Património Cultural	
	Regulamento Específico Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"	
	Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local	
	Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais	
Eixo IV - Qualificação do Sistema Urbano	Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	
	Regulamento Específico Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	
	Regulamento Específico Mobilidade Territorial	
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	
Eixo V - Governação e Capacitação Institucional	Regulamento de Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	
	Regulamento Específico Promoção e Capacitação institucional	
Eixo VI - Assistência Técnica	Regulamento Específico Assistência Técnica	

Legenda:

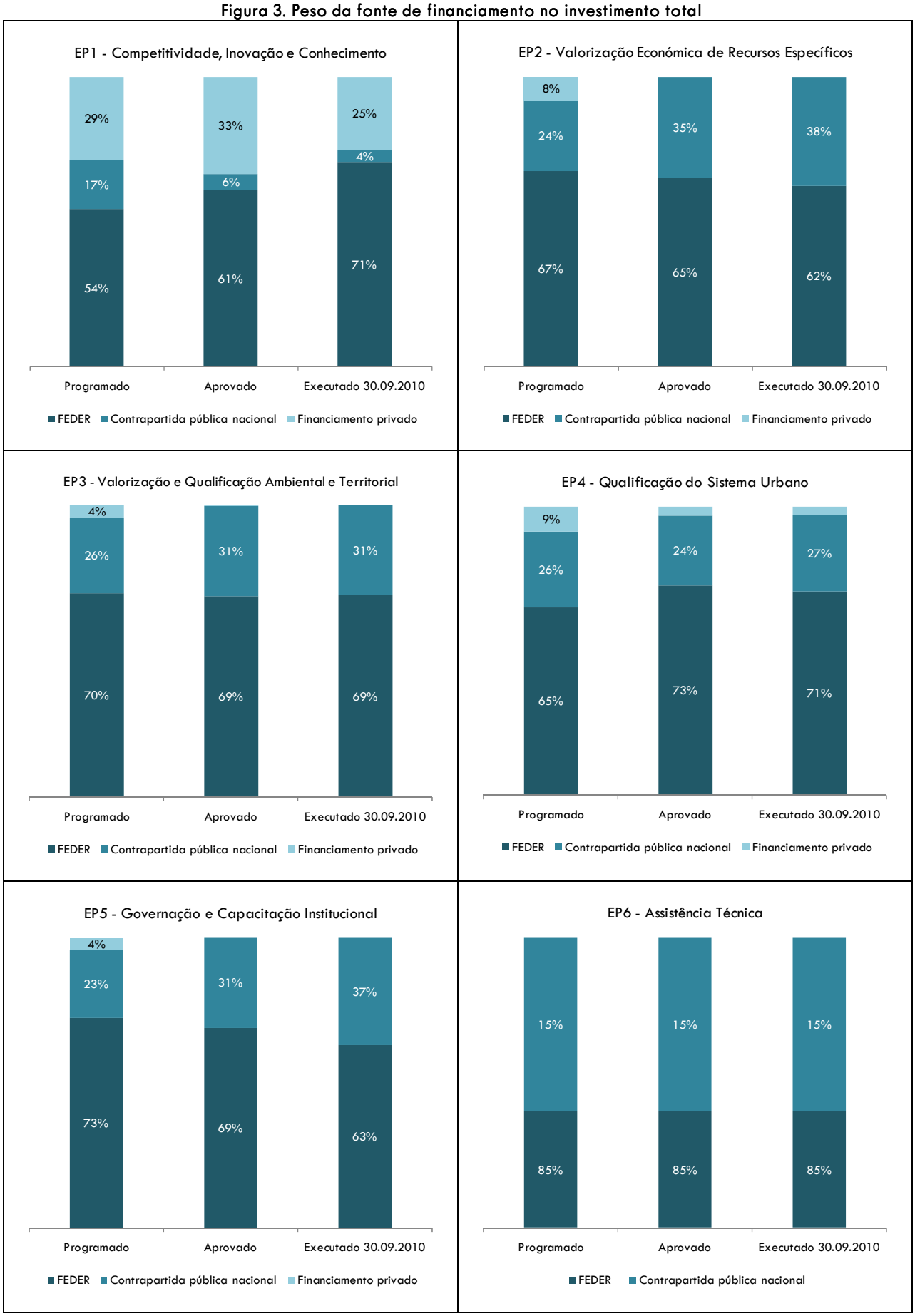
Existência de Correlação Estratégica

Ausência de Correlação Estratégica

II. EXECUÇÃO *VERSUS* PROGRAMAÇÃO

2.1. O actual ritmo de aprovação do ON.2 – "O Novo Norte" é compatível com a programação?
2.2. Os ritmos de lançamento de "Avisos" e os subsequentes prazos associados às diversas etapas do ciclo de vida das candidaturas são compatíveis com a programação do ON.2?
2.3. A percentagem de despesa aprovada nos temas prioritários "*Earmarking*" face ao total é compatível com a programada?
2.4. O actual ritmo de execução em termos globais do ON.2 – "O Novo Norte" é compatível com as principais metas de gestão estabelecidas?

Figura 3. Peso da fonte de financiamento no investimento total

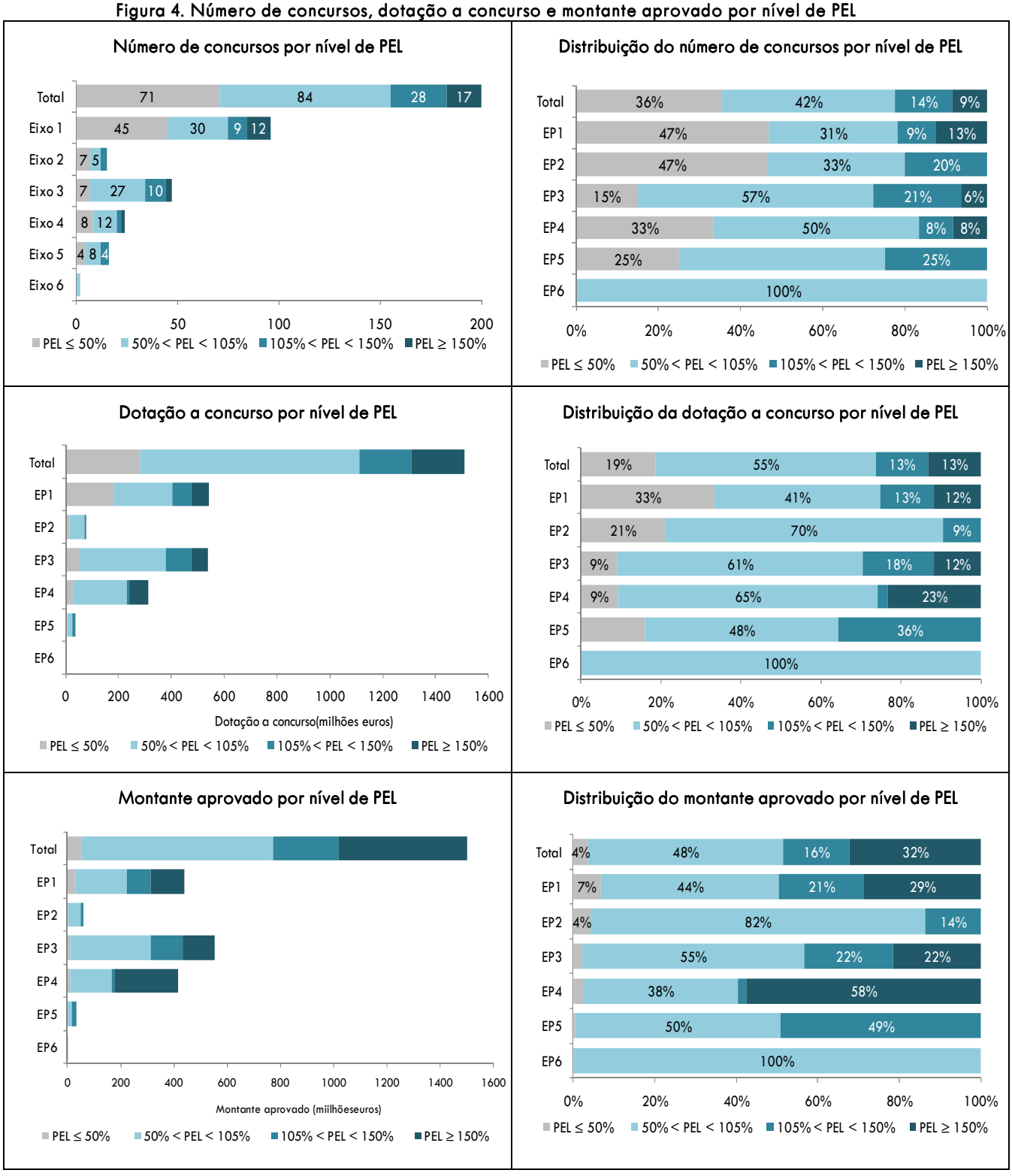


Quadro 4. Concursos lançados e concursos decididos por Eixo Prioritário e tipologia de operação

Tipologia de Operação / Regulamento Específico	Concursos lançados		Concursos decididos								
	N° concursos lançados	Dotação (M€)	% concursos decididos	N° concursos decididos	Dotação (M€)	Dotação média por concurso (M€)	N° candidaturas apresentadas	N° cand. aprovadas (líquido)	Taxa aprovação líquida volume candidaturas	Montante aprovado líquido (Fundo, M€)	Montante aprovado/Dotação
ON.2 - O Novo Norte	**250**	**1.983,4**	**80%**	**200**	**1.509,0**	**8**	**5286**	**2647**	**50%**	**1.503**	**100%**
Eixo Prioritário 1	**115**	**725,5**	**83%**	**96**	**541,2**	**6**	**3526**	**1611**	**46%**	**441**	**82%**
Eixo Prioritário 2	**25**	**191,6**	**60%**	**15**	**77,8**	**5**	**93**	**59**	**63%**	**59**	**75%**
Eixo Prioritário 3	**57**	**579,8**	**82%**	**47**	**538,4**	**11**	**1162**	**686**	**59%**	**553**	**103%**
Eixo Prioritário 4	**30**	**421,6**	**80%**	**24**	**312,5**	**13**	**243**	**204**	**84%**	**415**	**133%**
Eixo Prioritário 5	**21**	**62,5**	**76%**	**16**	**36,5**	**2**	**254**	**81**	**32%**	**33**	**90%**
Eixo Prioritário 6	**2**	**2,5**	**100%**	**2**	**2,5**	**1**	**8**	**6**	**75%**	**2**	**99%**
EP1 - SI Qualificação PME	26	127,5	88%	23	125,5	5	1990	963	48%	94	75%
EP1 - SI I&DT	32	76,8	100%	32	76,8	2	522	260	50%	45	59%
EP1 - SI Inovação	21	182,5	100%	21	182,5	9	927	343	37%	204	112%
EP1 - Apoio a Acções Colectivas	1	2,0	100%	1	2,0	2	16	9	56%	2	97%
EP1 - Apoio Infraestruturas Científicas Tecnológicas	7	88,5	57%	4	39,5	10	28	16	57%	40	100%
EP1 - Áreas Acolhimento Empresarial e Logística	13	120,2	69%	9	46,7	5	13	8	62%	8	17%
EP1 - Apoio a PCT e Incubadoras de EBT	4	52,0	75%	3	37,0	12	25	10	40%	24	65%
EP1 - Energia	7	39,8	0%	0	-	-	-	-	-	-	-
EP1- Economia Digital e Sociedade Conhecimento	4	36,1	75%	3	31,2	10	5	2	40%	24	78%
EP2 - Valorização Económica Recursos Específicos	25	191,6	60%	15	77,8	5	93	59	63%	59	75%
EP3 - Gestão Activa Espaços Proteg.Classificados	3	32,8	100%	3	32,8	11	102	37	36%	36	109%
EP3 - Acções Valorização Qualificação Ambiental	2	19,0	50%	1	8,1	8	70	13	19%	7	83%
EP3 - Acções de Valorização do Litoral	1	19,7	100%	1	19,7	20	22	17	77%	20	103%
EP3 - Prevenção Gestão Riscos Naturais Tecnológ.	3	12,0	67%	2	7,0	4	38	32	84%	8	109%
EP3 - Reab. Locais Contam. Zonas Extractivas	1	6,0	100%	1	6,0	6	7	5	71%	4	62%
EP3 - Rede Escolar 1° CEB e Pré-escolar	27	295,0	100%	27	295,0	11	371	296	80%	281	95%
EP3 - Património Cultural	2	18,0	100%	2	18,0	9	173	58	34%	21	119%
EP3 - Infra-estruturas e Equipamentos Saúde	2	77,5	100%	2	77,5	39	128	31	24%	119	154%
EP3 - Rede de Equipamentos Culturais	4	21,0	50%	2	8,0	4	22	16	73%	4	52%
EP3 - Ciclo Urbano da Água	7	42,2	43%	3	30,4	10	18	7	39%	12	39%
EP3 - Equip.serviços colectivos proximidade	2	35,5	100%	2	35,5	18	207	171	83%	41	116%
EP3 - Optimização da Gestão de Resíduos	3	1,1	33%	1	0,5	1	4	3	75%	0	84%
EP4 - Política de Cidades - RUCI	1	60,0	100%	1	60,0	60	8	5	63%	35	58%
EP4 - Política de Cidades - PRU	3	133,0	100%	3	133,0	44	110	86	78%	284	214%
EP4 - Mobilidade Territorial	25	198,6	76%	19	89,5	5	124	112	90%	66	73%
EP4 - Iniciativa Comunitária JESSICA	1	30,0	100%	1	30,0	30	1	1	100%	30	100%
EP5 - Apoio à Modernização Administrativa	8	25,1	100%	8	25,1	3	220	59	27%	28	109%
EP5 - Promoção e Capacitação Institucional	13	37,4	62%	8	11,4	1	34	22	65%	6	48%
EP6 - Assistência Técnica	2	2,5	100%	2	2,5	1	8	6	75%	2	99%

Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados de monitorização do ON.2 a 30 de Setembro de 2010 (Reporte sobre concursos/períodos de candidatura)

Figura 4. Número de concursos, dotação a concurso e montante aprovado por nível de PEL



Quadro 5. Tempos médios associados ao ciclo de vida dos concursos com período limitado para apresentação de candidaturas (número de dias)

Tipologia de Operação / Regulamento Específico	Nº conc.	Nº cand. apres.	Tempos médios de decisão					Desvio face à data prevista de decisão	(Por memória)
			Publicação> Abertura	Abertura> Encerramento	Encerramento> Decisão	*Publicação> Decisão*	*Abertura> Decisão*		1ºD>CONT (Operações)
Total ON.2	**200**	***5286***	**6**	**50**	**133**	***190***	***185***	**49**	**111**
SI Qualificação de PME	23	1990	0	57	81	*139*	*139*	4	107
SI I&DT	32	522	4	57	97	*159*	*155*	10	130
SI Inovação	21	927	0	70	105	*176*	*176*	6	130
Acções Colectivas	1	16	3	51	316	*370*	*367*	231	187
Infr.Científ.Tecnológicas	4	28	1	87	269	*357*	*356*	193	86
Áreas Acolh.Empr.Logística	9	13	1	39	137	*177*	*177*	23	139
PCT e Incubadoras BT	3	25	4	90	458	*552*	*548*	386	308
Econ.Dig.Soc.Conhecimento	3	5	0	41	162	*203*	*203*	105	266
Eixo Prioritário 1	**96**	**3526**	**2**	**60**	**122**	***184***	***182***	**34**	**119**
Valoriz.Econ.Rec.Específicos	15	93	2	54	125	*180*	*179*	44	121
Eixo Prioritário 2	**15**	**93**	**2**	**54**	**125**	***180***	***179***	**44**	**121**
Espaços Proteg. Classif.	3	102	29	53	165	*247*	*217*	74	196
Valoriz.Qualif.Ambiental	1	70	88	20	126	*234*	*146*	14	163
Valorização do Litoral	1	22	88	20	59	167	79	-53	19
Riscos Naturais Tecnológ.	2	38	0	61	188	*249*	*249*	43	81
Locais Cont. Zonas Extract.	1	7	0	47	296	*343*	*343*	169	52
Requalif. Rede Escolar	27	371	26	26	92	*144*	*118*	28	100
Património Cultural	2	173	44	35	323	*402*	*358*	226	161
Infraestr. Equip. Saúde	2	128	0	69	168	*237*	*237*	86	119
Rede Equip. Culturais	2	22	0	56	254	*310*	*310*	179	233
Ciclo Urbano da Água	3	18	0	30	210	*240*	*240*	96	120
Equip.Serv.Colect.Proxim.	2	207	0	40	368	*407*	*407*	280	55
Optimiz.Gestão Resíduos	1	4	0	15	145	*160*	*160*	54	130
Eixo Prioritário 3	**47**	**1162**	**22**	**33**	**146**	***201***	***179***	**65**	**108**
Política Cidades - RUCI	1	8	0	210	291	*501*	*501*	175	
Política Cidades - PRU	3	110	0	121	163	*284*	*284*	44	23
Mobilidade Territorial	19	124	1	32	166	*199*	*198*	77	104
IC JESSICA	1	1	0	2	4	6	6	0	0
Eixo Prioritário 4	**24**	**243**	**1**	**50**	**164**	***214***	***213***	**73**	**68**
Moderniz.Administrativa	8	220	0	47	170	*217*	*217*	91	96
Prom.Capac.Institucional	8	34	1	34	79	*114*	*113*	17	73
Eixo Prioritário 5	**16**	**254**	**1**	**40**	**122**	***162***	***162***	**52**	**91**
Assistência Técnica	2	8	0	24	191	*215*	*215*	166	177
Eixo Prioritário 6	**2**	**8**	**0**	**24**	**191**	***215***	***215***	**166**	**177**

Nota: No caso da Politica de Cidades os prazos considerados são apenas os que se relacionam com o lançamento dos avisos. A estes acresce os implícitos nas operações efectivas posteriormente aprovadas.

Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados de monitorização do ON.2 a 30 de Setembro de 2010· (Reporte sobre concursos/períodos de candidatura e detalhe de operações)

Quadro 6 - Ponto de situação relativamente ao cumprimento das metas *earmarking*

Código e designação do Tema Prioritário		Programação (PR) Milhares EUR	Nº proj.	FEDER aprovado (AP) Milhares EUR	Taxa compr. (AP/PR) %	FEDER executado (EX) Milhares EUR	Taxa exec. (EX/PR) %	Taxa realiz. (EX/AP) %
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		**854 880**	**1 528**	**420 134**	**49%**	**72 244**	**8%**	**17%**
1	Actividades de IDT em centros de investigação	**13 266**	8	3 306	25%	1 253	9%	38%
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	**52 832**	31	39 990	76%	3 242	6%	8%
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopólos, etc.)	**270 986**	62	39 649	15%	1 170	0%	3%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	**48 075**	166	19 526	41%	3 720	8%	19%
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	**113 336**	13	6 840	6%	342	0%	5%
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	**12 114**	7	502	4%	27	0%	5%
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	**180 576**	384	211 070	117%	50 363	28%	24%
8	Outros investimentos em empresas	**163 693**	849	83 651	51%	10 840	7%	13%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME		8	15 600		1 286		8%
Sociedade da Informação		**100 588**	**151**	**65 127**	**65%**	**11 926**	**12%**	**18%**
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	**31 662**		0	0%	0	0%	
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc)	**18 093**	10	35 584	197%	9 654	53%	27%
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	**0**	2	270		0		0%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	**10 124**	47	21 127	209%	886	9%	4%
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação redes, etc.)	**27 139**		0	0%	0	0%	
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	**13 570**	92	8 146	60%	1 385	10%	17%
Transportes		**304 850**	**115**	**117 598**	**39%**	**21 891**	**7%**	**19%**
16	Transporte ferroviário	**114 975**	1	19 792	17%	0	0%	0%
22	Estradas nacionais	**28 875**	5	2 494	9%	0	0%	0%
23	Estradas regionais/locais	**95 235**	104	63 730	67%	17 389	18%	27%
24	Pistas para ciclistas / Ciclovias	**8 400**	2	2 992	36%	1 248	15%	42%
25	Transportes urbanos	**8 400**	2	3 089	37%	24	0%	1%
26	Transportes multimodais	**28 175**		0	0%	0	0%	
28	Sistemas de transporte inteligentes	**6 484**		0	0%	0	0%	
29	Aeroportos	**2 888**		0	0%	0	0%	
30	Portos	**7 219**	1	25 500	353%	3 230	45%	13%

Código e designação do Tema Prioritário		Programação (PR) Milhares EUR	Nº proj.	FEDER aprovado (AP) Milhares EUR	Taxa compr. (AP/PR) %	FEDER executado (EX) Milhares EUR	Taxa exec. (EX/PR) %	Taxa realiz. (EX/AP) %
31	Transporte por via navegável (regionais e locais)	**4 200**		0	0%	0	0%	
Energia		**62 932**	**18**	**3 088**	**5%**	**348**	**1%**	**11%**
33	Electricidade	**0**	1	628				
35	Gás natural	**6 293**		0	0%		0%	
39	Energias renováveis: eólica	**6 293**		0	0%		0%	
40	Energias renováveis: solar	**6 293**		0	0%		0%	
41	Energias renováveis: biomassa	**6 293**		0	0%		0%	
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	**6 293**		0	0%		0%	
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	**31 466**	17	2 460	8%	348	1%	14%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		**233 630**	**95**	**58 138**	**25%**	**4 977**	**2%**	**9%**
44	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	**20 125**	1	164	1%	78	0%	48%
45	Gestão e distribuição de água (potável)	**45 045**	5	8 645	19%	610	1%	7%
46	Tratamento de água (águas residuais)	**83 160**	2	3 348	4%	0	0%	0%
47	Qualidade do ar	**2 800**	4	385	14%	270	10%	70%
48	Prevenção e controlo integrados de poluição	**2 800**		0	0%	0	0%	
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	**33 600**	8	7 643	23%	73	0%	1%
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)	**16 200**	26	18 488	114%	1 414	9%	8%
52	Promoção de transportes urbanos limpos	**0**	1	109		0		0%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	**25 700**	31	7 274	28%	178	1%	2%
54	Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	**4 200**	17	12 083	288%	2 355	56%	19%
Turismo		**66 200**	**65**	**42 629**	**64%**	**7 662**	**12%**	**18%**
55	Promoção dos recursos naturais	**26 600**	10	18 501	70%	5 722	22%	31%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	**25 300**	14	9 058	36%	1 322	5%	15%
57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	**14 300**	41	15 070	105%	618	4%	4%
Actividades culturais		**136 409**	**123**	**65 607**	**48%**	**3 323**	**2%**	**5%**
58	Protecção e preservação do património cultural	**54 525**	39	16 313	30%	1 205	2%	7%
59	Desenvolvimento das infra-estruturas culturais	**46 884**	69	38 227	82%	2 063	4%	5%
60	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais	**35 000**	15	11 066	32%	55	0%	0%
Reabilitação Urbana e Rural		**208 735**	**112**	**116 226**	**56%**	**24 828**	**12%**	**21%**
61	Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	**208 735**	112	116 226	56%	24 828	12%	21%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		**19 471**	**3**	**656**	**3%**	**0**	**0%**	**0%**
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	**9 029**			0%		0%	
63	Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	**6 468**	3	656	10%		0%	0%

Código e designação do Tema Prioritário		Programação (PR) Milhares EUR	Nº proj.	FEDER aprovado (AP) Milhares EUR	Taxa compr. (AP/PR) %	FEDER executado (EX) Milhares EUR	Taxa exec. (EX/PR) %	Taxa realiz. (EX/AP) %
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências; promoção do empreendedorismo e da inovação	**3 974**			0%		0%	
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		**28 875**	**7**	**2 487**	**9%**	**0**	**0%**	**0%**
65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	**4 331**	2	129	3%		0%	0%
66	Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	**4 331**		0	0%		0%	
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e ao prolongamento da vida activa	**4 331**		0	0%		0%	
68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	**4 331**	3	1 321	31%		0%	0%
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	**4 331**	2	1 036	24%		0%	0%
70	Acções específicas para aumentar a participação dos imigrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	**7 219**			0%		0%	
Melhorar a Inclusão Social dos Mais Desfavorecidos		**15 400**	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	
71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos: luta contra a discriminação e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	**15 400**			0%		0%	
Melhorar o capital humano		**21 027**	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções, destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	**5 294**			0%		0%	
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	**15 733**			0%		0%	
Investimento em Infra-estruturas Sociais		**423 827**	**494**	**439 136**	**104%**	**89 943**	**21%**	**20%**
75	Infra-estruturas de ensino	**259 875**	300	281 556	108%	72 683	28%	26%
76	Infra-estruturas de saúde	**119 196**	31	119 028	100%	16 606	14%	14%
79	Outras infra-estruturas sociais	**44 756**	163	38 552	86%	654	1%	2%
Mobilização para as Reformas nos Domínios do Emprego e Inclusão		**29 012**	**19**	**4 160**	**14%**	**310**	**1%**	**7%**
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes	**29 012**	19	4 160	14%	310	1%	7%
Reforço das Capacidades Institucionais aos Níveis Nacional, Regional e Local		**117 681**	**5**	**2 749**	**2%**	**0**	**0%**	**0%**
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	**117 681**	5	2 749	2%		0%	0%

Código e designação do Tema Prioritário		Programação (PR) Milhares EUR	Nº proj.	FEDER aprovado (AP) Milhares EUR	Taxa compr. (AP/PR) %	FEDER executado (EX) Milhares EUR	Taxa exec. (EX/PR) %	Taxa realiz. (EX/AP) %
Assistência Técnica		**88 128**	**21**	**39 145**	**44%**	**12 869**	**15%**	**33%**
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	**70 503**	13	32 746	46%	11 446	16%	35%
86	Avaliação e estudos: informação e comunicação	**17 626**	8	6 399	36%	1 423	8%	22%
TOTAL PO NORTE - Total Temas Prioritários		**2 711 645**	**2 756**	**1 376 879**	**51%**	**250 320**	**9%**	**18%**
Total *earmarking* PO Norte		**1 899 259**	**2 160**	**953 478**	**50%**	**186 124**	**10%**	**20%**
Percentagem *earmarking* PO Norte		**70,04%**		**69,25%**		**74,35%**		

Temas *earmarking*

Fonte: Monitorização do Programa a 30 de Setembro de 2010 - Ficheiro de reporte sobre "operações"

III. EXECUÇÃO *VERSUS* REALIZAÇÃO E RESULTADOS

3.1. Os Regulamentos prevêem as tipologias de projectos que permitem concretizar os objectivos do ON.2 e respectivos indicadores? Os "Avisos" previam o apoio a tipologias de projectos que concorressem para a concretização desses objectivos e respectivos indicadores? O processo de selecção das operações permitiu seleccionar aquelas que mais contribuíam para esses objectivos e indicadores?

Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento

1. O **Objectivo Específico 1 (OE1)** é um dos que exibe uma significativa discrepância entre o valor do indicador observado até 2009 (uma unidade de I&D apoiada) e as metas estabelecidas para 2010 e 2015 (30 e 100 unidades de I&D respectivamente, conforme quadro apresentado no final do presente anexo). O OE1 é coberto pelo **RE Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas**, ao abrigo do qual foram lançados até ao final de 2009 quatro avisos de concurso. Entre estes apenas dois (SAICT/1/2008 e SAIECT-IEC/1/2009) geraram aprovações até essa data, sendo que entre ambos ficaram cobertas duas tipologias entre as sete previstas no RE: projectos de infra-estruturas de redes e equipamentos tecnológicos no âmbito de Planos Tecnológicos de Educação e construção e equipamento de novas infra-estruturas científicas, respectivamente. O promotor do projecto apoiado no âmbito do aviso SAICT/1/2008 (o GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação) não se configura como uma unidade de I&D, pelo que apenas o aviso destinado a apoiar novas infra-estruturas científicas contribuiu directamente para o indicador. Note-se que foi apresentada apenas uma candidatura ao aviso SAIECT-IEC/1/2009, a qual esgotou a totalidade do fundo comunitário a concurso.

2. A opção de dar prioridade, numa primeira fase, a operações integradas no Plano Tecnológico de Educação, a par com a forte selectividade no apoio a iniciativas de I&D, privilegiando investimentos em infra-estruturas científicas com um forte impacto regional e claramente referenciadas no Plano de Acção para a Inovação no Norte de Portugal 2008-2010 (como é o caso do INL – Laboratório Ibérico de Nanotecnologias, promotor apoiado no âmbito do aviso SAIECT-IEC/1/2009) contrasta, portanto, com a ambição da meta prevista para 2010.

3. Os restantes dois avisos abertos em 2009, em conjunto com os avisos lançados já em 2010, proporcionam uma cobertura quase total das tipologias previstas, destacando-se me particular o contributo do aviso SAIECT-IETIEFE/1/2009 para a consolidação da rede regional de infra-estruturas tecnológicas. Até ao final 3º trimestre de 2010 ao abrigo do RE Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas foram aprovados cerca de 39.5 milhões de euros de fundo comunitário num total de 16 aprovações, e estavam 23 candidaturas em análise de admissibilidade. Mesmo considerando que, dada a diferença entre o valor de investimento das 23 candidaturas em análise e o fundo a concurso, é previsível que uma parte destes projectos não terá cabimento orçamental, mas poderá ser equacionado o aumento de dotação, perspectiva-se uma aproximação à meta para 2010. Ainda assim não deverá ser negligenciada a dificuldade de concretização da meta para 2015. A título de exemplo, veja-se o aviso SAIECT-IETIEFE/1/2009 dirigido ao apoio a equipamentos e infra-estruturas tecnológicas, cujo valor médio de fundo comunitário aprovado foi de 1,2 milhões de euros por projecto (um dos mais baixos entre os avisos que geraram aprovações até final do 3º trimestre de 2010). Tomando este valor como referência, e partindo do princípio que entre as 16 aprovações registadas até o final do 3º trimestre de 2010 15 correspondem a unidades de I&D apoiadas, para atingir a meta de 100 unidades apoiadas em 2015 seriam necessárias mais aprovações num valor total de cerca de 100 milhões de euros de fundo. Neste cenário a meta para 2015 surge como relativamente ambiciosa, a não ser que os avisos futuros sejam formatados no sentido do apoio a intervenções envolvendo menor dimensão financeira.

4. O **OE2** é coberto pelo **Sistema de Incentivos às Empresas**, sendo que o indicador de realização ultrapassou logo em 2009 a meta prevista para 2010. Até ao final do 3º trimestre de 2010 foram lançados 81 avisos que geraram 1566 aprovações, num total de 343,6 milhões de euros de fundo comunitário. Em 2009 verificou-se uma forte aceleração do ritmo de lançamento de concursos, do volume de procura e de aprovações – indissociável do pacote de medidas de flexibilização implementadas em Abril de 2009 e destinadas a travar os efeitos negativos da conjuntura económica. Dados os elevados níveis de compromisso já observados nos 3 sistemas verificou-se em 2010 uma contenção do lançamento de concursos, facto que não vem invalidar a

adequação das metas previstas para 2015. Os apoios à instalação de incubadoras de empresas de base tecnológica e ao empreendedorismo tecnológico - o quais se traduziram na aprovação de 1 infra-estrutura e 6 programas de empreendedorismo tecnológico até ao final do 3º trimestre de 2010 - contribuem também para prossecução deste objectivo ainda que sem um reflexo directo no indicador.

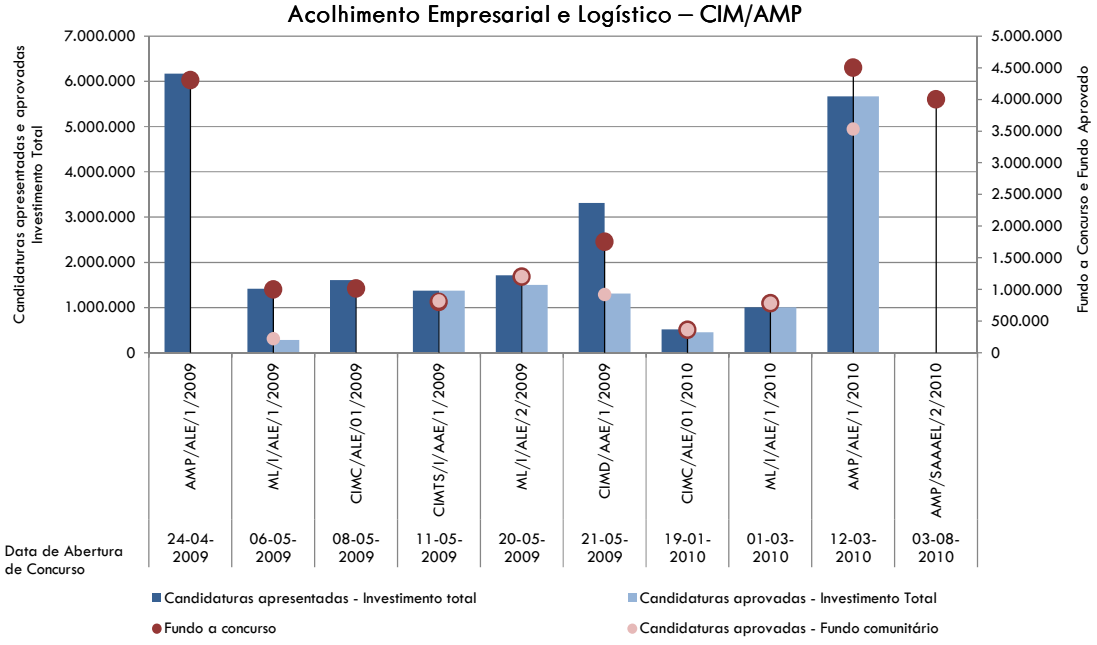
5. A prossecução do **OE3** é coberta pelo **RE Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica** (em particular pela tipologia a) Infra-estruturas físicas de Parques de Ciência e Tecnologia) e pelo **RE Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico.**

6. O indicador de realização escolhido para monitorizar este objectivo mede a extensão do espaço infra-estruturado apoiado, que acompanha melhor o desenvolvimento das áreas de acolhimento empresarial do que dos parques de ciência e tecnologia, nos quais a questão da extensão do espaço disponível é, frequentemente, menos relevante do que a qualidade dos serviços disponíveis. Até 2009 foram contratados 54.072 m^2 face a uma meta de 115.000 em 2010.

7. Para o apoio à rede de parques de ciência e tecnologia foi lançado em 2008 um aviso (SAPCTIEBT – IEFPCT/1/2008) que foi alvo de uma procura expressiva face ao valor do fundo a concurso. Deste concurso resultaram 3 projectos aprovados, mas apenas 1 com data de decisão final em 2009. Destaca-se em particular a aprovação em 2010 da operação de consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto que absorve cerca de 11 milhões de fundo comunitário.

8. No que respeita à promoção das áreas de acolhimento empresarial, foram lançados até ao final de 2009 oito avisos, dos quais seis no quadro da subvenção global afecta às CIM/AMP, orientados para o apoio a uma rede complementar de áreas empresariais, e dois orientados para projectos de maior dimensão (SAAAEL/1/2008 e SAAAEL/1/2009).

Figura 3: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico – CIM/AMP



Nota: Situação a 30 de Setembro de 2010
Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2

9. O grau de exigência implícito nos dois avisos formatados para apoiar projectos de maior dimensão e com uma área de influência claramente regional, não deverá ser alheio à dificuldade em contratar os projectos objecto de uma decisão favorável ao abrigo de aviso lançado em 2008 e à reduzida procura dirigida ao

aviso lançado em 2009. Os avisos lançados no quadro da subvenção global afecta às CIM/AMP geraram 3 aprovações até ao final de 2009. Já em 2010 foram aprovados até ao final do 3º trimestre mais 5 projectos no quadro da subvenção global afecta às CIM/AMP. Ainda que o grau de exigência nos concursos lançados ao abrigo das CIM/AMP não seja comparável com o dos avisos orientados para projectos de maior dimensão, identificam-se casos de avisos decididos e encerrados sem qualquer aprovação, por motivo de desistência (AMP/ALE/1/2009 e CIMC/ALE/01/2009, com um total de 5.3 milhões de euros de fundo a concurso). Em suma, até ao 3º trimestre de 2010 ao abrigo do RE Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico foram aprovados cerca de 7.8 milhões de euros de fundo comunitário num total de 8 aprovações.

10. Nas entrevistas ao secretariado técnico e à Comissão Directiva foram reconhecidas as dificuldades funcionais e processuais associadas às contratações de áreas de acolhimento empresarial de âmbito regional, mas, simultaneamente, reforçada a confiança no sucesso das diligências entretanto lançadas no sentido de ultrapassar os estrangulamentos do processo e, portanto, na concretização das metas previstas em sede programação.

Quadro 7: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico – CIM/AMP

Data de Abertura	Código concurso	Candidaturas apresentadas Nº	Candidaturas em análise de admissibilidade Nº	Candidaturas admitidas Nº	Candidaturas em análise de mérito Nº	Candidaturas aprovadas Nº
24-04-2009	AMP/ALE/1/2009	1				
06-05-2009	ML/I/ALE/1/2009	2		1		1
08-05-2009	CIMC/ALE/01/2009	2	1			
11-05-2009	CIMTS/I/AAE/1/2009	2		2		2
20-05-2009	ML/I/ALE/2/2009	1		1		1
21-05-2009	CIMD/AAE/1/2009	3		2	1	1
19-01-2010	CIMC/ALE/01/2010	2		2		1
01-03-2010	ML/I/ALE/1/2010	1		1		1
12-03-2010	AMP/ALE/1/2010	1		1		1
03-08-2010	AMP/SAAAEL/2/2010					
TOTAL		**15**	**1**	**10**	**1**	**8**

Nota: Situação a 30 de Setembro de 2010.
Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2.

11. O **OE4** reflecte, à semelhança do OE1, as aprovações dos **Sistemas de Incentivos às Empresas,** exibindo ao nível dos indicadores de realização uma performance muito positiva: em 2009 o valor registado pelo indicador *"Nº de micro e pequenas empresas apoiadas"* já ultrapassava a meta de 2015, num quadro em que o Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME representa a maior fatia de candidaturas apresentadas e projectos aprovados. As alterações do contexto económico e social - às quais as pequenas e médias empresas se mostram mais vulneráveis – combinada com o pacote de medidas de flexibilização do acesso aos Sistema de Incentivos, explica em grande medida este desvio entre as expectativas formadas em sede de programação e as efectivas realizações. Neste cenário deverá ser equacionada uma reformulação em alta da meta para 2015.

12. O **OE5** é coberto pelo **RE Sistema de Apoio a Acções Colectivas**, ao abrigo do qual foi lançado um aviso em 2008 que gerou uma procura expressiva. O aviso permitiu aprovar 8 projectos, envolvendo 73 acções colectivas. Em 2009 e 2010 não foram lançados mais avisos. Este é um dos casos em que parece existir uma discrepância entre os pressupostos adoptados no momento da definição das metas – 10 acções colectivas em 2010 e 35 em 2015 – e a interpretação do que constitui uma acção colectiva para o cálculo do indicador.

A opção por distinguir o conceito de acção colectiva do conceito de projecto, levou a que o número de acções aprovadas em 2009 já tivesse ultrapassado largamente as meta para 2015, enquanto o indicador *"Nº de entidades envolvidas nas acções colectivas"* ficou significativamente aquém. Neste cenário, parece aconselhável uma reformulação das metas que reflicta melhor o conceito de acção colectiva e a apetência demonstrada até ao momento pelos promotores por esta tipologia.

13. Em relação ao **OE6** – para cujos indicadores contribui o **RE Economia Digital e Sociedade do Conhecimento** – o valor do indicador registado até 2009 (2 projectos de promoção da economia digital e sociedade do conhecimento) indicia um forte desvio face à meta prevista para 2010 (100 projectos) que, à semelhança da análise da concretização do OE1, parece ser fruto da opção política pela concentração, numa primeira fase, num conjunto muito reduzido de tipologias.

14. Ao abrigo do RE EDSC foram lançados em 2008 e 2009 3 avisos – EDSC/1/2008, EDSC/1/2009 e EDSC/2/2009 – que geraram 2 aprovações até ao final de 2009, às quais se juntaram mais 15 operações aprovadas até ao final do 3º trimestre de 2010. Neste cenário a meta de 100 projectos aprovados em 2010 parece de difícil execução, facto que deverá ser lido à luz de forte restrição das tipologias a concurso: de facto, das 10 tipologias previstas no RE Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, apenas 2 foram cobertas pelos avisos lançados pela AG em 2008 e 2009, reflectindo a prioridade de investimento no Plano Tecnológico de Educação. A este propósito nas entrevistas com o Secretariado foi equacionado que para o cálculo do indicador cada escola intervencionada contasse como uma unidade, o que naturalmente iria resultar numa performance do indicador muito mais positiva.

15. Foram ainda lançados 3 avisos ao abrigo da subvenção global afecta às CIM/AMP que abriram consideravelmente o leque de tipologias mas que não geraram aprovações até ao 3º trimestre de 2010:

- ✓ Ao aviso CIMTM/EDSC/01/2009 apresentaram-se 2 candidaturas que, à data de 30 de Setembro 2010 estavam em análise de admissibilidade
- ✓ Ao aviso CIMC/SOL/1/2009, com 805.000 euros de fundo a concurso, apresentou-se apenas uma candidatura, cancelada por motivo de desistência.
- ✓ O aviso CIMC/SOL/1/2010 foi aberta em Julho de 2010 com um período contínuo de candidatura, não tendo gerado qualquer aprovação até ao final do 3º trimestre.

Quadro 8: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE EDSC - Tipologias de Projectos

Tipologias do RE EDSC	EDSC 2008	EDSC/1/ 2009	EDSC/2/ 2009	CIMC/SOL /01/2009	CIMC/SOL/ 01/2010	CIM-TM/EDSC/ 01/2009
a) Projectos de sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet em Banda Larga em espaços de acesso públicos que reúnam as condições para o efeito;				X	X	
b) Projectos ao nível dos conteúdos e plataformas de massificação e dinamização da Internet em Banda Larga de Alta Velocidade nos estabelecimentos de educação e ensino, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação;	X				X	
c) Projectos que visem integrarem as TIC nos processos de ensino e aprendizagem, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação;		X	X	X	X	X
d) Projectos de promoção da literacia digital, em particular os projectos baseados em relações de proximidade com grupos info-excluídos.				X	X	
e) Projectos de expansão da rede de espaços Internet.					X	
f) Projectos de apoio à dinamização de novos serviços de carácter comunitário.					X	X
g) Projectos de criação e digitalização de conteúdos temáticos e desenvolvimento de conteúdos e aplicações científicas, educativas e culturais.				X	X	

Tipologias do RE EDSC	EDSC 2008	EDSC/1/ 2009	EDSC/2/ 2009	CIMC/SOL /01/2009	CIMC/SOL/ 01/2010	CIM-TM/EDSC/ 01/2009
h) Projectos de desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidos ao melhoramento de processos e eficiência interna.				X	X	X
i) Projectos de criação e desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidas a cidadãos com necessidades especiais;				X	X	
j) Infra-estruturas de Banda Larga em áreas onde o "mercado" não encontre condições operacionais de disponibilização destes serviços, por questões de limiares demográficos.						

Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2

16. Tendo em conta, por um lado, a aprovação até ao final do 3º trimestre de 2010 de cerca de 27 milhões de euros de fundo comunitários, o facto dos valores contratualizados (cerca de 10 milhões de euros) estarem até à data de avaliação muito pouco comprometidos e, por outro, os valores programados para o tema prioritário Sociedade da Informação (cerca de 60 milhões de euros, incluindo infra-estruturas de serviços de telefone, tecnologias de informação e comunicação, serviços e aplicações para cidadãos), parece ainda existir cabimento financeiro para o lançamento de novos avisos. Foi referido nas entrevistas que para cumprimento do valor programado para o tema prioritário irá contribuir fortemente a aprovação de um grande projecto de instalação de banda larga em zonas rurais. O impacto deste investimento sobre os indicadores de realização poderá ser muito reduzido, se for contabilizado como apenas um projecto. Assim, caso o cálculo do indicador não seja reformulado, a meta para 2015 (300 projectos) surge como relativamente ambiciosa, cuja concretização dependerá da capacidade dos avisos irem ao encontro das necessidades do tecido social e institucional e da capacidade de apoiar um conjunto alargado de investimentos que absorvam um reduzido valor médio de fundo comunitário.

17. O **OE7** é coberto pelo **RE Energia**, ao abrigo do qual não existiam quaisquer aprovações até final de 2009, o que se reflecte, naturalmente, no valor nulo do indicador de realização *"Nº de projectos-piloto de eficiência energética"*. Tal como está formulado, o indicador articula-se com apenas uma tipologia entre as cinco previstas na última versão do RE (alínea e) do artigo 5º do RE).

18. Em 2009 foram lançados 3 avisos - E-IRFL/1/2009, E-SESPC/1/2009, E-PDRTAE/1/2009 – orientados para a eficiência energética na iluminação pública, para a eficiência energética em piscinas cobertas e para a criação de agências de energia, respectivamente. Os três avisos foram alvos de uma procura expressiva, destacando-se em particular os avisos E-IRFL/1/2009 e E-SESPC/1/2009, o que indicia o elevado peso da factura energética nos orçamentos autárquicos. Já em 2010 foram lançados mais 4 avisos que deram continuidade à preocupação com a eficiência energética dos equipamentos colectivos e com a densificação da rede de agências de energia, para além de ter sido aberta a tipologia de criação de unidades autónomas de gás (Energia/UAG/2010), que também gerou uma procura muito expressiva.

19. O atraso no lançamento dos avisos, o volume de procura, e a complexidade técnica associada a este regulamento, justificam o facto de até ao 3º trimestre de 2010 ter sido aprovado apenas um projecto. Nas entrevistas ao Secretariado Técnico foi confirmada a confiança na breve aceleração destes ritmos. Note-se no entanto que, mesmo que os ritmos de análise e aprovação tivessem sido mais rápidos, o contributo destes avisos para o indicador continuaria, muito provavelmente, a ser nulo, na medida em que nenhum previu a tipologia de projectos-piloto. Dado que o RE energia foi alvo de diversas alterações que levaram a um alargamento significativo das tipologias previstas, e que o indicador de realização escolhido em sede de programação parece estar melhor adaptado às primeiras versões do RE, deverá ser equacionada a sua reformulação ou a inclusão de novos indicadores.

Quadro 9: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Energia

Código concurso	Data de Abertura	Candidaturas apresentadas - Nº	Candidaturas em análise de admissibilidade - Nº	Candidaturas admitidas - Nº	Candidaturas em análise de mérito - Nº	Candidaturas aprovadas - Nº
E-PDRTAE/1/2009	30-06-2009	5		5	4	1
E-SESPC/1/2009	30-06-2009	41	38			
E-IRFL/1/2009	30-06-2009	46	46			
E-PDRTAE/1/2010	02-02-2010	2		2	2	
Energia/UAG/1/2010	23-02-2010	7	7			
E - EEA/1/2010	20-07-2010					
E - EEA/2/2010	20-07-2010					
TOTAL		101	91	7	6	1

Nota: Situação a 30 de Setembro de 2010.
Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2.

Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos

20. A prossecução do Eixo Prioritário II iniciou-se apenas no último trimestre de 2008 com o lançamento do aviso TDIM/1/2008. O atraso no lançamento de concursos – o qual deverá ser avaliado à luz da data de definição do quadro regulamentar que sustenta as Estratégias de Eficiência Colectiva – explica o reduzido nível de aprovações e contratações e, consequentemente, o facto da maioria dos indicadores assumirem até 2009 um valor nulo. Todos os objectivos do Eixo Prioritário 2 são cobertos pelo RE Valorização Económica de Recursos Específicos, sendo que diferentes tipologias contribuem para diferentes indicadores.

21. Os indicadores de realização do **OE1** – o qual é coberto pela tipologia descrita na **alínea a) do artigo 4º do RE Valorização Económica de Recursos Específicos** - reflectem claramente a estratégia regional de maior articulação dos investimentos turísticos em torno de planos concertados, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, e de marcas com um potencial de internacionalização, nomeadamente a marca "Porto".

22. Em 2008 foram lançados dois avisos orientados para a valorização económica da excelência turística regional, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – TDIM/1/2008 e TDINF/1/2008 – sendo que apenas o primeiro gerou aprovações até ao final de 2009 (as quais se reflectem no indicador *"Nº de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD"* que assume em 2009 o valor de 21 face a uma meta de 50 para 2010). Ambos os avisos geraram uma procura significativa, representando um total 46 operações aprovadas e de 21 milhões de euros de fundo comunitário aprovado, até final do 3º trimestre de 2010, o que indicia uma significativa aproximação à meta para 2010. Já no que respeita ao indicador "Nº de acções integradas de promoção da marca Porto e Norte e das respectivas sub-marcas" o valor nulo é explicada pela ausência de avisos que tenham previsto a respectiva tipologia. Em 2009 e 2010 foram também lançados mais 4 avisos que contribuem para a prossecução do objectivo, ainda que não tenham um reflexo directo nos indicadores: dois avisos dirigidos às Escolas de Hotelaria e Turismo da Região Norte e dois avisos orientados para a densificação da rede de Centros de Informação Turística.

23. Tendo em conta, por um lado, o ritmo de aprovações em 2010 e, por outro, que os projectos de natureza imaterial absorvem, tipicamente, um valor médio de fundo comunitário mais baixo que os projectos de infra-estruturas e equipamentos, a concretização das metas do OE1 não parece exigir um esforço financeiro que justifique, nesta fase, uma revisão em baixa das metas.

24. No que respeita ao **OE2** – para cujos indicadores contribuem as operações enquadradas na **alínea b) do artigo 4º do RE Valorização Económica de Recursos Específicos** – foram lançados em 2009 3 avisos/concursos na sequência do reconhecimento da Estratégia de Eficiência Colectiva "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar" (MAR/TC/PCT/1/2009, MAR/IEBT/1/2009 e MAR/IEBT/DC&T/1/2009)

que viriam a gerar aprovações em 2010. Note-se que o aviso MAR/TC/PCT/1/2009 permitiu enquadrar duas infra-estruturas consideradas âncoras na EEC (o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões e o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar), garantindo a execução da meta para 2010. Dado que no âmbito do aviso MAR/IEBT/DC&T/1/2009 estavam até ao final do 3º trimestre de 2010 3 projectos em análise de mérito, parece também plausível vir a ser alcançada a meta de 5 infra-estruturas e equipamentos em 2015.

25. O **OE3** é coberta pela **alínea c) do artigo 4º do RE Valorização Económica de Recursos Específicos**, que prevê a promoção de um "cluster" de indústrias criativas e a promoção de grandes eventos culturais, sendo que os indicadores escolhidos reflectem apenas esta última subtipologia. A prossecução do objectivo assumiu um padrão semelhante ao do OE2, no sentido em que após o reconhecimento formal do EEC "Cluster das Indústrias Criativas na Região Norte" foram lançados em 2009 e 2010 4 avisos/concursos dirigidos a diferentes tipologias: SACIC-GE/1/2009 dirigido ao apoio a grandes eventos; SACIC-IF/1/2009 e SACIC-IF/PA/2010 dirigidos ao apoio a infra-estruturas de promoção e acolhimento de actividades e indústrias criativas; e SACIC/GCEC/PA/1/2009 destinado à apresentação de um programa de acção relacionado com o evento "Guimarães Capital Europeia da Cultura".

26. Os avisos geraram uma procura significativa mas só vieram a gerar aprovações em 2010: até ao 3º trimestre de 2010 foram aprovadas 6 operações infra-estruturais, num total de 13.9 milhões de euros de fundo e 10 eventos, num total de 10 milhões de euros de fundo. Considera-se que o Plano de Acção Guimarães Capital Europeia da Cultura, dado o valor de fundo comunitário previsto (um total de 18 milhões de euros) e a sua natureza de projecção internacional terá, previsivelmente, um forte impacto neste indicador.

27. O **OE4** é coberto pela **alínea d) do artigo 4º do RE Valorização Económica de Recursos Específicos** e está totalmente integrado na subvenção global atribuída às CIM/AMP, destacando-se no quadro de aprovações e contratações do Eixo Prioritário II pela performance positiva de um dos indicadores de realização: até 2009 foram contratados cerca de 195.880 m^2 de área infra-estruturada para acolhimento empresarial face a uma meta de 200.000 em 2010.

28. O segundo indicador de realização – *"Nº de programas de acção de desenvolvimento turístico integrados apoiados"* – permaneceu até 2009 com um valor nulo, face a uma meta de 2 programas de acção em 2010. Note-se no entanto que foram aprovados ao abrigo da subvenção global com a AMP/CIM um conjunto diversificado de projectos isolados, com um potencial impacto turístico, mas que não contaram para o cálculo do indicador.

29. Considerando que os 195.880 m^2 contratados até ao final do 2009 correspondem apenas a um projecto no valor de cerca de 700.000 euros de fundo aprovado, que entretanto já foram aprovados mais 5 parques/zonas industriais, e que o valor total de fundo aprovado ainda fica significativamente aquém do total contratualizado nesta tipologia, a expectativa é que a meta para 2015 de 600.000 m2 de área infra-estruturada para acolhimento empresarial seja alcançada. Já em relação ao indicador *"Nº de programas de acção de desenvolvimento turístico integrados apoiados"* levantam-se dúvidas sobre o seu cálculo, na medida em que não forma lançados apelas CIM/AMP avisos destinados à apresentação prévia de programas de acção de desenvolvimento turístico. Neste quadro, deverá ser equacionada a sua reformulação, de forma acolher as aprovações de projectos que promovam e valorizem recursos turísticos locais, independentemente de estarem integrados em programas de acção.

30. A prossecução do OE5 reflecte na íntegra as EEC PROVERE aprovadas na região Norte. Após a aprovação do enquadramento estratégico das EEC foram lançados dois avisos para a apresentação de acções preparatórias (ainda em 2008) e de planos de acção, na sequência dos quais foram reconhecidas formalmente 8 EEC PROVERE na região Norte, que se reflectem no indicador *"Nº de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados"*. Tendo em conta a meta prevista de 3 acções apoiadas em 2010, a procura dirigida, numa primeira fase, a este instrumento de política terá excedido as expectativas. Uma vez aprovados os planos de acção, foram lançados dois avisos no âmbito do Eixo Prioritário 5 orientados para a promoção e capacitação institucional das parcerias - contabilizando cerca de 2.5 milhões de euros de fundo aprovado - e, em 2010, dois avisos no âmbito do Eixo 2 destinados a apoiar

as operações em concreto. Dado que no cálculo do indicador *"Nº de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados"* o conceito de acção integrada coincide com o conceito de plano de acção, a meta para 2015 (10 acções integradas) não parece plausível. De facto, não foi demonstrada pela AG a intenção de voltar a abrir concursos para apresentação de planos de acção, nomeadamente devido aos elevados custos de transacção implicados por este tipo de processo.

Quadro 10: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 no Âmbito das EEC PROVERE

Eixo Prioritário	Regulamento Específico	Data de Abertura	Código Concurso	Fundo a Concurso	Candidaturas Aprovadas - Fundo Comunitário	Candidaturas Apresentadas - Investimento	Candidaturas Aprovadas - Investimento
5	Promoção e Capacitação Institucional	15-05-2008	PROVERE - Acções Preparatórias	250.000	369.875	1.290.389	528.392
Transversal	Estratégias de Eficiência Colectiva	22-10-2008	PROVERE - EEC (1)				
5	Promoção e Capacitação Institucional	03-08-2009	PROVERE-CGP(PC)/1/2009 (2)				
2	Valorização Económica de Recursos Específicos	15-04-2010	EEC PROVERE/PA/1/2010	20.000.000		20.919.033	
		15-04-2010	EEC PROVERE/PC/1/2010	5.500.000		7.005.267	
5	Promoção e Capacitação Institucional	21-05-2010	PROVERE-CGP/2010	3.200.000	2.500.078	3.496.506	3.487.950
TOTAL				**28.950.000**	**2.869.953**	**32.711.194**	**4.016.342**

Nota: Situação a 30 de Setembro de 2010; (1) Aviso para apresentação de Planos de Acção; (2) Aviso para pré-candidaturas (valores indicativos) de processos de gestão das parcerias. As respectivas candidaturas definitivas foram apresentadas no âmbito do Aviso PROVERE-CGP/2010

Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2

31. Considerando a decisão de aprovar todas as operações incluídas em Planos de Acção PROVERE no âmbito do Eixo II (deixando para o Eixo V apenas o que respeita à gestão da parceria) deverá ser equacionado se não seria mais adequado contabilizar no Eixo II o número de operações individuais efectivamente aprovadas, deixando para o Eixo V a contabilização do número de parcerias (que coincide com o número de planos de acção).

Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

32. O Eixo III é o Eixo Prioritário menos coberto por indicadores de realização, não só porque existem vários regulamentos sem qualquer correspondência em termos de indicadores mas também porque em vários regulamentos apenas uma tipologia específica, entre um conjunto alargado de tipologias disponíveis, é coberta pelos indicadores. No processo de entrevistas ficou claro que esta preocupação é partilhada pelo Secretariado, devendo existir uma reflexão sobre a reformulação de alguns indicadores e/ou a inclusão de novos indicadores.

33. O conjunto das operações aprovadas e contratadas no âmbito do Eixo Prioritário III até final de 2009 não permitem o cálculo de um conjunto alargado de indicadores, nomeadamente os indicadores relacionados com a prevenção de riscos, gestão de resíduos, reabilitação locais contaminados e zonas extractivas, valorização e qualificação ambiental e com alguns serviços colectivos de proximidade, como é o caso, das redes de abastecimento e drenagem de água e equipamento sociais.

34. Os indicadores do **OE1** são cobertos pelos **RE Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológico – Acções Imateriais, Optimização da Gestão de Resíduos e Reabilitação e Locais Contaminados e Zonas Extractivas.**

35. Os indicadores de realização e resultado que cobertos pelo RE Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológico – Acções Imateriais parecem reflectir apenas uma tipologia entre as sete previstas no quadro regulamentar, nomeadamente a tipologia *g) Divulgação e sensibilização no domínio da protecção civil, de âmbito regional e municipal, com o intuito de melhorar o grau de conhecimento e de preparação da população no que respeita aos riscos a que está exposta*.

36. Por esta razão, para o cálculo do indicador em 2010, destaca-se o aviso RNT/02/2009 - orientado para o apoio à criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal e projectos de divulgação e sensibilização – ao abrigo do qual foram aprovados em 2010 20 operações, num total de 5.3 milhões de euros. A informação que equipa de avaliação dispõe não permite, neste fase, identificar entre as operações aprovadas as que correspondem a acções de sensibilização e que, irão, portanto, contar para o cálculo do indicador. As restantes tipologias foram previstas no aviso RNT/01/2009 em relação ao qual a procura foi reduzida (2 candidaturas apresentadas com total de 2.2 milhões de euros de investimento total, para cerca de 5 milhões de fundo a concurso), não tendo sido aprovada qualquer operação, por motivo de não admissão das candidaturas.

37. À semelhança do verificado para o RE Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais, os indicadores associados ao RE Optimização e Gestão de Resíduos parecem reflectir apenas 1 tipologia entre as 5 previstas, nomeadamente a alínea *e) Estudos estratégicos e campanhas de sensibilização, de âmbito regional ou local, gerais ou específicas, orientadas para vários segmentos de público (doméstico, escolas, comércio, associações empresariais, etc.), visando melhorar o comportamento ambiental dos cidadãos e das empresas, divulgando informação sobre a sociedade da reciclagem e os novos padrões de consumo*.

38. Em 2009 foram lançados 3 avisos ao abrigo da subvenção global com as AMP/CIM e que, globalmente, cobriram a totalidade de tipologias previstas no RE. Os avisos AMP/RS/1/2009 e CIM do AVE/RS/01/2009, os quais incluíam o apoio a acções de sensibilização, geraram, no entanto, uma procura reduzida, tendo-se apresentado apenas uma candidatura a cada um dos avisos. Em ambos os casos as candidaturas permaneceram na fase de análise de mérito até ao final do 3º trimestre de 2010.

39. Tendo em conta o envelope financeiro contratualizado nesta tipologia (cerca de 8 milhões de euros) a concretização dos indicadores parece ser menos uma questão de cabimento orçamental, e mais uma questão de gestão de prioridades e até de adequação do indicador: por um lado, resta saber se as acções de sensibilização são uma prioridade reconhecida pelas CIM/AMP em relação às restantes tipologias definidas; e por outro, se o indicador não deveria ser reformulado ou complementado com outros indicadores que reflictam melhor a natureza dos projectos aprovados.

40. Os últimos indicadores do OE1 são cobertos pelo RE Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas, ao abrigo do qual foi lançado em 2009 um aviso destinado a apoiar a totalidade de tipologias previstas no regulamento. Ainda que a procura tenha ficado aquém do envelope financeiro a concurso, foram aprovados já em 2010 5 operações (num total de 3.7 milhões de euros de fundo aprovado), aproximando-se assim da meta de 8 para 2010. Tendo em conta o valor médio de fundo aprovado por projecto – com excepção do projecto "Recuperação das Pedreiras de Lourosa", nenhum dos projectos aprovados ultrapassou os 400.000 mil euros de fundo aprovado – e o valor alocado em sede de programação para o tema prioritário "Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados" – parece existir cabimento orçamental para a meta para 2010, devendo no entanto existir uma reflexão sobre as necessidades que ainda persistem no território.

Quadro 11: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Optimização e Gestão dos Resíduos, RE Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas e RE Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

Regulamento Específico	Data de Abertura	Código concurso	Candidaturas apresentadas - Nº	Candidaturas em análise de admissibilidade - Nº	Candidaturas admitidas - Nº	Candidaturas em análise de mérito - Nº	Candidaturas aprovadas - Nº
Optimização da Gestão de Resíduos	24-04-2009	AMP/RS/1/2009	1		1	1	
	21-05-2009	CIMC/RS/1/2009	4		3		3
	03-08-2009	CIMdoAVE/RS/01/2009	1		1	1	
	07-07-2010	ML/III/RS/01/2010					
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	06-08-2009	RLCZE/1/2009	7		6		5
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - AI	07-01-2009	RNT/2/2009	25		22		20
	07-01-2009	RTN/1/2009	2				
TOTAL			**40**		**33**	**2**	**28**

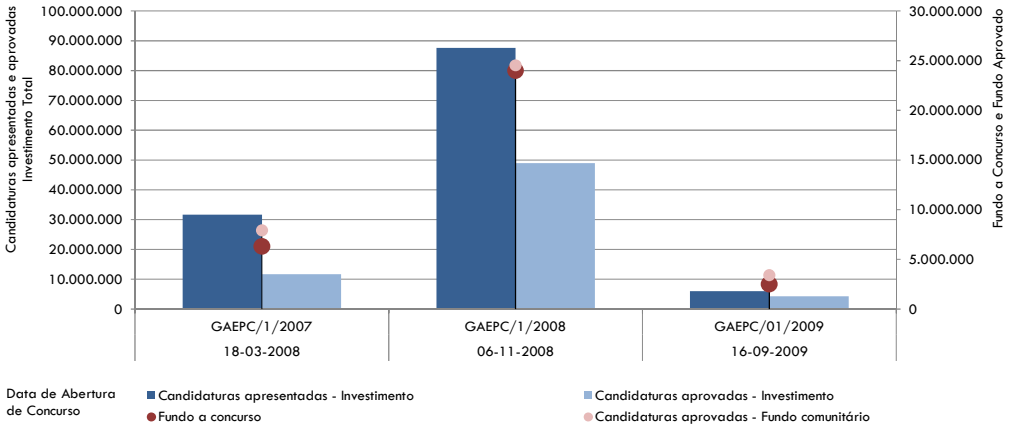
Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2

41. O **OE2** destaca-se no contexto do Eixo pelo facto da meta para 2010 já ter sido claramente ultrapassada em 2009. Os indicadores reflectem as aprovações e contratações enquadradas pelo **RE Gestão Activa de Espaços Classificados**, ao abrigo do qual foram lançados até 2009 3 avisos que geraram uma procura muito expressiva, tanto em termos do número de candidaturas como do investimento apresentado a concurso.

42. Os indicadores do **OE3** são cobertos por um conjunto alargado de regulamentos: **Ciclo Urbano da Água, Requalificação da Rede Escolar, Saúde e Equipamentos para a Coesão Local**. No que respeita ao ciclo urbano da água o atraso no lançamento de avisos – o primeiro aviso foi lançado em Maio de 2009, data indissociável das dificuldades de clarificação da articulação entre os sistemas em baixa e os sistemas em alta geridos pela empresa Águas de Portugal – explica, em grande medida, o facto de não terem existido aprovações em 2009. Até final do 3º trimestre de 2010 foram lançados pelas AMP/CIM 10 avisos que já geraram 7 aprovações.

43. Ainda que a informação disponível sobre o número de aprovações não permita à equipa avaliar o avanço entretanto verificado ao nível dos indicadores de execução física – isto porque os indicadores são expressos não em número de projectos mas em número de km intervencionados e população abrangida – identificaram-se nas entrevistas alguns sinais que as metas são muito ambiciosas face aos montantes financeiros alocados a esta tipologia. Acresce ainda que parecem persistir alguns estrangulamentos do fluxo de admissão e apreciação das candidaturas que poderão continuar a pressionar os prazos de aprovação e contratação: veja-se que, considerando os três avisos que já geram aprovações, foram apresentadas 18 candidaturas, das quais só 7 foram admitidas e 11 desistidas, o que indicia a dificuldade de apropriação pelos promotores de todas as condicionantes e disposições regulamentares e processuais. Tomando como exemplo o aviso CIMTS/III/CUA/1/2009, foram apresentadas 12 candidaturas, das quais apenas 4 foram admitidas e aprovadas, e 8 desistidas, resultando num montante de fundo comunitário aprovado significativamente aquém do fundo inicialmente a concurso, e consequentemente, na multiplicação dos custos e prazos associados ao lançamento de novos avisos para esgotar o fundo disponível.

Figura 4: Avisos Lançados Até ao 3º Trimestre de 2010 ao Abrigo do RE Gestão Activa de Espaços Classificados



Nota: Situação a 30 de Setembro de 2010
Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2

44. A requalificação da rede escolar foi assumida como uma prioridade nacional, reflectindo-se na performance dos indicadores de execução física: o número de contratações de intervenções sobre a rede de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico em 2009 já ultrapassava a meta para 2015, estando o indicador de número de alunos abrangidos também muito próximo da meta final.

45. Em relação aos equipamentos e infra-estruturas de saúde, foram lançados em 2007 e 2008 dois avisos que geraram uma procura expressiva. Os dois avisos permitiram 31 aprovações até final de 2009, valor que fica ainda significativamente aquém da meta de 71 projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde em 2010. Tendo em conta que em 2009 e até ao final do 3º trimestre de 2010 não foram lançados mais avisos para esta tipologia, a meta de 2010 parece de muito difícil concretização. Note-se no entanto que a meta de 2010 relativa à população abrangida pelas aprovações já foi claramente ultrapassada, aproximando-se significativamente da meta para 2015.

46. Considerando a forte procura dirigida aos dois avisos - um total de 128 candidaturas apresentadas que perfaziam mas de 400 milhões de euros de investimento total – a probabilidade de vir a alcançar a alcançar a meta final de 90 projectos, parece depender menos das efectivas necessidades observadas no território do que dos montantes financeiros ainda disponíveis: considerando por exemplo o aviso lançado em 2007, cada projecto custou em média cerca de 3.4 milhões de euros, o que implica que mantendo esse valor médio a execução de mais 59 projectos implicaria um volume total de fundo que ultrapassaria os 198 milhões de euros. Neste cenário, a meta final parece pouco razoável, a não ser que os próximos avisos sejam orientados para intervenções de muito menor alcance e custo médio.

47. Por fim, o indicador relativo ao apoio a equipamentos sociais permaneceu até ao final de 2009 com um valor nulo, mas no primeiro trimestre de 2010 o aviso ES/1/2009 dirigido ao apoio à primeira infância gerou 27 aprovações (com um valor médio de fundo aprovado cerca de 240.000 euros por projecto) que, muito provavelmente, permitirão ultrapassar a meta final de 25 equipamentos sociais apoiados para 2015. Este é um dos casos em que parece existir um desvio entre as expectativas formadas durante a fase de programação e as posteriores disposições regulamentares, no sentido em que o forte enfoque nos princípios da selectividade de projectos com um impacto significativo na competitividade do tecido económico e social em sede programação não fazia adivinhar a relativa amplitude do RE Equipamentos para a Coesão Local, tanto em termos das tipologias previstas como da abertura a projectos de menor dimensão e custo associado. De facto, à luz dos avisos lançados e da resposta dos promotores até 2010, esta meta destaca-se como relativamente conservadora, devendo ser equacionada a sua reformulação em alta e/ou o

condicionamento de futuros avisos no sentido de projectos que absorvam em média um maior valor de fundo comunitário.

Eixo Prioritário IV

48. Os dois primeiros objectivos do Eixo IV reflectem a execução dos instrumentos de Política de Cidades. A opção pela definição de dois objectivos distintos, e a própria formulação de alguns indicadores, indicia a intenção, em sede de programação, de articular o OE1 com as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e o OE2 com as Parcerias para a Regeneração Urbana. No entanto, a natureza dos Planos de Acção e das operações individuais aprovadas veio dificultar esta divisão, o que resultou no facto dos valores de alguns indicadores do OE1 - nomeadamente o número de intervenções integradas de requalificação urbana, população abrangida por intervenções integradas de requalificação urbana e m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel – também reflectirem aprovações de planos de acção e operações individuais no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana. Neste quadro em que os dois instrumentos de política de cidades podem contribuir para o mesmo indicador, e não obstante terem sido aprovadas até ao final de 2009 apenas 14 operações individuais, algumas metas para 2010 já foram ultrapassadas, devendo ser reformuladas - veja-se por exemplo a meta de 8 intervenções integradas de requalificação urbana em 2015 quando até ao final de 2009 já foram aprovadas 55, a meta de 60.000 indivíduos abrangidos por operações de regeneração urbana em 2015 quando as operações aprovadas até ao final de 2009 já cobriam 400.000 indivíduos, ou a meta de 100.000 indivíduos abrangidos por intervenções de requalificação urbana em 2010 quando em 2009 o valor já era de 220.570. Esta performance deverá também ser lida à luz da abertura das Parcerias para Regeneração Urbana a centros urbanos de média e pequena dimensão. Em suma, considerando o ritmo de aprovações entretanto gerado, e o conteúdo dos Planos de Acção aprovados, espera-se vir a concretizar a totalidade das metas.

49. Relativamente aos objectivos associados aos RE Mobilidade Territorial, os valores observados para os indicadores *"Nº de operações de tratamento de pontos negros rodoviários"* e *"Km de rede viária apoiada"* em 2009 já ultrapassavam as metas finais e o indicador de redução do tempo médio de percurso dos projectos apoiados exibia também reflectiu uma performance muito positiva.

50. Até ao final do 3º trimestre de 2010 foram aprovados cerca de 66.6 milhões de euros em avisos lançados ao abrigo da subvenção global com as CIM/AMP, a que acrescem cerca de 22.7 milhões correspondentes a dois projectos relativos à extensão da rede de metro do Porto. Tendo em conta esta evolução, a concretização das metas no âmbito do OE4 serão, previsivelmente, ultrapassadas. No que respeita ao OE3, desenha-se um cenário também relativamente positivo: tendo em conta, por um lado o valor contratualizado ao abrigo da tipologia do RE Mobilidade Territorial (cerca de 180 milhões de euros) e, por outro, o valor total alocado ao tema prioritário "Transportes" (305 milhões) parece existir ainda espaço para o lançamento de avisos por parte da AG e das AMP/CIM e para a concretização da generalidade das metas.

Eixo Prioritário V

51. O Eixo Prioritário V engloba dois objectivos – o primeiro associado ao processo de modernização da administração pública e, como tal, coberto pelo RE Sistema de Apoio à Modernização Administrativa; e um segundo associado a iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de promoção e capacitação das principais instituições regionais e locais e coberto pelo RE Promoção e Capacitação Institucional. A performance dos indicadores de realização ao nível das aprovações e contratações é globalmente positiva.

52. No que respeita à modernização administrativa, até ao final do 3º trimestre de 2010, a AG lançou dois avisos, aos quais se juntaram 8 avisos lançados pelas CIM/AMP, cobrindo a totalidade das tipologias previstas no RE. A generalidade dos avisos gerou uma procura significativa, destacando-se em particular o primeiro aviso lançado pela AG ao qual se apresentaram 185 candidaturas e 27 aprovações num total de 12 milhões de euros de fundo. Até ao final 2009 foram aprovadas 82 lojas de cidadão/centros de multisserviço, ultrapassando assim a meta de 61 para 2015. A população servida por estas aprovações ascende aos

2.168.468 indivíduos, valor já muito próximo da meta prevista para 2015. Não obstante o cenário claramente positivo ao nível das aprovações, foram referidas nas entrevistas ao Secretariado algumas dificuldades de articulação entre os promotores e a Agência para a Modernização Administrativa que levantam preocupações no que respeita à execução dos projectos.

53. No que respeita à promoção e capacitação institucional foram aprovados até final de 2009 nove projectos correspondentes às acções preparatórios dos PROVERE, ficando o indicador de realização bastante aquém da meta de 2010 (90 projectos de promoção e capacitação institucional). A tendência para a multiplicação do número de entidades envolvidas nas parcerias não foi prevista em sede de programação, o que justifica que o *indicador "Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção e capacitação institucional"* tenha, pelo contrário, ultrapassado a meta de 2010. Já em 2010 foram aprovados 8 projectos de apoio à gestão das parcerias PROVERE e 3 projectos no âmbito da subvenção global com as CIM/AMP. Tendo em conta que foi referido durante as entrevistas ao Secretariado que existe cabimento orçamental para o lançamento de novos avisos ao abrigo deste RE, que estes projectos absorvem, tipicamente, um montante médio de fundo relativamente reduzido, e que até ao final do 3º trimestre de 2010 existiam ainda 100 projectos em análise de admissibilidade, considera-se que a meta de 2010 é adequada e a de 2015 é exequível se se mantiver uma tendência de grande procura com projectos de reduzido valor.

Quadro 12: Realização Física - Resumo

Eixo Prioritário	Objectivo Específico	Tipo		Indicadores		2009	2010	2015
		Realização	Resultado					
Eixo I	OE1 - Consolidação dos serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação	x		Nº de Unidades de I&D apoiadas	Realização - Contratada	1		
					Metas	n.a	30	100
	OE2 - Apoio à criação e consolidação de "clusters" emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia	x		N.º de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização - Contratada	310		
					Metas	n.a	250	500
	OE3 - Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial	x		Área de infra-estruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)	Realização - Contratada	54.072		
					Metas	n.a	115.000	350.000
	OE4 - Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização	x		N.º de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização - Contratada	495		
					Metas	n.a	130	450
	OE5 - Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial		x	Nº de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Realização - Contratada	8		
					Metas	n.a	20	105
		x		Nº de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização - Contratada	73		
					Metas	n.a	10	35
	OE6 - Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	x		Nº de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização - Contratada	2		
					Metas	n.a	100	300
	OE6 - Promoção de acções de eficiência energética	x		Nº de projectos-piloto de eficiência energética	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	6	22
Eixo II	OE1 - Valorização económica da excelência turística regional	x		Nº de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização - Contratada	21		
					Metas	n.a	50	100
		x		Nº de acções integradas de promoção da marca Porto e Norte e das respectivas sub-marcas	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	2	4
	OE2 - Valorização económica de novos usos do mar	x		Nº de infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	2	5
	OE3 - Valorização da cultura e da criatividade	x		Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da região) apoiados	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	20	70
	OE4 - Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas	x		Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (m^2)	Realização - Contratada	195.880		
					Metas	n.a	200.000	600.000

Eixo Prioritário	Objectivo Específico	Tipo		Indicadores		2009	2010	2015
		Realização	Resultado					
		x		Nº de programas de acção de desenvolvimento turístico integrados apoiados	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	2	5
	OE5 - Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais	x		Nº de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização - Contratada	8		
					Metas	n.a	3	10
Eixo III	OE1 - Valorização e qualificação ambiental	x		Nº de acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	7	23
		x		Nº de acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	3	12
		x		Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	8	20
	OE2 - Gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade		x	Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa (%)	Realização - Contratada	43,10%		
					Metas	n.a	7%	25%
		x		N.º de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização - Contratada	36		
					Metas	n.a	16	50
	OE3 - Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade	x		Km de rede de abastecimento de água intervencionados	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	400	600
		x		Km de rede de drenagem de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	440	1.100
			x	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico (n.º)	Realização - Contratada	55.933		
					Metas	n.a	22.100	44.200
		x		N.º de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização - Contratada	254		
					Metas	n.a	112	223
		x		N.º de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização - Contratada	31		
					Metas	n.a	71	90
			x	População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização - Contratada	3.004.026		
					Metas		1.097.272	3.754.044
		x		Nº de equipamentos sociais apoiados	Realização - Contratada	0		

Eixo Prioritário	Objectivo Específico	Tipo		Indicadores		2009	2010	2015
		Realização	Resultado					
					Metas	n.a	7	25
Eixo IV	OE1 - Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação	x		N.º de Intervenções integradas de requalificação urbana	Realização - Contratada	55		
					Metas	n.a	2	8
			x	População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Realização - Contratada	220.570		
					Metas	n.a	100.000	400.000
			x	N.º de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade	Realização - Contratada	14		
					Metas	n.a	8	16
			x	m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Realização - Contratada	6.250		
					Metas	n.a	8.000	40.000
	OE2 - Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana	x		Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados (n.º)	Realização - Contratada	37		
					Metas	n.a	12	30
			x	Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização - Contratada	138.030		
					Metas	n.a	160.000	400.000
			x	População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Realização - Contratada	400.000		
					Metas	n.a	24.000	60.000
	OE3 - Promoção da mobilidade urbana	x		Nº de interfaces de passageiros apoiados	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	4	15
		x		N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização - Contratada	105		
					Metas	n.a	22	76
		x		Nº de acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade das plataformas logísticas	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	1	2
		x		Km intervencionados no âmbito das acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade das plataformas logísticas	Realização - Contratada	0		
					Metas	n.a	4	8
	OE4 - Promoção da conectividade do sistema urbano regional		x	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados (%)	Realização - Contratada	10%		
					Metas	n.a	10%	10%
		x		Km de rede viária apoiada (km)	Realização - Contratada	364.534		
					Metas	n.a	50	190

Eixo Prioritário	Objectivo Específico	Tipo		Indicadores		2009	2010	2015
		Realização	Resultado					
Eixo V	Modernização do Governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local		x	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados	Realização - Contratada	2.168.468		
					Metas	n.a	650.000	2.400.000
		x		Nº Lojas do Cidadão/Centros multi-serviços apoiados	Realização - Contratada	82		
					Metas	n.a	25	61
	Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local		x	Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização - Contratada	423		
					Metas	n.a	350	1000
		x		Nº de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização - Contratada	9		
					Metas	n.a	90	270

Quadro 13: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário I

				Regulamento Específico										
Eixo Prioritário	Obj.	Indicador	Tipo	PCCT	SI PME	SI Inov	SI I&DT	SAAAEL	SAPCTIEBT	SAICT	SAAC	EDSC	Energia	AFP
I	1.1	N° de Unidades de I&D apoiadas	Realização							☐ (1)				
	1.1	Variação anual média da despesa em I&D observadas nas unidades de I&D apoiadas	Resultado							☐ (1)				
	1.2	N.° de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização		☐	☐	☐							☐
	1.2	% de empresas de base tecnológica apoiadas em actividade	Resultado		☐	☐	☐							☐
	1.3	Área de infra-estruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)	Realização					☐	☐					
	1.3	% de área ocupada nos espaços infra-estruturados apoiados	Resultado					☐	☐					
	1.4	N.° de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização		☐	☐	☐							☐
	1.4	Taxa de variação anual média do rácio VAB/Vendas nas empresas apoiadas	Resultado		☐	☐	☐							☐
	1.5	N° de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização								☐			
	1.5	N° de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Resultado								☐			
	1.6	N° de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização									☐		
	1.6	% empresas apoiadas com portal Web activo e acesso à internet em banda larga	Resultado											
	1.7	N° de projectos-piloto de eficiência energética	Realização										☐	
	1.7	Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética)	Resultado										☐	

Quadro 14: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário II

Eixo Prioritário	Obj.	Indicador	Tipo	Regulamento Específico	
				VERE	PROVERE
II	2.1	Nº de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização	☐	
	2.1	Nº de acções integradas de promoção da marca Porto e Norte e das respectivas sub-marcas	Realização	☐	
	2.1	Acréscimo do valor da receita média por dormida nos projectos apoiados	Resultado		
	2.2	Nº de infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização	☐	
	2.2	Nº de visitantes das infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Resultado	☐	
	2.3	Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da região) apoiados	Realização	☐	
	2.3	Nº visitantes em eventos apoiados	Resultado	☐	
	2.4 (1)	Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (m^2)	Realização	☐	
	2.4	% Área ocupada nos espaços infra-estruturados incluídos em planos integrados apoiados	Resultado	☐	
	2.4	Nº de programas de acção de desenvolvimento turístico integrados apoiados	Realização	☐	
	2.5	Nº de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização		☐
	2.5	Nº de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica dos recursos endógenos	Resultado		☐

(1) o objectivo 2.4 está totalmente integrado nas intervenções ao abrigo da subvenção global atribuídas às CIM/AMP

Quadro 15: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário III

Eixo Prioritário	Obj.	Indicador	Tipo	Regulamento Específico												
				AVL	AVQA	OGR	RLCZE	PGRNT-AI	PGRNT-AM	GAEPC	RRE	Saúde	PC	REC	CUA	ECL
III	3.1	N° de acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários	Realização					☐								
	3.1	N° de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários apoiados	Resultado					☐								
	3.1	N° de acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Realização			☐										
	3.1	N° de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Resultado			☐										
	3.1	N° de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	Realização				☐									
	3.1	População a beneficiar com a intervenção de recuperação do passivo ambiental	Resultado				☐									
	3.2	Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa (%)	Resultado							☐						
	3.2	N.° de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização							☐						
	3.3	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados	Resultado												☐	
	3.3	Km de rede de abastecimento de água intervencionados	Realização												☐	
	3.3	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados	Resultado												☐	
	3.3	Km de rede de drenagem de águas residuais intervencionados	Realização												☐	
	3.3	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1° ciclo do Ensino Básico (n.°)	Resultado								☐					
	3.3	N.° de centros escolares do 1° ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização								☐					
	3.3	População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.°)	Resultado									☐				
	3.3	N.° de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização									☐				
	3.3	N° de utentes dos equipamentos sociais apoiados	Resultado													☐
	3.3	N° de equipamentos sociais apoiados	Realização													☐

Quadro 16: Cobertura dos Indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário IV

Eixo Prioritário	Obj.	Indicador	Tipo	Regulamento Específico			
				RUCI	PRU	SAAAEL	MT
IV	4.1	N.º de Intervenções integradas de requalificação urbana	Realização	☐	☐		
	4.1	População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Resultado	☐	☐		
	4.1	N.º de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade	Resultado	☐			
	4.1	M^2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Resultado	☐	☐		
	4.2	Protocolos de parcerias para a regeneração urbana apoiados (n.º)	Resultado		☐		
	4.2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Resultado		☐		
	4.2	População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Resultado		☐		
	4.3	Nº de passageiros por dia nos interfaces apoiados	Resultado				☐
	4.3	Nº de interfaces de passageiros apoiados	Realização				☐
	4.3	Redução de sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária	Resultado				☐
	4.3	N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização				☐
	4.3	Nº de acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade das plataformas logísticas	Realização			☐	☐
	4.3	Km intervencionados no âmbito das acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade das plataformas logísticas	Realização			☐	☐
	4.4	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados (%)	Resultado				☐
	4.4	Km de rede viária apoiada (km)	Realização				☐

Quadro 17: Cobertura dos indicadores pelos Regulamentos Específicos - Eixo Prioritário V

Eixo Prioritário	Obj.	Indicador	Tipo	Regulamento Específico	
				SAMA	PCI
V	5.1	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados	Resultado	☐	
	5.1	N° Lojas do Cidadão/Centros multi-serviços apoiados	Realização	☐	
	5.2	N° de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Resultado		☐
	5.2	N° de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização		☐

IV: PARCERIAS (NA GESTÃO)

4.1. Os objectivos dos diversos Planos de Acção encontram-se alinhados com os objectivos específicos do ON.2 e respectivos indicadores?
4.2. A selectividade das operações dentro de cada Plano de Acção é idêntica à que se processa nos "Avisos" normais?
4.3. Estes Planos de Acção aprovados impõem maior ou menor rigidez na gestão do ON.2 face à necessidade de se assegurarem os níveis de execução física e financeira programados?

Quadro 1: Contributo dos Programas de Acção PROVERE aprovados para os Indicadores estabelecidos pelo ON.2, a 31 de Dezembro de 2009

Eixo Prioritário	Indicador	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	2009
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Resultado	%	
	N.º de unidades de I&D apoiadas	Realização	Nº	
	% de empresas de base tecnológica apoiadas em actividade	Resultado	%	
	Nº de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização	Nº	
	% de área ocupada nos espaços infraestruturados apoiados	Resultado	%	
	Área de infraestruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial	Realização	m^2	
	Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas) nas empresas apoiadas	Resultado	%	
	Nº de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização	Nº	
	Nº de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Resultado	Nº	
	N.º de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização	Nº	
	% empresas apoiadas com portal WEB activo e acesso à internet em banda larga	Resultado	%	
	N.º de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização	Nº	
	Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética)	Resultado	%	
	N. de projectos pilotos de eficiência energética	Realização	Nº	
Eixo Prioritário 2: Valorização Económica de Recursos Específicos	Acréscimo do valor da receita média por dormida nos projectos apoiados	Resultado	%	
	N.º de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização	Nº	
	N.º de acções integradas de promoção da Marca Porto e Norte de Portugal e das respectivas Sub-Marcas	Realização	Nº	
	N.º visitantes das infraestruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Resultado	Nº	
	N.º de infraestruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização	Nº	
	Nº de visitantes em eventos apoiados	Resultado	Nº	
	Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da Região) apoiados	Realização	Nº	
	% de área ocupada nos espaços infraestruturados incluidos em planos integrados apoiados	Resultado	%	
	Area infraestruturada para acolhimento empresarial incluida em planos integrados	Realização	m^2	
	N. de programas de acção de desenvolvimento turístico	Realização	Nº	

Eixo Prioritário	Indicador	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	2009
	integradosapoiados			
	N° de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica dos recursos endógenos	Resultado	N°	
	N.° de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização	N°	8
Eixo Prioritário 3: Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	N.° de acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários	Realização	N°	
	N.° de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários apoiadas	Resultado	N°	
	N.° de acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Realização	N°	
	N.° de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Resultado	N°	
	N° de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	Realização	N°	
	População a beneficiar com a intervenção de recuperação do passivo ambiental	Resultado	N°	
	Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa	Resultado	%	
	N.° de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização	N°	
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados	Resultado	%	
	Km de rede de abastecimento de água intervencionados	Realização	Km	
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados	Resultado	%	
	Km de rede de drenagem de águas residuais intervencionados	Realização	Km	
	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1° ciclo do Ensino Básico	Resultado	N°	
	N.° de centros escolares do 1° ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização	N°	
	População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde	Resultado	N°	
	N.° de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização	N°	
	N.° de utentes dos equipamentos sociais apoiados	Resultado	N°	
Eixo Prioritário 4: Qualificação do Sistema Urbano	N.° de Intervenções integradas de requalificação urbana	Realização	N°	
	População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas	Resultado	N°	
	N.° de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e inovação e projectos de valorização de vocação temática apoiadas	Resultado	N°	
	m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Resultado	m^2	
	Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização	N°	
	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	Resultado	m^2	
	População abrangida por operação de regeneração urbana	Resultado	N°	

Eixo Prioritário	Indicador	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	2009
	apoiadas			
	N.º passageiros por dia nos interfaces apoiados	Resultado	Nº	
	N.º de interfaces de passageiros apoiados	Realização	Nº	
	Redução de sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária	Resultado	%	
	N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização	Nº	
	Nº de acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no âmbito das plataformas logística	Realização	Nº	
	Kms intervencionados no âmbito das acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no contexto das plataformas logísticas	Realização	Km	
	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados	Resultado	%	
	Km de rede viária apoiada	Realização	Km	
Eixo Prioritário 5 - Governação e Capacitação Institucional	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados	Resultado	Nº	
	Nº de lojas do cidadão/centros multiserviços apoiados	Realização	Nº	
	Nº de Instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Resultado	Nº	
	Nº de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização	Nº	9

Fonte: Relatório de Execução do ON.2, 2009.

Quadro 2: Contributo dos Programas Territoriais de Desenvolvimento aprovados no âmbito da Contratualização com as CIM/AMP, para os Indicadores estabelecidos pelo ON.2, a 31 de Dezembro de 2009

Eixo Prioritário	Indicador	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Realização Contratada
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Resultado	%	
	N.º de unidades de I&D apoiadas	Realização	Nº	
	% de empresas de base tecnológica apoiadas em actividade	Resultado	%	
	Nº de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização	Nº	
	% de área ocupada nos espaços infraestruturados apoiados	Resultado	%	
	Área de infraestruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial	Realização	m^2	54.072
	Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas) nas empresas apoiadas	Resultado	%	
	Nº de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização	Nº	
	Nº de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Resultado	Nº	
	N.º de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização	Nº	
	% empresas apoiadas com portal WEB activo e acesso à internet em banda larga	Resultado	%	
	N.º de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização	Nº	
	Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética)	Resultado	%	
	N. de projectos pilotos de eficiência energética	Realização	Nº	
Eixo Prioritário 2: Valorização Económica de Recursos Específicos	Acréscimo do valor da receita média por dormida nos projectos apoiados	Resultado	%	
	N.º de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização	Nº	
	N.º de acções integradas de promoção da Marca Porto e Norte de Portugal e das respectivas Sub-Marcas	Realização	Nº	
	N.º visitantes das infraestruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Resultado	Nº	
	N.º de infraestruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização	Nº	
	Nº de visitantes em eventos apoiados	Resultado	Nº	
	Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da Região) apoiados	Realização	Nº	
	% de área ocupada nos espaços infraestruturados incluídos em planos integrados apoiados	Resultado	%	
	Área infraestruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados	Realização	m^2	195.880
	N. de programas de acção de desenvolvimento turístico integrados apoiados	Realização	Nº	
	Nº de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica dos recursos endógenos	Resultado	Nº	
	N.º de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização	Nº	
Eixo Prioritário 3: Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	N.º de acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários	Realização	Nº	
	N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários apoiadas	Resultado	Nº	
	N.º de acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Realização	Nº	
	N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Resultado	Nº	
	Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	Realização	Nº	
	População a beneficiar com a intervenção de recuperação do passivo ambiental	Resultado	Nº	
	Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa	Resultado	%	
	N.º de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização	Nº	
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados	Resultado	%	
	Km de rede de abastecimento de água intervencionados	Realização	Km	
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados	Resultado	%	
	Km de rede de drenagem de águas residuais intervencionados	Realização	Km	
	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico	Resultado	Nº	55.933

Eixo Prioritário	Indicador	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Realização Contratada
	N.º de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização	Nº	254
	População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde	Resultado	Nº	
	N.º de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização	Nº	
	N.º de utentes dos equipamentos sociais apoiados	Resultado	Nº	
Eixo Prioritário 4: Qualificação do Sistema Urbano	N.º de Intervenções integradas de requalificação urbana	Realização	Nº	
	População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas	Resultado	Nº	
	N.º de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e inovação e projectos de valorização de vocação temática apoiadas	Resultado	Nº	
	m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Resultado	m^2	
	Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização	Nº	
	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	Resultado	m^2	
	População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas	Resultado	Nº	
	N.º passageiros por dia nos interfaces apoiados	Resultado	Nº	
	N.º de interfaces de passageiros apoiados	Realização	Nº	
	Redução de sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária	Resultado	%	
	N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização	Nº	105
	Nº de acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no âmbito das plataformas logística	Realização	Nº	
	Kms intervencionados no âmbito das acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no contexto das plataformas logísticas	Realização	Km	
	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados	Resultado	%	10
	Km de rede viária apoiada	Realização	Km	364,534
Eixo Prioritário 5: Governação e Capacitação Institucional	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados	Resultado	Nº	
	Nº de lojas do cidadão/centros multiserviços apoiados	Realização	Nº	1
	Nº de Instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Resultado	Nº	
	Nº de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização	Nº	

Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2.

Quadro 3: Ponto de Situação em matéria de Indicadores Físicos, no âmbito da Contratualização com as CIM/AMP, a 31 de Dezembro de 2009

Eixo Prioritário	Indicador	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Contratualização com as CIM/AMP	
				Realização Contratada	Realização Executada
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Resultado	%		
	N.º de unidades de I&D apoiadas	Realização	Nº		
	% de empresas de base tecnológica apoiadas em actividade	Resultado	%		
	Nº de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização	Nº		
	% de área ocupada nos espaços infraestruturados apoiados	Resultado	%		
	Área de infraestruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial	Realização	m^2	54.072	0
	Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas) nas empresas apoiadas	Resultado	%		
	Nº de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização	Nº		
	Nº de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Resultado	Nº		
	N.º de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização	Nº		
	% empresas apoiadas com portal WEB activo e acesso à internet em banda larga	Resultado	%		
	N.º de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização	Nº		
	Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética)	Resultado	%		
	N. de projectos pilotos de eficiência energética	Realização	Nº		
Eixo Prioritário 2 - Valorização Económica de Recursos Específicos	Acréscimo do valor da receita média por dormida nos projectos apoiados	Resultado	%		
	N.º de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização	Nº		
	N.º de acções integradas de promoção da Marca Porto e Norte de Portugal e das respectivas Sub-Marcas	Realização	Nº		
	N.º visitantes das infraestruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Resultado	Nº		
	N.º de infraestruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização	Nº		
	Nº de visitantes em eventos apoiados	Resultado	Nº		
	Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da Região) apoiados	Realização	Nº		
	% de área ocupada nos espaços infraestruturados incluidos em planos integrados apoiados	Resultado	%		
	Area infraestruturada para acolhimento empresarial incluida em planos integrados	Realização	m^2	195.880	0
	N. de programas de acção de desenvolvimento turístico integradosapoiados	Realização	Nº		
	Nº de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica dos recursos endógenos	Resultado	Nº		
	N.º de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização	Nº		
Eixo Prioritário 3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	N.º de acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários	Realização	Nº		
	N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários apoiadas	Resultado	Nº		
	N.º de acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Realização	Nº		
	N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Resultado	Nº		
	Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	Realização	Nº		
	População a beneficiar com a intervenção de recuperação do passivo ambiental	Resultado	Nº		
	Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa	Resultado	%		
	N.º de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização	Nº		
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados	Resultado	%		

Eixo Prioritário	Indicador	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Contratualização com as CIM/AMP	
				Realização Contratada	Realização Executada
	Km de rede de abastecimento de água intervencionados	Realização	Km		
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados	Resultado	%		
	Km de rede de drenagem de águas residuais intervencionados	Realização	Km		
	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1° ciclo do Ensino Básico	Resultado	N°	55.933	3.744
	N.° de centros escolares do 1° ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização	N°	254	17
	População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde	Resultado	N°		
	N.° de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização	N°		
	N.° de utentes dos equipamentos sociais apoiados	Resultado	N°		
Eixo Prioritário 4 - Qualificação do Sistema Urbano	N.° de Intervenções integradas de requalificação urbana	Realização	N°		
	População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas	Resultado	N°		
	N.° de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e inovação e projectos de valorização de vocação temática apoiadas	Resultado	N°		
	m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Resultado	m^2		
	Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização	N°		
	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	Resultado	m^2		
	População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas	Resultado	N°		
	N.° passageiros por dia nos interfaces apoiados	Resultado	N°		
	N.° de interfaces de passageiros apoiados	Realização	N°		
	Redução de sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária	Resultado	%		
	N.° de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização	N°	105	0
	N° de acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no âmbito das plataformas logística	Realização	N°		
	Kms intervencionados no âmbito das acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no contexto das plataformas logísticas	Realização	Km		
	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados	Resultado	%	10	
	Km de rede viária apoiada	Realização	Km	364,534	0
Eixo Prioritário 5 - Governação e Capacitação Institucional	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados	Resultado	N°		
	N° de lojas do cidadão/centros multiserviços apoiados	Realização	N°	1	0
	N° de Instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Resultado	N°		
	N° de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização	N°		

Fonte: Fonte: Equipa de Avaliação com base em dados do SIGON.2.

V. CUSTOS DE TRANSACÇÃO

5.1. Os Avisos e o nível de exigência dos processos de candidatura são adequados relativamente aos objectivos e aos prazos dos concursos?
5.2. Os processos de análise e decisão relativamente às candidaturas decorreram de acordo com a qualidade necessária e os prazos previstos?
5.3. Depois de contratadas, as operações têm vindo a ser executadas de acordo com o previsto e o número de verificações e validações efectuadas pelos Secretariados Técnicos é adequado face ao ritmo de reembolsos desejável?
5.4. O Sistema de Informação (SIGON.2) responde a todos os requisitos estabelecidos nos normativos de suporte à gestão do ON.2, em particular ao seu "*Compliance Assessement*"?

ESTUDO DE CASO: CONCURSO SAIECT-IETIEFE/1/2009	
Objectivos	Este concurso destina-se a apoiar a rede de Infra-estruturas Tecnológicas e, mais especificamente, a prosseguir os objectivos enunciados nas alíneas a), b), c) e e) do Artigo 2.º do Regulamento Específico "Sistema de Apoio a Infra-estruturas Cientificas e Tecnológicas": a) Estender e optimizar a capacidade de afirmação das empresas e da sociedade portuguesa a nível internacional através da criação, promoção ou expansão de infra-estruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentem a capacitação e a qualidade de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e a sua interacção com o tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios de base tecnológica; b) Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de investigação e instituições de ensino superior e estabelecimentos de educação com cursos profissionais, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento de empresas, fortalecendo sistemas regionais de inovação e desenvolvimento de competências; c) Estimular a criação de uma rede coerente de equipamentos e infra-estruturas em instituições de investigação científica e tecnológica; (...) e) Promover a articulação entre as redes de ensino superior e da ciência e as infra-estruturas das instituições de investigação científica e tecnológica.
Tipologia das Operações	Nos termos do disposto no Artigo 5.º do Regulamento Específico "Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas" pretende-se, no âmbito do presente Aviso, apoiar operações que contemplem projecto(s) na tipologia "Infra-estruturas Tecnológicas: Infra-estruturas físicas e equipamentos", conforme definidos na alínea a.1) do n.º 1 do Artigo 5.º: a) i) Infra-estruturas físicas e equipamentos: projectos de expansão ou requalificação de infra-estruturas tecnológicas já existentes, podendo ainda ser considerados com carácter excepcional infra-estruturas físicas a desenvolver, em particular, no quadros de novos CTT, CT, INT, CEDP e EN. Compreendem, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum, equipamentos laboratoriais e outros, que permitam o desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas e de gestão relevantes para a competitividade das empresas e/ou difusão do conhecimento.
Entidades Beneficiárias	De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do Artigo 6.º do Regulamento Específico "Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas" e, atenta a tipologia de operações referida no ponto anterior, podem apresentar candidaturas as seguintes entidades, enquanto potenciais beneficiárias: a) Pessoas colectivas sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou consórcios, com personalidade jurídica, de entidades por elas participadas, sob qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos; b) Entidades sem fins lucrativos e com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&DT.
Financiamento das Operações	A taxa máxima de co-financiamento FEDER para cada operação a apoiar no âmbito do presente Concurso é de 70% (setenta por cento). O financiamento das operações assume a forma de subsídio não reembolsável.

Prazo	O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17,00 horas do dia 15 de Julho de 2009. A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário ao Sistema de Informação do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (SIGON.2).
Documentação Complementar	Devem ser instruídas com os seguintes documentos: (i) Memória Descritiva e Justificativa Complementar; (ii) Estudo prévio de viabilidade económico-financeira; (iii) Declaração de Impacte Ambiental (DIA) de teor favorável ou favorável condicionada, emitida nos termos da legislação aplicável, se aplicável; (iv) Documento comprovativo da aprovação do Instrumento de Gestão Territorial (IGT) ou da aprovação/ratificação da alteração ou suspensão do IGT em vigor, se aplicável; (v) Documento comprovativo relativo à aprovação do(s) projecto(s) de execução aprovado(s) nos termos legais; vi) Documentação que comprove a legitimidade para construção nos imóveis (terrenos e/ou edifícios) a intervencionar; vii) Outros documentos que venham a ser definidos em Orientações Técnicas e/ou de Gestão a emitir pela Autoridade de Gestão.

TRATAMENTO DAS RESPOSTAS, NO ÂMBITO DO INQUÉRITO *ON LINE*, AOS BENEFICIÁRIOS DO CONCURSO

Figura 5. Avaliação da Clareza do Aviso de Concurso

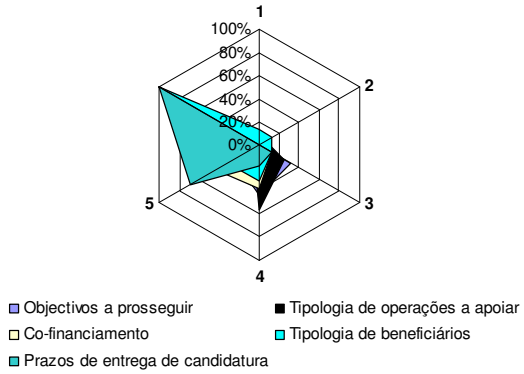
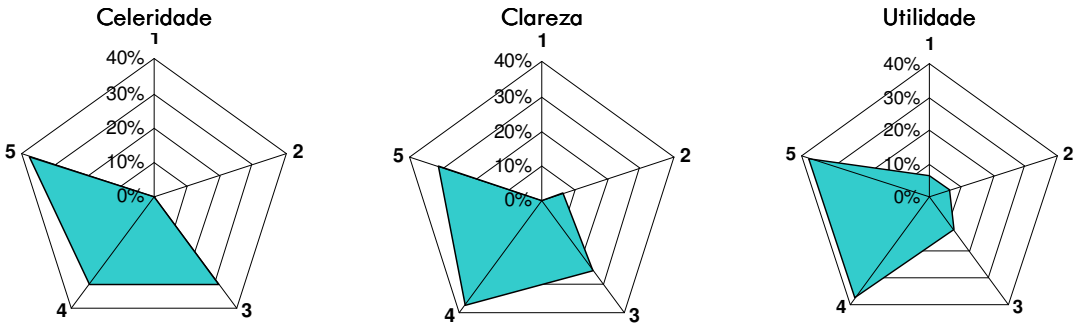
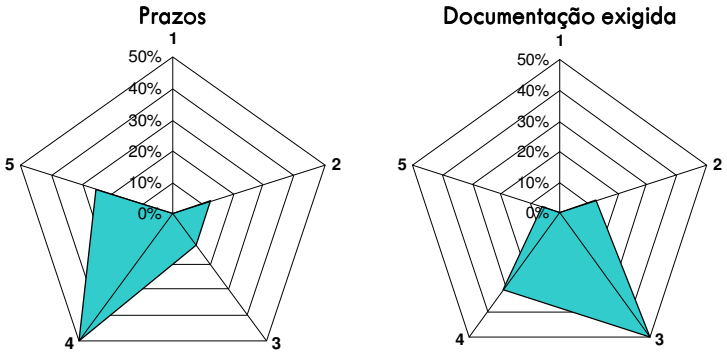


Figura 6. Avaliação da Qualidade das Respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico, em Fase de Lançamento



Sendo: 1 – Reduzida e 5 – Elevada

Figura 7. Avaliação da Adequabilidade, em Fase Instrutória



1- Nada adequados e 5 - Muito adequados

Figura 8. Ganhos Substanciais na Qualidade da Candidatura, se os Prazos Fossem Dilatados

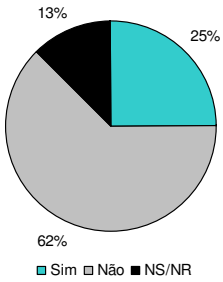
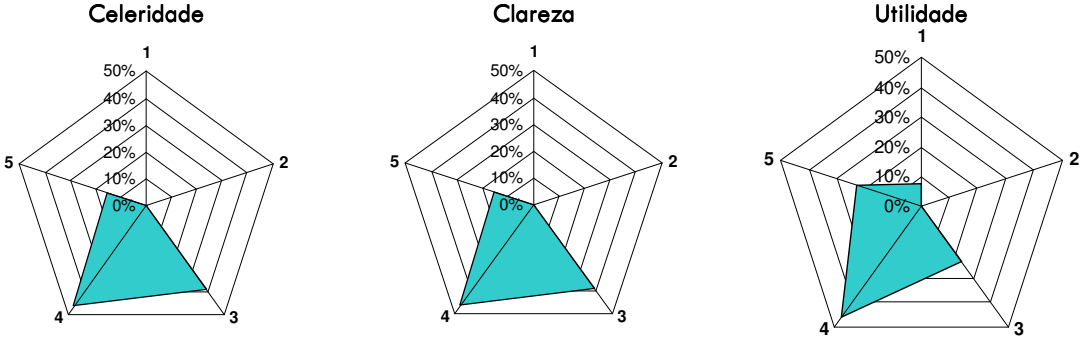


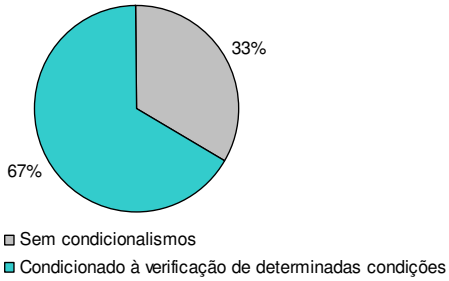
Figura 9. Tipologia de Ganhos num Cenário de Dilatação de Prazos

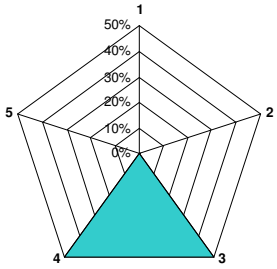
Figura 10. Avaliação da Capacidade de Resposta às Questões Colocadas, em Fase Instrutória



Sendo: 1 – Muito negativo e 5 Muito positivo

Figura 11. Aprovação do(s) Projecto(s) Apresentados e Adequação do Prazo Concedido, em Fase Instrutória





Sendo: 1 - Pouco adequado e 5 - Muito adequado

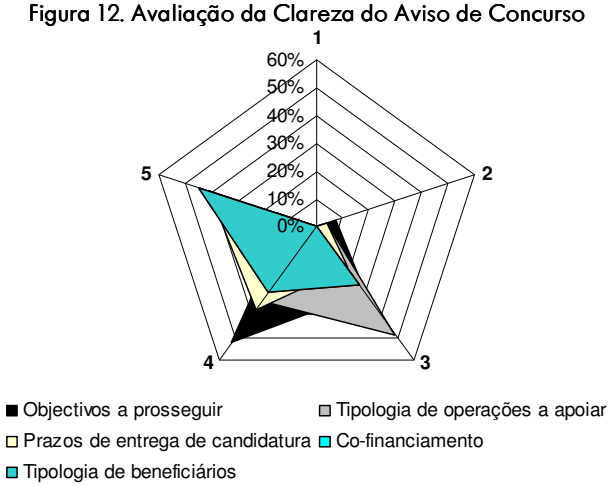
ESTUDO DE CASO: CONCURSO GAEPC/1/2008	
Objectivos	Operações incluídas nas candidaturas devem promover a conservação e valorização do património natural visando a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, através do apoio a investimentos que valorizem o território a partir da gestão directa de habitats e espécies, nomeadamente: a) Com valor acrescentado à escala nacional, particularmente em termos do reforço de gestão da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, o que pressupõe mecanismos de articulação e cooperação supra regionais; b) Que introduzam e ensaiem sistemas, serviços e tecnologias inovadores e ainda as que decorram dos Planos de Acção e Execução dos IGT, das acções de natureza complementar às estratégias locais de desenvolvimento (LEADER) e às Intervenções Territoriais Integradas (ITI) e ainda das acções que decorram de outros instrumentos de natureza voluntária, designadamente Agendas XXI Locais, Planos de Desenvolvimento Local, etc.; c) Que promovam a capacitação dos recursos humanos públicos e privados, e que induzam emprego, em actividades técnicas e económicas associadas à função biodiversidade; d) Que promovam a conservação ou recuperação de habitats e espécies prioritárias e/ou com estatuto de conservação desfavorável. Assumir e consolidar o reconhecimento do valor do património natural como vector da qualificação territorial, nomeadamente através do apoio à vivência e à promoção da visitação de espaços naturais, numa lógica de garantia do equilíbrio sócio-económico e discriminação positiva das comunidades integradas nas áreas classificadas, em particular inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, nomeadamente pela: a) Promoção de intervenções locais que permitam formatar, promover e consolidar serviços qualificados que assegurem uma elevada qualidade e satisfação dos visitantes; b) Promoção de intervenções coerentes que integrem cada uma das intervenções locais na ideia mais abrangente de valorização do património natural, conseguida através da adesão das pessoas a experiências concretas de utilização do património natural, em detrimento de lógicas mais parcelares de intervenções pontuais a que falta dimensão para poder actuar e comunicar eficazmente com os utilizadores potenciais; c) Promoção da defesa e da valorização ambiental da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, enquanto elemento estruturante do modelo territorial da região, base da sustentabilidade e enquadramento ambiental da rede urbana nas áreas de elevada densidade populacional e da defesa de recursos ou sistemas naturais de elevada sensibilidade ecológica.
Tipologia das Operações	No enquadramento do Artigo 3.º do REGAEPC, são consideradas, no âmbito do presente Aviso de Concurso, as seguintes tipologias de operações: – Para as áreas protegidas de âmbito nacional, regional ou local, com a tipologia prevista na lei, correspondentes ao ponto 1.2.1 do Aviso de Abertura de Concurso: a) Acções de gestão directa e intervenção em habitats e espécies designadamente: (i) recuperação de espécies particularmente ameaçadas, de habitats e ecossistemas degradados, com estatuto de protecção; (ii) reintrodução de espécies particularmente ameaçadas, incluindo como factor de

valorização sócio-económica local/regional;
(iii) conservação ex-situ de espécies particularmente ameaçadas, incluindo bancos de tecidos e germoplasma;
(iv) recuperação de abrigos e estruturas de reprodução;
(v) controlo e erradicação de espécies não-indígenas invasoras com impacte ambiental, social, económico e sanitário;
(vi) desenvolvimento de planos e medidas de avaliação, gestão e prevenção do risco associado ao trânsito e comércio de espécies não indígenas (incluindo base transfronteiriça e transnacional);
b) Acções de comunicação que permitam associar as intervenções desenvolvidas à sensibilização e envolvimento dos cidadãos para os valores de conservação, privilegiando a criação de redes nucleadas de apoio à informação, visitação e interpretação dos espaços naturais, articuladas com o património histórico, cultural e paisagístico e com a restante oferta de produtos turísticos;
c) Introdução e ensaio de novas tecnologias e soluções inovadoras (e.g. na área da gestão directa da biodiversidade, minimização e compensação de impactes, com excepção das acções que decorram de processos de AIA), nomeadamente através do desenvolvimento de estudos e/ou projectos-piloto, para zonas de interface urbano / rural, que visem assegurar a valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e a sua conectividade, bem como a valorização das funções de protecção de recursos e prevenção de riscos ambientais e a melhoria da qualidade de vida das populações;
d) Acções de apoio à visitação designadamente através de,
(i) caminhos, trilhos e rotas temáticas;
(ii) sinalização e painéis, informativos e interpretativos;
(iii) observatórios;
(iv) infra-estruturas de informação e interpretação;
(v) suportes de comunicação e divulgação;
(vi) centros de serviço ao visitante;
(vii) natur-museus, relativos a temas magnos da conservação da natureza em Portugal;
(viii) centros de interpretação e informação;
(ix) equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza.
– Para as outras áreas classificadas da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, correspondentes ao ponto 1.2.2 do presente Aviso:
a) Acções de gestão directa e intervenção em habitats e espécies designadamente:
(i) recuperação de espécies particularmente ameaçadas, de habitats e ecossistemas degradados, com estatuto de protecção;
(ii) reintrodução de espécies particularmente ameaçadas, incluindo como factor de valorização sócio-económica local/regional;
(iii) conservação ex-situ de espécies particularmente ameaçadas, incluindo bancos de germoplasma;
(iv) recuperação de abrigos e estruturas de reprodução;
(v) controlo e erradicação de espécies não-indígenas invasoras com impacte ambiental, social, económico e sanitário;
(vi) desenvolvimento de planos e medidas de avaliação, gestão e prevenção do risco associado ao trânsito e comércio de espécies não indígenas (incluindo base transfronteiriça e transnacional);
b) Acções de comunicação que permitam associar as intervenções desenvolvidas à sensibilização e envolvimento dos cidadãos para os valores de conservação, privilegiando a criação de redes nucleadas de apoio à informação, visitação e interpretação dos espaços naturais, articuladas com o património histórico, cultural e paisagístico e com a restante oferta de produtos turísticos;
c) Introdução e ensaio de novas tecnologias e soluções inovadoras (e.g. na área da gestão directa da biodiversidade, minimização e compensação de impactes, com excepção das acções que decorram de processos de AIA), nomeadamente através do desenvolvimento de estudos e/ou projectos-piloto, para zonas de interface urbano / rural, que visem assegurar a valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e a sua

ESTUDO DE CASO: CONCURSO GAEPC/1/2008	
	conectividade, bem como a valorização das funções de protecção de recursos e prevenção de riscos ambientais e a melhoria da qualidade de vida das populações; d) Acções de apoio à visitação designadamente através de, (i) caminhos, trilhos e rotas temáticas; (ii) sinalização e painéis, informativos e interpretativos; (iii) observatórios; (iv) infra-estruturas de informação e interpretação; (v) suportes de comunicação e divulgação; (vi) equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza. – Para os casos excepcionais previstos em 1.3 apenas são elegíveis operações de natureza material/infra-estrutural ou mista, quando o objectivo da operação seja o apoio à gestão directa da conservação da natureza, através de acções de conservação ex-situ de espécies particularmente ameaçadas designadamente: i) Centros de recuperação de fauna; ii) Bancos de germoplasma e iii) Centros de reprodução de flora autóctone.
Entidades Beneficiárias	De acordo com o disposto no Artigo 4.º do REGAEPC e atenta a tipologia de operações referida no ponto anterior, poderão apresentar candidaturas as seguintes entidades beneficiárias: a) Serviços e organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; b) Municípios e suas associações; c) Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas na alínea a) ou em simultâneo com as entidades referidas nas alíneas a) e b).
Financiamento das Operações	A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Aviso de Concurso é de 75% (setenta e cinco por cento). O financiamento das operações assume a forma de ajuda não reembolsável.
Prazo	O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre a data de publicação do presente Aviso e as 17:30 horas do dia 30 de Janeiro de 2009. A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário ao sistema de informação e gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (SIGON.2).

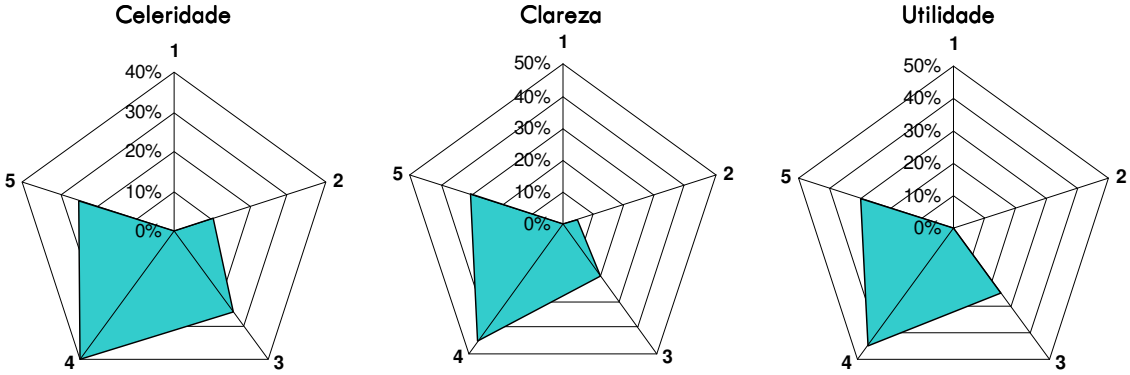
TRATAMENTO DAS RESPOSTAS, NO ÂMBITO DO INQUÉRITO *ON LINE*, AOS BENEFICIÁRIOS DO CONCURSO

Figura 12. Avaliação da Clareza do Aviso de Concurso



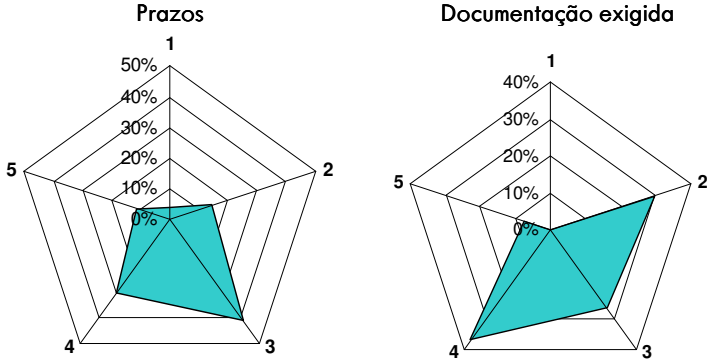
Sendo: 1 - Nada claro e 5 - Muito claro

Figura 13. Avaliação da Qualidade das Respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico, em Fase de Lançamento



Sendo: 1 – Reduzida e 5 – Elevada

Figura 14. Avaliação da Adequabilidade dos Prazos e da Documentação Exigida, Fase Instrutória



1 – Nada adequados e 5 - Muito adequados

Figura 15. Satisfação Atempada das Imposições que Integravam o Aviso de Concurso

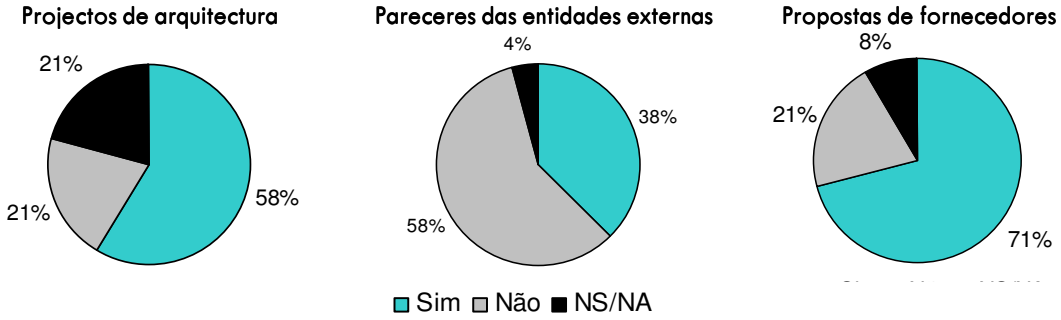
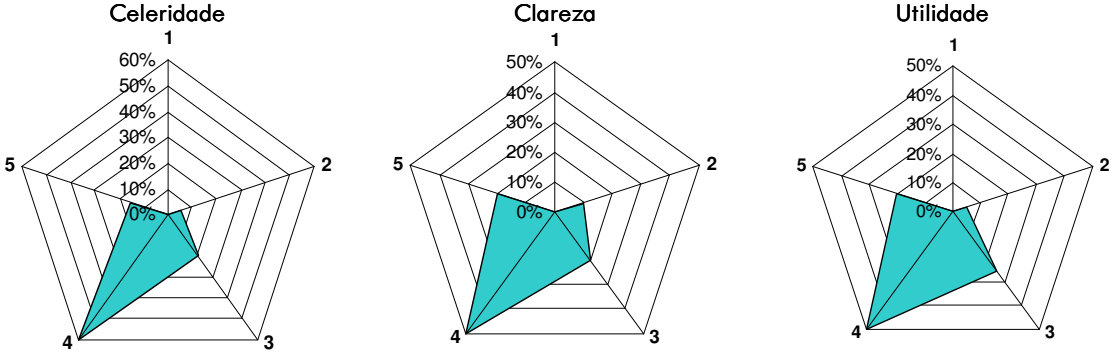


Figura 16. Avaliação da Capacidade de Resposta às Questões Colocadas, em Fase Instrutória



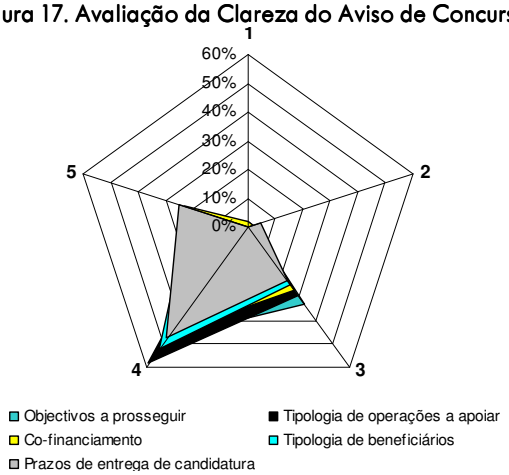
Sendo: 1 - Muito negativa e 5 - Muito positiva

ESTUDO DE CASO: CONCURSO PRU/2/2008 – GRANDES CENTROS	
Objectivos	Os programas de acção objecto de candidatura devem visar: a) Promoção da coesão e da inclusão sociais, da integração e da igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade; b) Promoção dos factores de igualdade entre homens e mulheres; c) Estímulo da revitalização sócio-económica de espaços urbanos degradados; d) Qualificação do ambiente urbano e dos factores determinantes da qualidade de vida da população; e) Reforço da atractividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana; f) Reforço da participação dos cidadãos e da inovação nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos actores urbanos.
Tipologia das Operações	Os Programas de Acção a apresentar pelos Municípios, no âmbito do presente concurso, devem obedecer ao disposto nos Artigos 3.º, 5.º, 6.º e 7.º do Regulamento Específico de Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana. Nos termos dos Artigos 3º, 7º e 21º do REPRU, cada Programa de Acção decorre de uma "Parceria para a Regeneração Urbana", entendida como um processo estruturado e formal de cooperação entre entidades que se propõem elaborar e implementar o Programa de Acção comum de regeneração de uma área específica de uma dada cidade. Uma "Parceria para a Regeneração Urbana" envolve o Município, a quem cabe tomar a iniciativa de estruturar a parceria e liderar a preparação do Programa de Acção e outros actores urbanos, nomeadamente: a) Empresas, intervindo através de investimentos directos e da participação em parcerias público-privado (PPP); b) Associações empresariais, prestando apoio ou serviços a empresas ou outros actores envolvidos na Parceria Local; c) Serviços da administração central e outras entidades do sector público, actuando, no domínio das suas competências, no planeamento, execução, financiamento e gestão de infra-estruturas, equipamentos e serviços; d) Concessionários de serviços públicos, em particular na área dos transportes e ambiente; e) Instituições de ensino, de formação profissional e de investigação, actuando no quadro do apoio técnico, da qualificação de competências e da difusão do conhecimento; f) Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações; g) Moradores e suas associações, participando na proposta de soluções e na implementação de acções concretas previstas no Programa de Acção; h) Proprietários, intervindo em acções de reabilitação e valorização do respectivo património ou cedendo espaços necessários ao desenvolvimento das operações previstas. No enquadramento do Artigo 8.º do REPRU, para cada Programa de Acção, são consideradas no âmbito do presente Aviso de Concurso, as seguintes tipologias de operações: a) Qualificação do espaço público e do ambiente urbano, nomeadamente: (i) Modernização das infra-estruturas urbanas, incluindo a instalação de infraestruturas para as tecnologias de informação; (ii) Melhoria do ambiente urbano, em especial, criação e qualificação de espaços verdes urbanos, e valorização de frentes ribeirinhas e marítimas; (iii) Melhoria da acessibilidade e mobilidade, promovendo os modos de transporte favoráveis ao ambiente, a circulação ciclável e pedonal, a reestruturação da rede viária e a criação de estacionamento e a supressão de barreiras arquitectónicas; (iv) Equipamentos colectivos de identidade e referência urbana; (v) Recuperação e qualificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano e equipamento estruturante; (vi) Melhoria da qualidade visual da paisagem urbana; (vii) Promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos; (viii) Criação de estruturas de gestão e manutenção do espaço público; (ix) Apoio técnico aos moradores para auto-reabilitação dos edifícios e habitações; (x) Desenvolvimento de tecnologias e processos de planeamento urbano participado. b) Desenvolvimento económico, nomeadamente:

ESTUDO DE CASO: CONCURSO PRU/2/2008 – GRANDES CENTROS	
	(i) Recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas actividades económicas; (ii) Apoio a iniciativas económicas das populações locais nomeadamente através de formas adequadas de apoio técnico e organizativo, bem como apoio financeiro no respeito das regras dos auxílios de Estado. (iii) Desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de auto-emprego e de empreendedorismo, em que se privilegia a exploração do potencial das TIC; c) Desenvolvimento social, nomeadamente: (i) Qualificação e modernização dos serviços de interesse colectivo para a população ou as empresas; (ii) Criação/remodelação de equipamentos e de serviços de proximidade; (iii) Dinamização de actividades recreativas e desportivas; (iv) Melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho, em particular das pessoas em risco de exclusão social; (v) Acções de conciliação da vida familiar com a vida profissional; (vi) Prevenção da toxicodependência, da delinquência e de comportamentos antisociais. d) Desenvolvimento cultural, nomeadamente (i) Recuperação e valorização do património cultural, incluindo, desde que possível, a refuncionalização do património edificado em desuso; (ii) Criação e dinamização de equipamentos culturais; (iii) Qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e a fruição cultural; (iv) Dinamização das actividades culturais. e) Acções associadas à animação da Parceria Local e à dinamização do Programa de Acção e sua divulgação, com um limite de 10% do montante global de investimento.
Entidades Beneficiárias	De acordo com o disposto no Artigo 10º do REPRU e atenta a tipologia de operações referidas no ponto anterior, podem apresentar operações integradas num Programa de Acção as seguintes entidades beneficiárias: a) Os municípios e suas associações; b) Serviços da administração central; c) Outras entidades públicas; d) Empresas públicas; e) Associações empresariais; f) Empresas privadas no quadro de parcerias público-privado (PPP) lideradas por entidades públicas ou no quadro do regime de auxílios de Estado; g) Instituições de ensino e formação profissional; h) Centros de I&D; i) ONG; j) Fundações e associações sem fins lucrativos. As entidades beneficiárias devem subscrever o Protocolo de Parceria Local a que se refere o Artigo 7.º REPRU.
Financiamento das Operações	A taxa máxima de co-financiamento FEDER para cada operação integrada no Programa de Acção a apoiar no âmbito do presente Aviso de Concurso é de 70% (setenta por cento). O financiamento das operações assume a forma de ajuda não reembolsável.
Prazo	O prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre a data de publicação do presente Aviso e as 17:30 horas do dia 20 de Outubro de 2008. A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário ao sistema de informação e gestão do Programa Operacional do Regional do Norte 2007-2013 (SIGON.2).
Documentação Complementar	Devem apresentar os seguintes documentos: a) Quantificação dos objectivos e metas, tendo por referência, nomeadamente, indicadores referidos na alínea i) do nº 5 do artigo 6º; b) Plano de gestão e de viabilidade económico/financeira após a execução do projecto, quando aplicável; c) Plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da operação, quando aplicável; d) Sempre que possível documento referente ao impacto na igualdade de género.

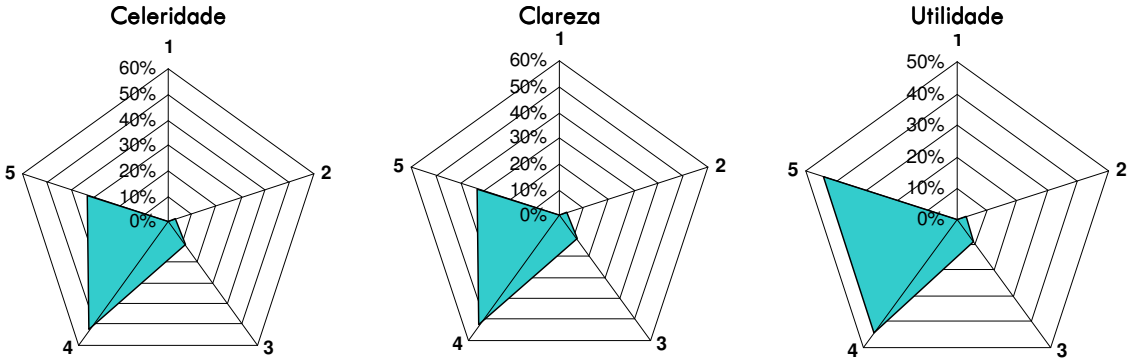
TRATAMENTO DAS RESPOSTAS, NO ÂMBITO DO INQUÉRITO *ON LINE*, AOS BENEFICIÁRIOS DO CONCURSO

Figura 17. Avaliação da Clareza do Aviso de Concurso



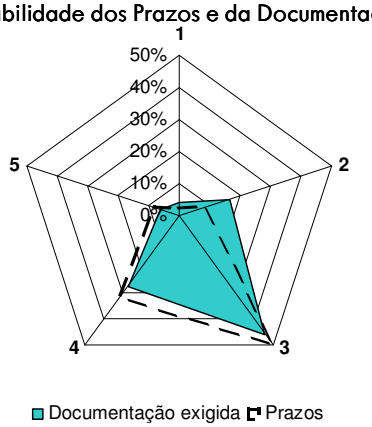
Sendo: 1- Pouco claro e 5 – Muito claro

Figura 18. Avaliação da Qualidade das Respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico, em Fase de Lançamento



Sendo: 1 - Reduzida e 5 – Elevada

Figura 19. Avaliação da Adequabilidade dos Prazos e da Documentação Exigida, em Fase Instrutória



Sendo: 1- Nada adequados e 5 - Muito adequados

Figura 20. Ganhos Substanciais na Qualidade da Candidatura, Caso os Prazos Fossem Dilatados

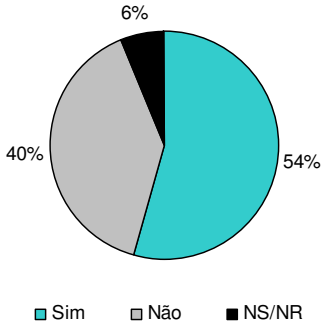


Figura 21. Tipologia de Ganhos num Cenário de Dilatação de Prazos

Quadro 18. Dificuldade em Cumprir os Itens Exigidos para a Instrução da Candidatura

	%					
	1	2	3	4	5	NS/NA
Documentação da entidade	31	22	29	16	2	0
Pareceres de entidades externas	9	9	31	29	16	7
Projectos de arquitectura	18	18	24	27	2	11
Orçamentação das diversas componentes	13	9	42	31	4	0

1- nenhuma; 5- muita dificuldade

Figura 22. Satisfação atempada das imposições que integravam o Aviso de Concurso

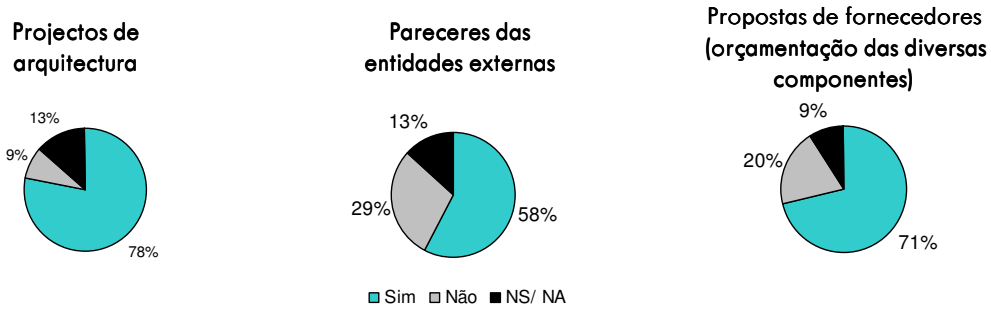
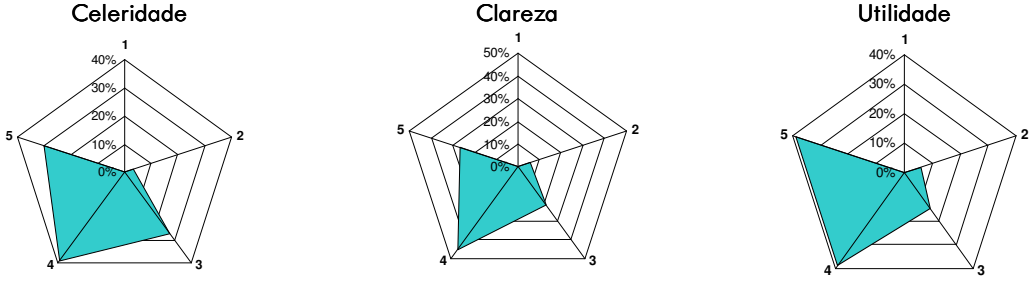


Figura 23. Avaliação da Capacidade de Resposta às Questões Colocadas, em Fase Instrutória



Sendo 1 – Muito negativo e 5 Muito positivo.

Figura 24. Adequação do Prazo Concedido, em Fase Instrutória

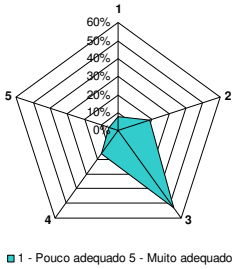
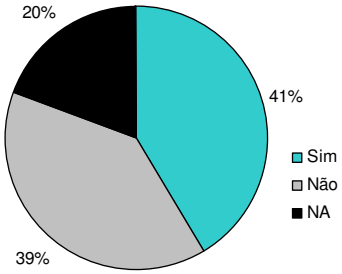


Figura 25. Implicações no Projecto, Associadas aos Prazos que Mediaram entre a Apresentação e a Assinatura do Contrato



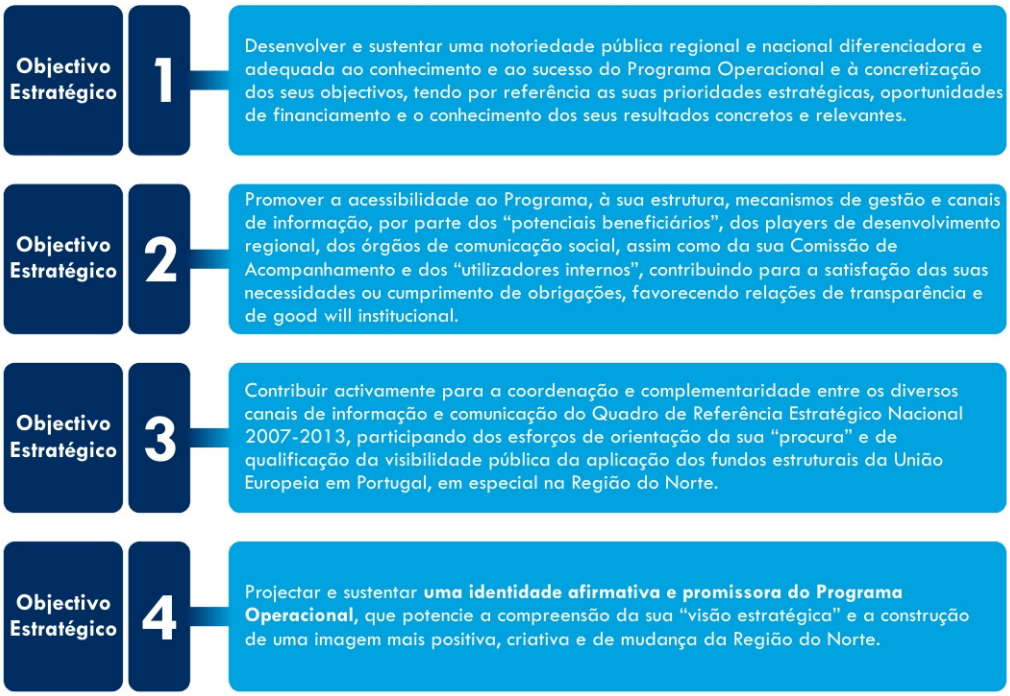
VI. PLANO DE COMUNICAÇÃO

6.1. O Plano de Comunicação tem sido implementado de acordo com o programado?

6.2. Os resultados e metas traçadas em sede de Plano de Comunicação têm sido alcançados?

6.3. As obrigações regulamentares (informação e publicidade) têm sido implementadas?

Figura 1. Objectivos estratégicos do Plano de Comunicação do ON.2



Acções Estruturantes 2008/2009 (Fase 1) – Website e comunicação via internet
✓ Criação, desenvolvimento e actualização do website oficial do programa
✓ Gestão noticiosa e info-promocional no website, incluindo o desenvolvimento de FAQ e da acessibilidade a cidadãos com necessidades especiais;
✓ Criação e gestão de mailling list electrónicas de apoio à comunicação do Programa;
✓ Edição de newsletter electrónicas para comunicação externa
✓ Criação de versão síntese em língua inglesa, para fins de apresentação, divulgação de noticias e contactos

Acções Estruturantes 2008/2009 (Fase 1)
Eventos e Relações Públicas
Estabelecimento de parceria institucional de comunicação, de acordo com o n.º 3 do Artigo 5º do Regulamento n.º 1828/2006 da Comissão Europeia de 8 de Dezembro de 2006. Realização de ciclo de sessões de apresentação sub-regionais e ou temáticas/sectoriais.
Iniciativas Especiais e "Novos Públicos"
Criação de uma rede informal de interlocutores de comunicação que integre "grandes clientes" ou beneficiários com operações de características particularmente demonstrativas. Realização de evento informal de debate público subordinado ao tema da contemporaneidade/modernidade da Região do Norte de Portugal, destinado a públicos-alvo não institucionais, agentes culturais, literários e artísticos, líderes de opinião, jornalistas e cidadãos.

Definição dos termos de referência para a criação, no período pós-2009 (calendário a definir), do concurso/prémio "Novo Norte" (nome provisório) destinado a distinguir "Boas Práticas" ou "Melhores Projectos" de desenvolvimento regional. (Em alternativa, poderá ser atribuído o sponsoring do ON.2 a uma iniciativa de características e finalidades semelhantes.)
Acções Anuais destinadas à opinião pública (Fase 1)
(2008) Realização de uma Campanha de Comunicação de lançamento tendo em vista o posicionamento da marca e a maximização do "território de comunicação"; Ciclo de sessões de apresentação sub-regionais. (2009) Realização de acção info-promocional de espectro público sobre os progressos do Programa e dimensões relevantes da Região do Norte, com base no *media partnership* instituído.
Acções Regulares (Fase 1 – Lançamento)
Organização e comunicação de eventos promovidos no âmbito da gestão. Apoio, divulgação ou *sponsoring* a eventos ou outras iniciativas de comunicação, promovidos por entidades terceiras, com objectivos relevantes em temas afins às prioridades estratégicas do Programa ou junto dos seus públicos-alvo.
Outras Acções (Fase 1 – Lançamento)
Hasteamento anual da bandeira da União Europeia, nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 7.º do Regulamento n.º 1828/2006 da Comissão Europeia de 8 de Dezembro de 2006, e tradução/aplicação desse princípio no Website do Programa.

TRATAMENTO DAS RESPOSTAS, NO ÂMBITO DO INQUÉRITO *ON LINE*, AO UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS

Figura 26. Avaliação da Promoção do ON.2 na Imprensa

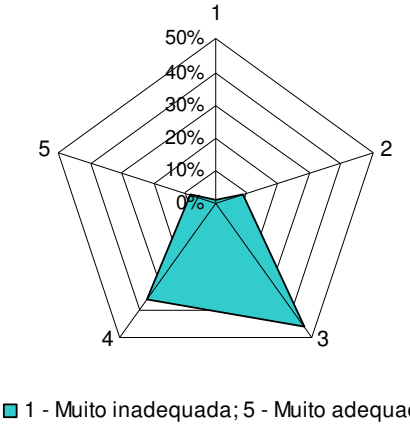


Figura 3. Canais de Conhecimento do ON.2

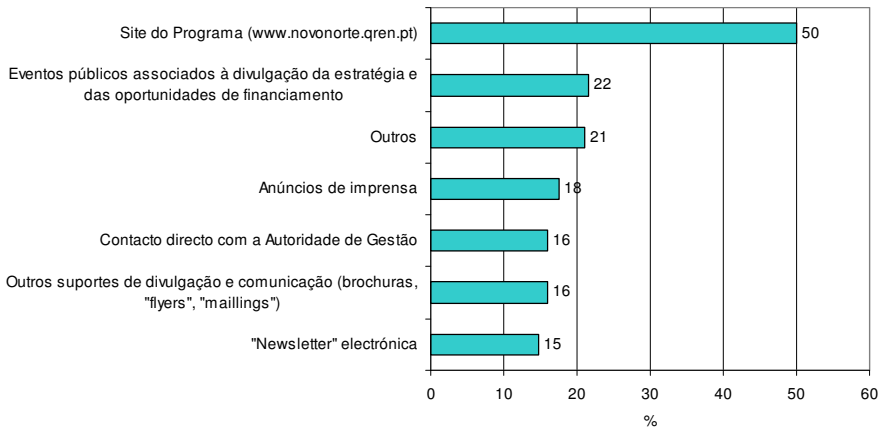


Figura 4. Frequência de Consulta do Site do ON.2

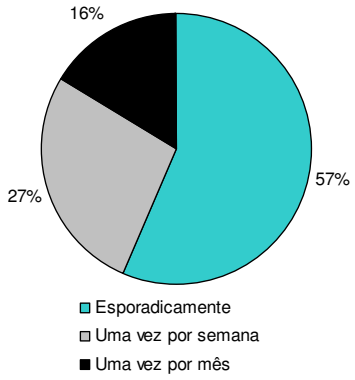


Figura 5. Recebe a "*newsletter*" electrónica do ON.2?

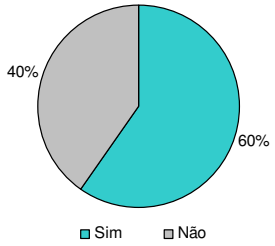


Figura 6. Gostaria de passar a receber?

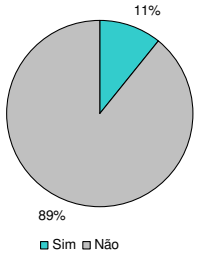


Figura 7. Evolução do Número de Participantes nos Eventos

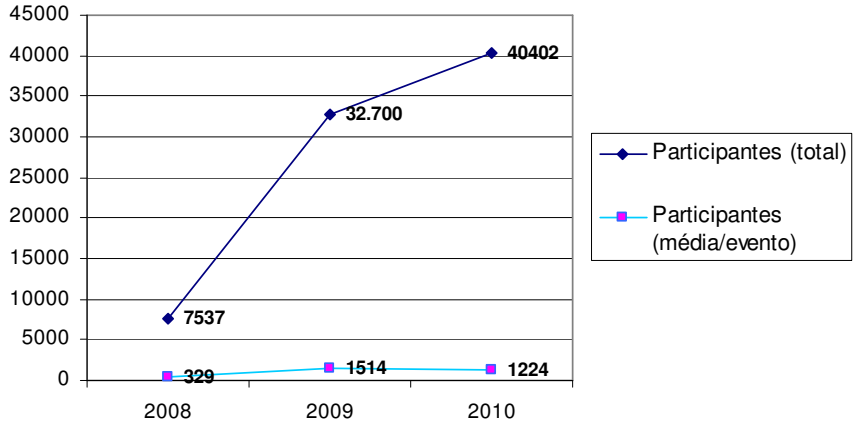


Figura 8. Adequação dos Níveis e Meios de Divulgação do Programa

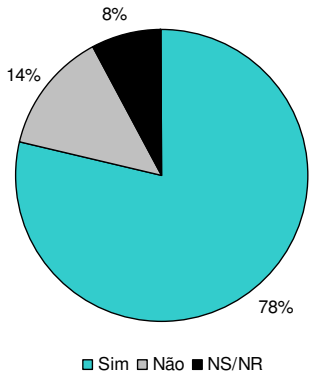


Figura 9. Conhece os Dispositivos de Informação e Esclarecimento do ON.2.

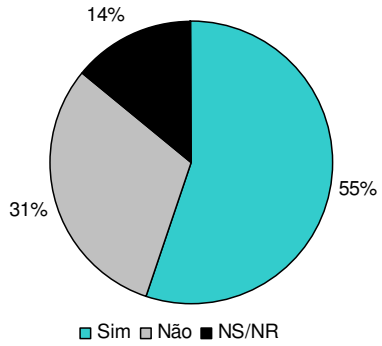


Figura 10. Recorreu à Comunicação de *Helpdesk*?

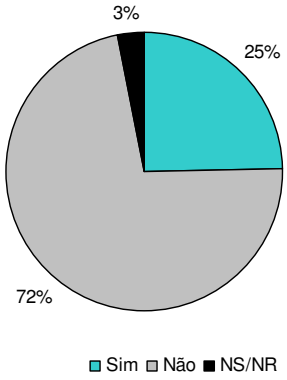


Figura 11. Adequação dos Dispositivos de Informação e Esclarecimento do ON.2.

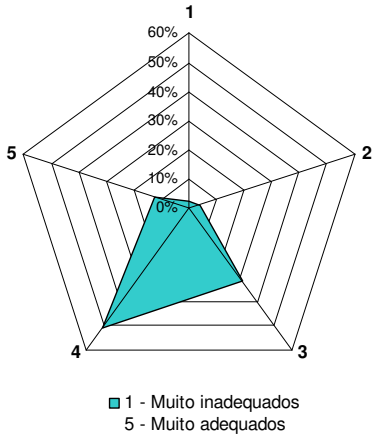
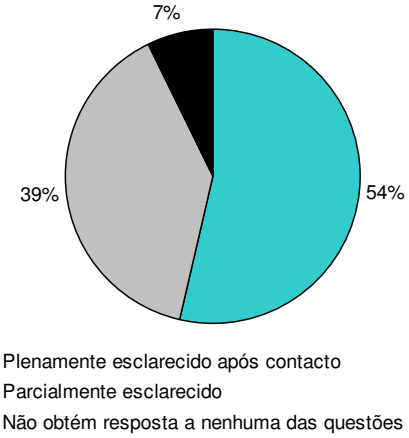


Figura 12. Avaliação da Comunicação Helpdesk



VII. Inquérito aos Beneficiários do ON.2

I. INTRODUÇÃO

Exmo(a). Sr(a).,
O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., encontra-se a realizar para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR N), a *"Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte" no Contexto da Estratégia do QREN"*, prevista no Plano de Avaliação dos Programas Operacionais do QREN aprovado pela Comissão Europeia.
De acordo com a metodologia de avaliação proposta, é fundamental a participação de todos os promotores de projectos candidatados ao ON.2 – O Novo Norte, no sentido de obter a sua apreciação crítica sobre os mecanismos e os procedimentos associados ao funcionamento do Programa, tendo como objectivo a sua melhoria.
Neste contexto, solicitamos a V. Exa. o preenchimento do inquérito on-line até ao dia **17 de Janeiro**. O tempo estimado para responder às questões é de aproximadamente 10 minutos.
As suas respostas são estritamente confidenciais, sendo o nome da entidade apenas recolhido para controlo estatístico. Se necessitar de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos através do e-mail lcarvalho.cedru@netcabo.pt, ou pelo telefone **217 121 240** (a/c Dr. Luís Carvalho).
Antecipadamente gratos pela vossa colaboração, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

II. IDENTIFICAÇÃO

1.) Nome da Entidade

_____

2.) Identifique a tipologia de beneficiário em que a Entidade se enquadra:
( ) Município/Comunidade Intermunicipal/Área Metropolitana
( ) Empresa Pública Municipal, Intermunicipal ou Metropolitana/Serviço Municipalizado
( ) Instituição de Ensino Superior
( ) Administração Central/Entidade Pública ou Equiparada Detida pelo Estado
( ) Empresa
( ) Fundação ou Entidade Privada Sem Fins Lucrativos
( ) Outros

3.) Identifique o(s) Regulamento(s) Específicos do ON.2 – O Novo Norte a que apresentou candidatura(s):
[ ] Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
[ ] Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
[ ] Sistema de Incentivos à Inovação
[ ] Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento
[ ] Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
[ ] Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
[ ] "Energia"
[ ] Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
[ ] Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
[ ] Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC
[ ] Apoios à Formação Profissional
[ ] Valorização Económica dos Recursos Específicos
[ ] Acções de Valorização do Litoral
[ ] Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
[ ] Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
[ ] Optimização de Gestão de Resíduos
[ ] Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais
[ ] Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais
[ ] Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas
[ ] Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
[ ] Saúde

[ ] Património Cultural
[ ] Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"
[ ] Equipamentos para a Coesão Local
[ ] Rede de Equipamentos Culturais
[ ] Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
[ ] Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana
[ ] Mobilidade Territorial
[ ] Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
[ ] Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
[ ] Promoção e Capacitação Institucional

III. DIVULGAÇÃO

4.) Identifique a(s) forma(s) como a sua Entidade tomou conhecimento do ON2 – o Novo Norte e sobre a possibilidade de apresentar candidaturas:
[ ] Através do site do Programa (www.novonorte.qren.pt)
[ ] Através da "newsletter" electrónica
[ ] Através de anúncios de imprensa
[ ] Através de outros suportes de divulgação e comunicação (brochuras, "flyers", "maillings")
[ ] Através de eventos públicos associados à divulgação da estratégia e das oportunidades de financiamento
[ ] Através de contacto directo com a Autoridade de Gestão
[ ] Outras (indique quais)

5.) Considera que os níveis e meios de divulgação do Programa são adequados face às necessidades iniciais de informação? (por exemplo, para apresentar candidaturas)
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

6.) Que outras acções poderiam ser realizadas para melhorar os níveis de divulgação e conhecimento sobre o Programa?
_____

7.) Como avalia a promoção efectuada na imprensa ao ON.2 - O Novo Norte? (numa escala de 1 a 5, sendo 1 - Muito inadequada e 5 - Muito adequada)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

8.) Esteve presente em alguma acção de divulgação associada ao ON.2 – o Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não
) Porquê?
_____

9.) Em seu entender, qual o contributo do ON.2 para a:
(numa escala de 1 a 5, sendo 1- Muito fraco e 5 - Muito forte)

	1	2	3	4	5
Competitividade	( )	( )	( )	( )	( )
Inovação	( )	( )	( )	( )	( )
Valorização Ambiental	( )	( )	( )	( )	( )
Valorização de Recursos Endógenos	( )	( )	( )	( )	( )
Qualificação das Cidades	( )	( )	( )	( )	( )

10.) Quais destes valores (racionais) associa à marca "ON.2 - O Novo Norte":
[ ] Norte/Região
[ ] Programa/Estratégia
[ ] Organização/Eficácia
[ ] Financiamento/Oportunidades

11.) Quais destes valores (emocionais) associa à marca "ON.2 - O Novo Norte":
[ ] Novo/Esperança
[ ] Desafio/Criatividade
[ ] Europa/Modernidade
[ ] Rumo/Confiança

12.) Como classifica, genericamente, a informação disponibilizada pelo "site" do Programa, em termos de:
(numa escala de 1 a 5, sendo 1 - Inadequada e 5 - Muito adequada)

	1	2	3	4	5
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )
Actualidade	( )	( )	( )	( )	( )
Acessibilidade	( )	( )	( )	( )	( )

IV. COMUNICAÇÃO

13.) Que alterações poderiam ser efectuadas no "site" para melhor o apoiar no quadro das suas necessidades?

_____

14.) Recebe a "newsletter" electrónica do ON.2?
( ) Sim
( ) Não

) Gostaria de passar a receber?
( ) Sim
( ) Não

15.) Com que frequência acede ao "site" do ON.2?
( ) Uma vez por semana
( ) Uma vez por mês
( ) Esporadicamente

16.) Conhece os dispositivos de informação e esclarecimento do ON.2 – o Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

17.) Já recorreu a esses dispositivos de informação e esclarecimento do ON.2 – o Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não

18.) Como classifica, genericamente, esses dispositivos? (numa escala de 1 a 5, sendo 1 - Muito inadequados e 5 - Muito adequados)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

19.) Que alterações poderiam ser efectuadas para os melhorar?

_____

20.) Já utilizou o dispositivo "Help desk"?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Que avaliação faz desse dispositivo?
( ) Não obtém resposta a nenhuma das questões
( ) Parcialmente esclarecido
( ) Plenamente esclarecido após contacto

21.) Possui alguma dificuldade em cumprir as obrigações/regulamentação comunitária de informação e publicidade?
( ) Sim
( ) Não

) Que dificuldades aponta?
[ ] Afixação de "Placa Descritiva Permanente" em local bem visível
[ ] Informação da conclusão da candidatura na página do "website" da Entidade
[ ] Referências, nas aplicações de informação e divulgação da operação, ao co-financiamento comunitário (reprodução das logomarcas: ON.2/UE/FEDER)
[ ] Apresentação no Relatório Final de Execução, dos indicadores e demonstrações de realização (materiais e fotografias)

) Outras. Quais?

_____

V. MODELO DE GOVERNAÇÃO

22.) Possui projectos/intenções de investimento em domínios ou em tipologias que não são elegíveis na ON.2?
( ) Sim
( ) Não

23.) Em que tipologias/domínios temáticos?

_____

24.) Apresentou alguma candidatura no anterior período de programação, nomeadamente no âmbito do PO Norte (2000-2006)?
( ) Sim
( ) Não

25.) Como avalia as mudanças ocorridas no processo de selecção e aprovação de candidaturas relativamente aos seguintes atributos:

	Melhorou	Idêntico	Piorou	NS/NR
Interactividade com a gestão/estrutura de apoio técnico	( )	( )	( )	( )
Participação e escrutínio público	( )	( )	( )	( )
Requisitos documentais exigidos	( )	( )	( )	( )
Flexibilidade na formulação/execução dos projectos	( )	( )	( )	( )
Qualidade e maturidade dos projectos	( )	( )	( )	( )

26.) A entidade integrou alguma candidatura no âmbito do PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos)?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia o PROVERE no que respeita aos seguintes processos:
(sendo 1 - Muito simplificado e 5 - Grande complexidade)

	1	2	3	4	5
Processo de elaboração da Candidatura	( )	( )	( )	( )	( )
Processo de elaboração do Programa de Acção	( )	( )	( )	( )	( )
Processo de constituição de parcerias	( )	( )	( )	( )	( )

) Como avalia o PROVERE no que trata a:
(sendo 1 - Desadequado e 5 - Muito adequado)

	1	2	3	4	5
Promover a integração de projectos	( )	( )	( )	( )	( )
Fomentar a selectividade dos projectos	( )	( )	( )	( )	( )
Promover intervenções mais sustentáveis	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a rapidez de execução dos projectos	( )	( )	( )	( )	( )
Minimizar os custos associados à gestão dos projectos	( )	( )	( )	( )	( )

27.) A entidade tem projectos no âmbito de algum Programa Territorial de Desenvolvimento (PTD)?
( ) Sim
( ) Não

) No âmbito do PTD, como avalia:
(sendo 1 - Muito simplificado e 5 - Grande complexidade)

	1	2	3	4	5
O processo de elaboração do programa	( )	( )	( )	( )	( )
O processo de selecção dos projectos	( )	( )	( )	( )	( )
O processo de apresentação de candidaturas	( )	( )	( )	( )	( )

) No âmbito do PTD, como avalia os seguintes aspectos:
(sendo 1 - Muito desadequado e 5 - Muito adequado)

	1	2	3	4	5
Cooperação entre municípios	( )	( )	( )	( )	( )
Concretização de objectivos estratégicos para os municípios	( )	( )	( )	( )	( )
Promoção de abordagens integradas	( )	( )	( )	( )	( )
Promoção de sinergias entre projectos	( )	( )	( )	( )	( )
Execução mais célere dos projectos	( )	( )	( )	( )	( )
Minimização dos custos associados à gestão dos projectos	( )	( )	( )	( )	( )

VI. FASE DE CANDIDATURA

28.) Como avalia a implementação do ON.2 - O Novo Norte na fase de concurso, tendo em consideração os seguintes aspectos? (numa escala de 1 a 5 , sendo 1 - Muito desadequado e 5 - Muito adequado)

	1	2	3	4	5
Adequação/suficiência dos prazos definidos nos avisos de abertura para apresentação de candidaturas	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade na avaliação da(s) candidatura(s)	( )	( )	( )	( )	( )
Disponibilidade do Secretariado Técnico do ON.2 para prestar esclarecimentos durante o período de concurso	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade e pertinência dos esclarecimentos prestados pelo Secretariado Técnico do ON.2	( )	( )	( )	( )	( )

29.) Como avalia os seguintes aspectos do processo de candidatura ao ON.2 - O Novo Norte? (numa escala de 1 a 5, sendo 1 - Muito desadequado e 5 - Muito adequado)

	1	2	3	4	5
Clareza da informação solicitada na preparação da candidatura	( )	( )	( )	( )	( )
Condições de elegibilidade do promotor e requisitos documentais associados	( )	( )	( )	( )	( )
Condições de elegibilidade do projecto e requisitos documentais associados	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de preenchimento (do ponto de vista do conteúdo) dos formulários de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )

VII. FASE DE EXECUÇÃO

30.) Algum dos projectos aprovados já se encontra em fase de execução?
( ) Sim
( ) Não

31.) Considera que tem condições para executar os projectos aprovados nos termos previstos (nos prazos e nos montantes previstos)?
( ) Sim
( ) Não, será necessário aumentar o prazo de execução dos projectos
( ) Não, será necessário reduzir o montante de investimento previsto
( ) Não, será necessário aumentar o prazo de execução e diminuir o montante de investimento previsto

32.) A implementação do(s) projecto(s) aprovado(s) foi afectada por algum dos seguintes problemas?
Classifique o grau de importância de cada um dos itens nas dificuldades de implementação do(s) projecto(s), numa escada de 1 a 5, em que: 1 - Nada importante e 5 - Muito importante

	1	2	3	4	5	NS/NR
Atrasos na contratação do(s) projecto(s)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Insuficiente maturação do(s) projecto(s) na fase de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Dificuldade de mobilização de parceiros na implementação dos projectos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Dificuldade de mobilização dos fornecedores	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Revisão em baixa das perspectivas de receita/vendas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Falta de capacidade financeira para implementar o(s) projecto(s)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Dificuldade no acesso ao crédito	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Dificuldade de relacionamento com a Estrutura Técnica do ON.2 - O Novo Norte	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Dificuldade em cumprir os requisitos administrativos exigidos pelo ON.2, durante a fase de execução	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Demora nos pagamentos das comparticipações comunitárias	( )	( )	( )	( )	( )	( )

) Outros. Quais?

_____

VIII. OBRIGADO

As suas respostas foram entregues. A Autoridade de Gestão do ON.2 e o CEDRU agradecem a sua colaboração!

VIII. Inquérito - Estudo de Caso GAEPC/01/2008 - Gestão Activa de Espaços Protegidos

I. INTRODUÇÃO

Exmo(a). Sr(a).,
O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., encontra-se a realizar para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR N), a **"Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte" no Contexto da Estratégia do QREN"**, prevista no Plano de Avaliação dos Programas Operacionais do QREN aprovado pela Comissão Europeia.
De acordo com a metodologia de avaliação proposta, é fundamental a participação de todos os promotores de projectos candidatados ao ON.2 – O Novo Norte, no sentido de obter a sua apreciação crítica sobre os mecanismos e os procedimentos associados ao funcionamento do Programa, tendo como objectivo a sua melhoria.
Uma das abordagens metodológicas adoptada centra-se na selecção e avaliação de "Estudos de Caso", associados a alguns Concursos lançados pela Autoridade de Gestão. Destes, foi seleccionado o Aviso de Concurso **GAEPC/01/2008,** relativo a Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados.
Tendo conhecimento da participação de V. Exa. no referido Concurso, solicitamos o preenchimento do inquérito on-line até ao dia 21 de Janeiro. O tempo estimado para responder às questões é de aproximadamente 10 minutos.
As suas respostas são estritamente confidenciais, sendo o nome da entidade apenas recolhido para controlo estatístico. Se necessitar de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos através do e-mail lcarvalho.cedru@netcabo.pt, ou pelo telefone 217 121 240 (a/c Dr. Luís Carvalho).
Antecipadamente gratos pela vossa colaboração, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

II. IDENTIFICAÇÃO

1.) Nome da Entidade

_____

III. DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2.) Conhece os dispositivos de informação e esclarecimento do ON.2 – O Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Recorreu a esses dispositivos de informação e esclarecimento no âmbito do Aviso de Concurso?
( ) Sim
( ) Não

3.) Como classifica, genericamente, esses dispositivos? (sendo 1 - Muito inadequados e 5 - Muito adequados)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

4.) Que alterações poderiam ser efectuadas para os melhorar?

_____

5.) Já utilizou o dispositivo "Help desk"?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Que avaliação faz desse dispositivo?
( ) Não obteve resposta a nenhuma das questões colocadas
( ) Ficou parcialmente esclarecido após o contacto
( ) Ficou plenamente esclarecido após o contacto

6.) No âmbito do projecto apresentado a este concurso, possui alguma dificuldade em cumprir as obrigações/regulamentação comunitária de informação e publicidade?
( ) Sim
( ) Não

) Principais dificuldades encontradas
[ ] Afixação de "Placa Descritiva Permanente" em local bem visível
[ ] Informação da conclusão da candidatura na página do website da entidade
[ ] Referências, nas aplicações de informação e divulgação da operação, ao co-financiamento comunitário (reprodução das logomarcas: ON.2/UE/FEDER)
[ ] Apresentação no Relatório Final de Execução dos indicadores e demonstrações de realização (materiais e fotografias)
[ ] Outras. Quais?

IV. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

7.) Como avalia a clareza do Aviso de Concurso, relativamente a: (sendo 1 - Nada claro e 5 - Muito claro)

	1	2	3	4	5
Objectivos a prosseguir	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de operações a apoiar	( )	( )	( )	( )	( )
Co-financiamento	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de beneficiários	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos de entrega de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )

8.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações do Concurso?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a qualidade das respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico às questões colocadas, quanto à: (sendo 1 - Reduzida e 5 - Elevada)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

9.) Em matéria de instrução da candidatura, como avalia a adequabilidade dos:
(sendo 1- Nada adequados e 5 - Muito adequados)

	1	2	3	4	5
Prazos	( )	( )	( )	( )	( )
Documentação exigida	( )	( )	( )	( )	( )

10.) Caso o prazo fosse superior existiriam ganhos substanciais na qualidade da candidatura?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Em que aspectos?

	Sim	Não
Melhoria do projecto técnico	( )	( )
Melhor orçamentação das componentes	( )	( )
Cumprimento integral dos requisitos documentais	( )	( )

11.) Sentiu dificuldade em cumprir os itens exigidos para a instrução da Candidatura?
(sendo 1 - Nenhuma e 5 - Muita dificuldade)

	1	2	3	4	5	NS/NA
Documentação dos parceiros	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pareceres de entidades externas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Orçamentação das diversas componentes	( )	( )	( )	( )	( )	( )

12.) Conseguiu satisfazer atempadamente as seguintes imposições que integravam o Aviso de Concurso:

	Sim	Não	NS/NA
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )
Pareceres das entidades externas	( )	( )	( )
Propostas de fornecedores (orçamentação das diversas componentes)	( )	( )	( )

13.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações associadas à instrução da Candidatura?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a capacidade de resposta às questões colocadas, relativamente à:
(sendo 1 - Muito negativa e 5 - Muito positiva)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

14.) O projecto que apresentou foi aprovado?
( ) Sim
( ) Não

15.) Neste caso,
( ) Sem condicionalismos
( ) Condicionado à verificação de determinadas condições

) Considera adequado o prazo concedido?
(sendo 1 - Pouco adequado e 5 - Muito adequado)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

16.) O prazo que mediou entre a apresentação da candidatura, a notificação de aprovação e a celebração do contrato teve implicações para o projecto?
( ) Sim
( ) Não
( ) NA

) 17A. Em que medida se traduziram essas implicações?
[ ] Atrasos nos processos de contratação de fornecedores
[ ] Revisão em alta das orçamentações iniciais
[ ] Maior dificuldade no acesso/obtenção de crédito
[ ] Outros

V. FASE DE EXECUÇÃO

17.) O processo de celebração de contrato ocorreu quanto tempo após a notificação da aprovação?
( ) Até 15 dias
( ) Entre 15 dias e 1 mês
( ) Entre 1 e 3 meses
( ) Mais do que 3 meses
( ) NA

18.) Considera adequado este prazo?
( ) Sim
( ) Não
( ) NA

) Qual a justificação?
[ ] Dificuldades na obtenção atempada da documentação necessária
[ ] Dificuldades na obtenção atempada de financiamento bancário
[ ] Inoperância da Autoridade de Gestão
[ ] Outra

19.) No âmbito da implementação do Programa de Acção aprovado ao abrigo deste Concurso, já apresentou algum pedido de pagamento ao ON.2 - O Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não

20.) Avalie os procedimentos de pedido de pagamento, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/NR
Clareza da informação solicitada	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência da informação solicitada nos formulários de pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência em matéria de documentação a apresentar	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Tempo dispendido a organizar os pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de organização dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade na apresentação dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade no pagamento dos apoios	( )	( )	( )	( )	( )	( )

VI. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

21.) Como avalia as ferramentas electrónicas do Sistema de Informação do ON.2, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/NR
Facilidade de preenchimento do formulário de candidatura (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Adequação dos formulários aos requisitos dos avisos de abertura de concurso	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte à candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos formulários de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de preenchimento do formulário de pedidos de pagamento (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte aos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade dos guias de apoio ao beneficiário para preenchimento dos formulários	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade da resposta do Programa na resolução de problemas associados exclusivamente à utilização da plataforma	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de consulta sobre o estado das candidaturas e pedidos de pagamento submetidos	( )	( )	( )	( )	( )	( )

22.) Identifique problemas recorrentes associados à utilização do "site" na comunicação com a estrutura do ON.2 - O Novo Norte?

_____

VII. OBRIGADO

As suas respostas foram entregues. A Autoridade de Gestão do ON.2 e o CEDRU agradecem a sua colaboração!

IX. Inquérito Estudo de Caso Mar/TC/PCT/1/2009 - Acção Específica de Valorização da Economia do Mar

I. INTRODUÇÃO

Exmo(a). Sr(a).,
O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., encontra-se a realizar para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR N), a **"Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte" no Contexto da Estratégia do QREN"**, prevista no Plano de Avaliação dos Programas Operacionais do QREN aprovado pela Comissão Europeia.
De acordo com a metodologia de avaliação proposta, é fundamental a participação de todos os promotores de projectos candidatados ao ON.2 – O Novo Norte, no sentido de obter a sua apreciação crítica sobre os mecanismos e os procedimentos associados ao funcionamento do Programa, tendo como objectivo a sua melhoria.
Uma das abordagens metodológicas adoptada centra-se na selecção e avaliação de "Estudos de Caso", associados a alguns Concursos lançados pela Autoridade de Gestão. Destes, foi seleccionado o **Convite Público Mar/TC/PCT/1/2009 - "Acção Específica de Valorização da Economia do Mar"**.
Tendo conhecimento que o Convite foi endereçado a V. Exas., solicitamos o preenchimento do inquérito on-line até ao dia 21 de Janeiro. O tempo estimado para responder às questões é de aproximadamente 10 minutos.
As suas respostas são estritamente confidenciais. Se necessitar de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos através do e-mail lcarvalho.cedru@netcabo.pt, ou pelo telefone 217 121 240 (a/c Dr. Luís Carvalho).
Antecipadamente gratos pela vossa colaboração, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

II. IDENTIFICAÇÃO

1.) Nome da Entidade

_____

III. DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2.) Conhece os dispositivos de informação e esclarecimento do ON.2 – O Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Recorreu a esses dispositivos de informação e esclarecimento no âmbito do Aviso de Concurso?
( ) Sim
( ) Não

3.) Como classifica, genericamente, esses dispositivos? (sendo 1 - Muito inadequados e 5 - Muito adequados)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

4.) Que alterações poderiam ser efectuadas para os melhorar?

_____

5.) Já utilizou o dispositivo "Help desk"?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Que avaliação faz desse dispositivo?
( ) Não obteve resposta a nenhuma das questões colocadas
( ) Ficou parcialmente esclarecido após o contacto
( ) Ficou plenamente esclarecido após o contacto

6.) Neste projecto, possui alguma dificuldade em cumprir as obrigações/regulamentação comunitária de informação e publicidade?
( ) Sim
( ) Não

) Principais dificuldades encontradas
[ ] Afixação de "Placa Descritiva Permanente" em local bem visível
[ ] Informação da conclusão da candidatura na página do website da entidade
[ ] Referências, nas aplicações de informação e divulgação da operação, ao co-financiamento comunitário (reprodução das logomarcas: ON.2/UE/FEDER)
[ ] Apresentação no Relatório Final de Execução dos indicadores e demonstrações de realização (materiais e fotografias)
[ ] Outras. Quais?

IV. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

7.) Como avalia a clareza do Aviso de Concurso, relativamente a: (sendo 1 - Nada claro e 5 - Muito claro)

	1	2	3	4	5
Objectivos a prosseguir	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de operações a apoiar	( )	( )	( )	( )	( )
Co-financiamento	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de beneficiários	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos de entrega de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )

8.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações do Concurso?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a qualidade das respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico às questões colocadas, quanto à: (sendo 1 - Reduzida e 5 - Elevada)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

9.) Em matéria de instrução da candidatura, como avalia a adequabilidade dos:
(sendo 1- Nada adequados e 5 - Muito adequados)

	1	2	3	4	5
Prazos	( )	( )	( )	( )	( )
Documentação exigida	( )	( )	( )	( )	( )

10.) Caso o prazo fosse superior existiriam ganhos substanciais na qualidade da candidatura?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Em que aspectos?

	Sim	Não
Melhoria do projecto técnico	( )	( )
Melhor orçamentação das componentes	( )	( )
Cumprimento integral dos requisitos documentais	( )	( )

11.) Sentiu dificuldade em cumprir os itens exigidos para a instrução da Candidatura?
(sendo 1 - Nenhuma e 5 - Muita dificuldade)

	1	2	3	4	5	NS/NA
Documentação da entidade	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pareceres de entidades externas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Orçamentação das diversas componentes	( )	( )	( )	( )	( )	( )

12.) Conseguiu satisfazer atempadamente as seguintes imposições que integravam o Aviso de Concurso:

	Sim	Não	NS/NA
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )
Pareceres das entidades externas	( )	( )	( )
Propostas de fornecedores (orçamentação das diversas componentes)	( )	( )	( )

13.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações associadas à instrução da Candidatura?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a capacidade de resposta às questões colocadas, relativamente à:
(sendo 1 - Muito negativa e 5 - Muito positiva)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

14.) O(s) Projecto(s) que apresentou foi(ram) aprovado(s)?
( ) Sim
( ) Não

15.) Neste caso,
( ) Sem condicionalismos
( ) Condicionado à verificação de determinadas condições

) Considera adequado o prazo concedido?
(sendo 1 - Pouco adequado e 5 - Muito adequado)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

16.) O prazo que mediou entre a apresentação da candidatura, a notificação de aprovação e a celebração do contrato teve implicações para o projecto?
( ) Sim
( ) Não
( ) NA

) Em que medida se traduziram essas implicações?
[ ] Atrasos nos processos de contratação de fornecedores
[ ] Revisão em alta das orçamentações iniciais
[ ] Maior dificuldade no acesso/obtenção de crédito
[ ] Outros

V. FASE DE EXECUÇÃO

17.) O processo de celebração de contrato ocorreu quanto tempo após a notificação da aprovação?
( ) Até 15 dias
( ) Entre 15 dias e 1 mês
( ) Entre 1 e 3 meses
( ) Mais do que 3 meses
( ) NA

18.) Considera adequado este prazo?
( ) Sim
( ) Não
( ) NA

) Qual a justificação?
[ ] Dificuldades na obtenção atempada da documentação necessária
[ ] Dificuldades na obtenção atempada de financiamento bancário
[ ] Inoperância da Autoridade de Gestão
[ ] Outra

19.) No âmbito da implementação do projecto aprovado ao abrigo deste Concurso, já apresentou algum pedido de pagamento ao ON.2 - O Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não

20.) Avalie os procedimentos de pedido de pagamento, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/NR
Clareza da informação solicitada	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência da informação solicitada nos formulários de pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência em matéria de documentação a apresentar	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Tempo dispendido a organizar os pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de organização dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade na apresentação dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade no pagamento dos apoios	( )	( )	( )	( )	( )	( )

VI. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

21.) Como avalia as ferramentas electrónicas do Sistema de Informação do ON.2, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/NR
Facilidade de preenchimento do formulário de candidatura (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Adequação dos formulários aos requisitos dos avisos de abertura de concurso	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte à candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos formulários de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de preenchimento do formulário de pedidos de pagamento (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte aos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade dos guias de apoio ao beneficiário para preenchimento dos formulários	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade da resposta do Programa na resolução de problemas associados exclusivamente à utilização da plataforma	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de consulta sobre o estado das candidaturas e pedidos de pagamento submetidos	( )	( )	( )	( )	( )	( )

22.) Identifique problemas recorrentes associados à utilização do "site" na comunicação com a estrutura do ON.2 - O Novo Norte?

_____

VII. OBRIGADO

As suas respostas foram entregues. A Autoridade de Gestão do ON.2 e o CEDRU agradecem a sua colaboração!

X. Inquérito Estudo de Caso PRU/2/2008 - Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana

I. INTRODUÇÃO

Exmo(a). Sr(a).,

O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., encontra-se a realizar para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR N), a **"Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte" no Contexto da Estratégia do QREN"**, prevista no Plano de Avaliação dos Programas Operacionais do QREN aprovado pela Comissão Europeia.

De acordo com a metodologia de avaliação proposta, é fundamental a participação de todos os promotores de projectos candidatados ao ON.2 – O Novo Norte, no sentido de obter a sua apreciação crítica sobre os mecanismos e os procedimentos associados ao funcionamento do Programa, tendo como objectivo a sua melhoria.

Uma das abordagens metodológicas adoptada centra-se na selecção e avaliação de "Estudos de Caso", associados a alguns Concursos lançados pela Autoridade de Gestão. Destes, foi seleccionado o Aviso de Concurso **PRU/2/2008,** relativo a Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana - Grandes Centros.

Tendo conhecimento da participação de V. Exa. no referido Concurso, enquanto líder do Programa de Acção ou enquanto parceiro, solicitamos o preenchimento do inquérito on-line até ao dia 21 de Janeiro. O tempo estimado para responder às questões é de aproximadamente 10 minutos.

As suas respostas são estritamente confidenciais, sendo o nome da entidade apenas recolhido para controlo estatístico. Se necessitar de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos através do e-mail lcarvalho.cedru@netcabo.pt, ou pelo telefone 217 121 240 (a/c Dr. Luís Carvalho).

Antecipadamente gratos pela vossa colaboração, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

II. IDENTIFICAÇÃO

1.) Nome da Entidade

_____

II. DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2.) Conhece os dispositivos de informação e esclarecimento do ON.2 – O Novo Norte?

( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Recorreu a esses dispositivos de informação e esclarecimento no âmbito do Aviso de Concurso?

( ) Sim
( ) Não

3.) Como classifica, genericamente, esses dispositivos? (sendo 1 - Muito inadequados e 5 - Muito adequados)

( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

4.) Que alterações poderiam ser efectuadas para os melhorar?

_____

5.) Já utilizou o dispositivo "Help desk"?

( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Que avaliação faz desse dispositivo?

( ) Não obteve resposta a nenhuma das questões colocadas
( ) Ficou parcialmente esclarecido após o contacto
( ) Ficou plenamente esclarecido após o contacto

6.) No âmbito do(s) projecto(s) que apresentou, possui alguma dificuldade em cumprir as obrigações/regulamentação comunitária de informação e publicidade?
( ) Sim
( ) Não

) Principais dificuldades encontradas
[ ] Afixação de "Placa Descritiva Permanente" em local bem visível
[ ] Informação da conclusão da candidatura na página do website da entidade
[ ] Referências, nas aplicações de informação e divulgação da operação, ao co-financiamento comunitário (reprodução das logomarcas: ON.2/UE/FEDER)
[ ] Apresentação no Relatório Final de Execução dos indicadores e demonstrações de realização (materiais e fotografias)
[ ] Outras. Quais?

III. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

7.) Como avalia a clareza do Aviso de Concurso, relativamente a: (sendo 1 - Nada claro e 5 - Muito claro)

	1	2	3	4	5
Objectivos a prosseguir	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de operações a apoiar	( )	( )	( )	( )	( )
Co-financiamento	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de beneficiários	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos de entrega de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )

8.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações do Concurso?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a qualidade das respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico às questões colocadas, quanto à: (sendo 1 - Reduzida e 5 - Elevada)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

9.) Em matéria de instrução da candidatura, como avalia a adequabilidade dos:
(sendo 1- Nada adequados e 5 - Muito adequados)

	1	2	3	4	5
Prazos	( )	( )	( )	( )	( )
Documentação exigida	( )	( )	( )	( )	( )

10.) Caso o prazo fosse superior existiriam ganhos substanciais na qualidade da candidatura?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Em que aspectos?

	Sim	Não
Melhoria do projecto técnico	( )	( )
Melhor orçamentação das componentes	( )	( )
Cumprimento integral dos requisitos documentais	( )	( )

11.) Sentiu dificuldade em cumprir os itens exigidos para a instrução da Candidatura?
(sendo 1 - Nenhuma e 5 - Muita dificuldade)

	1	2	3	4	5	NS/NA
Documentação da entidade	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pareceres de entidades externas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Orçamentação das diversas componentes	( )	( )	( )	( )	( )	( )

12.) Conseguiu satisfazer atempadamente as seguintes imposições que integravam o Aviso de Concurso:

	Sim	Não	NS/NA
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )
Pareceres das entidades externas	( )	( )	( )
Propostas de fornecedores (orçamentação das diversas componentes)	( )	( )	( )

13.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações associadas à instrução da Candidatura?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a capacidade de resposta às questões colocadas, relativamente à:
(sendo 1 - Muito negativa e 5 - Muito positiva)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

14.) O(s) projecto(s) que apresentou no âmbito do Plano de Acção foi(ram) aprovado(s)?
( ) Sim
( ) Não

15.) Neste caso,
( ) Sem condicionalismos
( ) Condicionado à verificação de determinadas condições

) Considera adequado o prazo concedido?
(sendo 1 - Pouco adequado e 5 - Muito adequado)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

16.) O prazo que mediou entre a apresentação da candidatura, a notificação de aprovação e a celebração do contrato teve implicações para o(s) projecto(s)?
( ) Sim
( ) Não
( ) NA

) 17A. Em que medida se traduziram essas implicações?
[ ] Atrasos nos processos de contratação de fornecedores
[ ] Revisão em alta das orçamentações iniciais
[ ] Maior dificuldade no acesso/obtenção de crédito
[ ] Outros

IV. FASE DE EXECUÇÃO

17.) O processo de celebração de contrato ocorreu quanto tempo após a notificação da aprovação?
( ) Até 15 dias
( ) Entre 15 dias e 1 mês
( ) Entre 1 e 3 meses
( ) Mais do que 3 meses
( ) NA

18.) Considera adequado este prazo?
( ) Sim
( ) Não
( ) NA

) Qual a justificação?
[ ] Dificuldades na obtenção atempada da documentação necessária
[ ] Dificuldades na obtenção atempada de financiamento bancário
[ ] Inoperância da Autoridade de Gestão
[ ] Outra

19.) No âmbito da implementação do Programa de Acção aprovado ao abrigo deste Concurso, já apresentou algum pedido de pagamento ao ON.2 - O Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não

20.) Avalie os procedimentos de pedido de pagamento, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/NR
Clareza da informação solicitada	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência da informação solicitada nos formulários de pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência em matéria de documentação a apresentar	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Tempo dispendido a organizar os pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de organização dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade na apresentação dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade no pagamento dos apoios	( )	( )	( )	( )	( )	( )

V. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

21.) Como avalia as ferramentas electrónicas do Sistema de Informação do ON.2, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/ NR
Facilidade de preenchimento do formulário de candidatura (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Adequação dos formulários aos requisitos dos avisos de abertura de concurso	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte à candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos formulários de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de preenchimento do formulário de pedidos de pagamento (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte aos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade dos guias de apoio ao beneficiário para preenchimento dos formulários	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade da resposta do Programa na resolução de problemas associados exclusivamente à utilização da plataforma	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de consulta sobre o estado das candidaturas e pedidos de pagamento submetidos	( )	( )	( )	( )	( )	( )

22.) Identifique problemas recorrentes associados à utilização do "site" na comunicação com a estrutura do ON.2 - O Novo Norte?

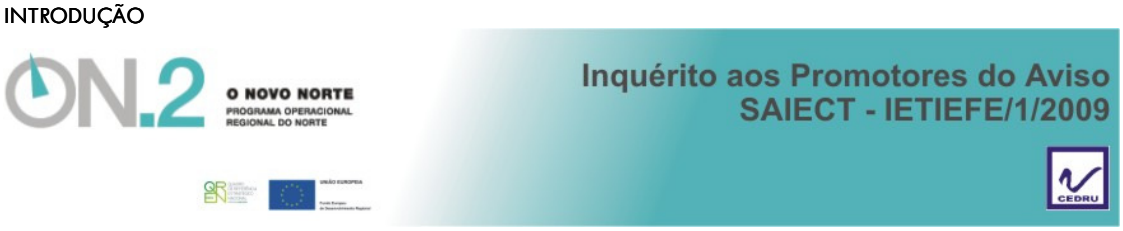
_____

VI. OBRIGADO

As suas respostas foram entregues. A Autoridade de Gestão do ON.2 e o CEDRU agradecem a sua colaboração!

XI. Inquérito - Estudo de Caso - Aviso SAIECT IETIEFE/1/2009

I. INTRODUÇÃO



Exmo(a). Sr(a).,

O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., encontra-se a realizar para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR N), a **"Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte" no Contexto da Estratégia do QREN"**, prevista no Plano de Avaliação dos Programas Operacionais do QREN aprovado pela Comissão Europeia.
De acordo com a metodologia de avaliação proposta, é fundamental a participação de todos os promotores de projectos candidatados ao ON.2 – O Novo Norte, no sentido de obter a sua apreciação crítica sobre os mecanismos e os procedimentos associados ao funcionamento do Programa, tendo como objectivo a sua melhoria.
Uma das abordagens metodológicas adoptada centra-se na selecção e avaliação de "Estudos de Caso", associados a alguns Concursos lançados pela Autoridade de Gestão. Destes, foi seleccionado o Aviso de Concurso **SAIECT - IETIEFE/1/2009**, relativo ao Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas - Infra-estruturas Tecnológicas – Infra-estruturas físicas e equipamentos.
Tendo conhecimento da participação de V. Exa. no referido Concurso, solicitamos o preenchimento do inquérito on-line até ao dia **17 de Janeiro**. O tempo estimado para responder às questões é de aproximadamente 10 minutos.
As suas respostas são estritamente confidenciais, sendo o nome da entidade apenas recolhido para controlo estatístico. Se necessitar de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos através do e-mail lcarvalho.cedru@netcabo.pt, ou pelo telefone 217 121 240 (a/c Dr. Luís Carvalho).
Antecipadamente gratos pela vossa colaboração, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Identificação
1.) Nome da Entidade
_____

II. DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2.) Conhece os dispositivos de informação e esclarecimento do ON.2 – O Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Recorreu a esses dispositivos de informação e esclarecimento no âmbito do Aviso de Concurso?
( ) Sim
( ) Não

3.) Como classifica, genericamente, esses dispositivos? (sendo 1 - Muito inadequados e 5 - Muito adequados)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

4.) Que alterações poderiam ser efectuadas para os melhorar?
_____

5.) Já utilizou o dispositivo "Help desk"?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Que avaliação faz desse dispositivo?
( ) Não obteve resposta a nenhuma das questões colocadas
( ) Ficou parcialmente esclarecido após o contacto
( ) Ficou plenamente esclarecido após o contacto

6.) Nos projectos em que é promotor (no âmbito deste concurso), possui alguma dificuldade em cumprir as obrigações/regulamentação comunitária de informação e publicidade?
( ) Sim
( ) Não

) Principais dificuldades encontradas
[ ] Afixação de "Placa Descritiva Permanente" em local bem visível
[ ] Informação da conclusão da candidatura na página do website da entidade
[ ] Referências, nas aplicações de informação e divulgação da operação, ao co-financiamento comunitário (reprodução das logomarcas: ON.2/UE/FEDER)
[ ] Apresentação no Relatório Final de Execução dos indicadores e demonstrações de realização (materiais e fotografias)
[ ] Outras. Quais?

III. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

7.) Como avalia a clareza do Aviso de Concurso, relativamente a: (sendo 1 - Nada claro e 5 - Muito claro)

	1	2	3	4	5
Objectivos a prosseguir	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de operações a apoiar	( )	( )	( )	( )	( )
Co-financiamento	( )	( )	( )	( )	( )
Tipologia de beneficiários	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos de entrega de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )

8.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações do Concurso?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a qualidade das respostas da Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico às questões colocadas, quanto à: (sendo 1 - Reduzida e 5 - Elevada)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

9.) Em matéria de instrução da candidatura, como avalia a adequabilidade dos: (sendo 1- Nada adequados e 5 - Muito adequados)

	1	2	3	4	5
Prazos	( )	( )	( )	( )	( )
Documentação exigida	( )	( )	( )	( )	( )

10.) Caso o prazo fosse superior existiriam ganhos substanciais na qualidade da candidatura?
( ) Sim
( ) Não
( ) NS/NR

) Em que aspectos?

	Sim	Não
Melhoria do projecto técnico	( )	( )
Melhor orçamentação das componentes	( )	( )
Cumprimento integral dos requisitos documentais	( )	( )

11.) Sentiu dificuldade em cumprir os itens exigidos para a instrução da Candidatura?
(sendo 1 - Nenhuma e 5 - Muita dificuldade)

	1	2	3	4	5	NS/NA
Documentação da entidade	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pareceres de entidades externas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Orçamentação das diversas componentes	( )	( )	( )	( )	( )	( )

12.) Conseguiu satisfazer atempadamente as seguintes imposições que integravam o Aviso de Concurso:

	Sim	Não	NS/NA
Projectos de arquitectura	( )	( )	( )
Pareceres das entidades externas	( )	( )	( )
Propostas de fornecedores (orçamentação das diversas componentes)	( )	( )	( )

13.) A Entidade interagiu com a Autoridade de Gestão/Secretariado Técnico no sentido de aclarar situações associadas à instrução da Candidatura?
( ) Sim
( ) Não

) Como avalia a capacidade de resposta às questões colocadas, relativamente à:
(sendo 1 - Muito negativa e 5 - Muito positiva)

	1	2	3	4	5
Celeridade	( )	( )	( )	( )	( )
Clareza	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade	( )	( )	( )	( )	( )

14.) O(s) Projecto(s) que apresentou foi(ram(aprovado(s)?
( ) Sim
( ) Não

15.) Neste caso,
( ) Sem condicionalismos
( ) Condicionado à verificação de determinadas condições

) Considera adequado o prazo concedido?
(sendo 1 - Pouco adequado e 5 - Muito adequado)
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5

16.) O prazo que mediou entre a apresentação da candidatura, a notificação de aprovação e a celebração do contrato teve implicações para o projecto?
( ) Sim
( ) Não

) 17A. Em que medida se traduziram essas implicações?
[ ] Atrasos nos processos de contratação de fornecedores
[ ] Revisão em alta das orçamentações iniciais
[ ] Maior dificuldade no acesso/obtenção de crédito
[ ] Outros

IV: FASE DE EXECUÇÃO

17.) O processo de celebração de contrato ocorreu quanto tempo após a notificação da aprovação?
( ) Até 15 dias
( ) Entre 15 dias e 1 mês
( ) Entre 1 e 3 meses
( ) Mais do que 3 meses

18.) Considera adequado este prazo?
( ) Sim
( ) Não

) Qual a justificação?
[ ] Dificuldades na obtenção atempada da documentação necessária
[ ] Dificuldades na obtenção atempada de financiamento bancário
[ ] Inoperância da Autoridade de Gestão
[ ] Outra

19.) No âmbito da implementação do projecto aprovado ao abrigo deste Concurso, já apresentou algum pedido de pagamento ao ON.2 - O Novo Norte?
( ) Sim
( ) Não

20.) Avalie os procedimentos de pedido de pagamento, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/NR
Clareza da informação solicitada	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência da informação solicitada nos formulários de pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pertinência em matéria de documentação a apresentar	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Tempo dispendido a organizar os pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de organização dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade na apresentação dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade no pagamento dos apoios	( )	( )	( )	( )	( )	( )

V. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

21.) Como avalia as ferramentas electrónicas do Sistema de Informação do ON.2, tendo em consideração os seguintes aspectos: (sendo 1 - Muito negativo e 5 - Muito positivo)

	1	2	3	4	5	NS/NR
Facilidade de preenchimento do formulário de candidatura (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Adequação dos formulários aos requisitos dos avisos de abertura de concurso	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte à candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos formulários de candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de preenchimento do formulário de pedidos de pagamento (facilidade de introdução de dados, de acesso aos menus e à informação, de navegação entre écrans)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade em anexar os documentos de suporte aos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade na submissão dos pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Utilidade dos guias de apoio ao beneficiário para preenchimento dos formulários	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Celeridade da resposta do Programa na resolução de problemas associados exclusivamente à utilização da plataforma	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilidade de consulta sobre o estado das candidaturas e pedidos de pagamento submetidos	( )	( )	( )	( )	( )	( )

22.) Identifique problemas recorrentes associados à utilização do "site" na comunicação com a estrutura do ON.2 - O Novo Norte?

_____

VI. OBRIGADO

As suas respostas foram entregues. A Autoridade de Gestão do ON.2 e o CEDRU agradecem a sua colaboração!